

Semanário
Director:
António Dias Lourenço.

Ano 59 - Série VII - N.º 836
4 de Janeiro de 1990
Preço: 60\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Em Foco

Avante!
Ano 59 - Série VII
N.º 836
4 de Janeiro de 1990
3.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Entrevista com **ÁLVARO CUNHAL**



- **As eleições autárquicas**
- **A vitória em Lisboa**
- **Relações PCP-PS, a unidade democrática e a luta por uma alternativa**
- **Alternativa ao Governo de direita**
- **A «perestroika»**
- **Acontecimentos noutros países socialistas**
- **A evolução da situação mundial**
- **O Congresso Extraordinário**
- **Actividades fraccionárias**
- **O valor do ideal comunista**

Cavaco remodela Governo em crise

OPERAÇÃO CONDENADA AO FRACASSO

O Gabinete de Imprensa do PCP emitiu, na terça-feira, o seguinte comentário acerca da anunciada remodelação do Governo:

A política do Governo vem provocando descontentamento generalizado que se tem expressado em importantes lutas de trabalhadores e movimentações populares.

Recentemente, o PSD sofreu pesadas derrotas eleitorais que se traduziram em acentuada perda do seu apoio social e político.

Além destes factores essenciais, o Go-

verno de Cavaco Silva já há muito se defronta com casos de envolvimento de ministros em escândalos do domínio público suficientemente graves para justificarem a sua demissão.

A anunciada remodelação ministerial surge assim como uma tentativa de recuperação de um Governo em progressivo descrédito e isolamento.

Trata-se de uma operação condenada ao fracasso face à manutenção da política e dos objectivos essenciais que o Governo prossegue.

Editorial

AUMENTOS DE PREÇOS

Governo derrotado aumenta preços depois das eleições

Págs. 1 e 2/Semana

1989

Um ano de trabalho do PCP nas páginas do «Avante!»

Dossier

Ano novo — vida nova

O «Ano Novo vida nova», velho adágio popular que se realiza e formaliza no compassado desdobrar dos tempos, teve este ano entre nós características relevantes.

O desrazoado aumento dos preços de produtos, bens e serviços de primeira necessidade foi o facto socioeconómico mais surpreendente do começo do novo ano e a remodelação do governo PSD/Cavaco Silva o facto político dominante.

Talvez nunca no passado, como nesta passagem à última década do prodigioso século XX, se tenha verificado em Portugal uma tão insólita coincidência entre a mudança rotineira do calendário do tempo, e a tempestuosa mudança do «calendário» político.

O ano de 1989 acabou em pleno fragor da batalha política e da contestação social de massas contra a direita restauracionista governante e o de 1990 começa com expressões e resultados directos imediatos da natureza de classe e do desgaste político da governação cavaquista.

Este primeiro ano da prometedor «caixinha de surpresas» que vai ser a nascente década de 90 inicia-se além disso sob um clima exacerbado de alterações profundas na geografia política da Europa e do Mundo e outras de grande significado e impacto na conjuntura nacional.

Correlacionar justamente os factores comuns e as interdependências nestas duas áreas; reconhecer o progressivo e o retrógrado no processar dos acontecimentos internos e internacionais; extrair deles e da experiência colectiva dos povos - o povo português incluído - as grandes lições gerais e as particulares no nosso caso concreto; determinar sem inadequadas extrapolações as realidades do nosso País, desta nossa pequena célula do agregado universal; responder aos desafios do momento presente e do futuro imediato - eis algumas das grandes tarefas dos comunistas e de todos os portugueses verdadeiramente empenhados na defesa do Progresso, da Democracia e da Paz em Portugal.

A pesar dos colossais obstáculos erguidos à acção e ao esforço mobilizador e esclarecedor dos comunistas portugueses o ano de 1989 saldou-se por

importantes sucessos políticos do PCP e das forças democráticas globalmente consideradas e por retumbantes insucessos do PSD, do seu governo, do seu chefe e da direita no seu conjunto nos dois actos eleitorais do ano - as eleições de Junho para o Parlamento Europeu e as de 17 de Dezembro para as autarquias locais.

Principalmente, a derrota do PSD e do Governo nas eleições autárquicas trouxe a lume o seu crescente divórcio do povo, a enorme redução da sua base de apoio, o conseqüente crescimento das forças democráticas, a sua capacidade potencial para construir e viabilizar uma alternativa democrática à direita governante e ao seu projecto restauracionista, o amadurecimento das condições para um longo entendimento e convergência de forças para o desenvolvimento económico, social e cultural do País e do povo.

A remodelação de antontem do Governo que Cavaco sempre se recusou admitir é a confissão do fracasso da política cavaquista, os ministros agora afastados foram fiéis executores do projecto restauracionista do capitalismo monopolista de Estado sob comando de Cavaco. A gente que antontem se viu entrar na sede nacional do PSD para receber ordem de despejo dos gabinetes ministeriais eram caras derrotadas numa imagem televisiva verdadeiramente «kafkiana».

Os barões do PSD com o Primeiro Ministro à cabeça eram a viva configuração da derrota.

A remodelação, afectando alguns dos ministros mais comprometidos na política antipopular e anti-social do governo, alguns dos mais falados em escandaleiras na área do Poder, é apenas o adiamento, o ganhar tempo, de uma outra decisão capital que vai ganhando cada vez maior acuidade na política nacional: a da necessidade de pôr termo à gestão governamental da direita.

Um dos ministros agora nomeados, o que vai ocupar a pasta da Defesa, não obteve sequer o voto maioritário da população do Porto nas últimas eleições autárquicas.

O brutal aumento dos preços de produ-

tos e serviços de primeira necessidade, decretado no primeiro dia do ano e guardado para depois das eleições, não só se situa abaixo da taxa real de inflação no momento presente como de todas as previsões que apontam para novas subidas inflacionárias no ano em curso.

A população de menores recursos, entre eles os reformados que recentemente receberam aumentos de miséria nas suas pensões de invalidez e reforma, serão os mais afectados pela nova escalada dos preços.

Os que ouviram o Primeiro Ministro garantir na sua mensagem do Ano Novo mais bem estar social para o povo português com a mesma convicção com que garantiu a vitória do PSD quando a derrota era já uma realidade, puderam mais uma vez com os novos aumentos de preços aferir da verdade cavaquista entre as palavras e os actos.

São novos factores que pressionam para correr em definitivo com a direita do Poder.

Na sua entrevista ao «Avante!» que hoje publicamos, Álvaro Cunhal precisa: «Condições objectivas (para uma alternativa ao governo actual) existem. Para bem do Povo português e de Portugal, uma alternativa à política de direita não é só necessária mas imperiosa».

É este combate, na prossecução deste objectivo imediato, que é também necessário e imperioso empenhar a vontade, as energias e o saber dos comunistas portugueses.

A conquista pela CDU-Coligação Democrática Unitária da maioria (absoluta ou relativa) em 50 Câmaras e a presidência de 339 freguesias, além de outras 36 no quadro das coligações alargadas em Lisboa, Setúbal e Covilhã, depois dos resultados eleitorais de Junho de 1989 para o Parlamento Europeu que «são pontos de referência» - como diz Álvaro Cunhal - para uma justa avaliação dos resultados eleitorais depois das eleições legislativas de 1987.

Foram êxitos tanto mais significativos quanto é certo terem sido obtidos no en-

Resumo

27

Quarta-feira

A Câmara Municipal de Faro solicita a substituição do governador civil do distrito por alegadas tentativas de ingerência nas competências e atribuições do Poder Local ■ Vereadores do PCP e do PS criticam Marcelo Rebelo de Sousa e os seus apoiantes por recusarem pelouros no próximo executivo camarário ■ O Presidente Mário Soares parte para Praga onde é o único estadista estrangeiro a assistir à posse do presidente checo, Vaclav Havel ■ A Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal contesta, em comunicado, a postura do patronato algarvio que recusa a consagração do período máximo de 40 horas de trabalho e em vez dos 18 por cento de aumento salarial contrapõe 12 por cento ■ A Coreia do Sul e a Jugoslávia estabelecem relações diplomáticas a nível de embaixada ■ O arcebispo russo Kirille afirma que a igreja ortodoxa está disposta a aceitar a legalização da igreja uniata, interdita por Estaline em 1946 e incorporada à força no seio da igreja oficial ■ O Partido Comunista Búlgaro e a União das Forças Democráticas, que agrupa os principais movimentos independentes, acordam realizar uma mesa-redonda para debater os problemas do país.

28

Quinta-feira

A União dos Sindicatos do Distrito de Santarém reclama a declaração de calamidade pública para os vales do Tejo e do Sorraia ■ O porta-voz do Conselho de Ministros, Fernando Nogueira, afirma no final da reunião do Executivo, que os aumentos dos preços dos bens essenciais serão publicados brevemente ■ Os trabalhadores do Instituto Nacional de Estatística e os seus representantes sindicais são ouvidos no Ministério da Tutela, continuando contudo sem obter resposta às questões que colocam ■ Os trabalhadores da Direcção-Geral de Viação, inspectores examinadores e agentes técnicos de viação declaram uma greve entre os dias 2 e 5 de Janeiro ■ O antigo dirigente checoslovaco Alexander Dubcek é eleito presidente do parlamento ■ As forças invasoras norte-americanas do Panamá raptam o ministro dos Negócios Estrangeiros deposto, Leonardo Kam, levando-o para a base militar de Edwars.

29

Sexta-feira

O grupo parlamentar do PCP exige que o Governo classifique de calamidade pública a situação no Vale do Tejo e que ponha em execução medidas excepcionais de apoio às autarquias e às populações afectadas pelas cheias ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas está reunido para apreciar as queixas contra a

invasão do Panamá pelas tropas norte-americanas ■ O dramaturgo checo Vaclav Havel é eleito presidente da República da Checoslováquia durante uma sessão solene do parlamento realizada em Praga ■ O Conselho da Frente de Salvação Nacional da Roménia publica uma série de decretos com o fim de garantir o controlo da situação no país ■ Os Estados Unidos chegam a acordo final para a concessão de um empréstimo temporário à Polónia de cerca de 500 milhões de dólares ■ A CGTP afirma que os preços para 1990 anunciados pelo Governo tornarão ainda mais afastados da realidade os valores projectados para a inflação no próximo ano ■ A Câmara Municipal de Lisboa rejeita os anteprojectos do Hotel Hilton, Centro de Congressos e Centro Polivalente, previstos para o alto do Parque Eduardo VII.

30

Sábado

Mário Soares termina a sua visita a Praga, viagem privada que efectuou a convite do novo presidente da Checoslováquia Vaclav Havel ■ O parlamento polaco anula o artigo da Constituição que concedia o papel de liderança ao Partido Comunista e cancelou também a qualificação da Polónia como Estado socialista ■ O Comité Central do Partido Comunista Búlgaro reconhece a «bulgarização» forçada da minoria étnica muçulmana desde 1984, considerando-a um erro político grave ■ A União Soviética reclama a retirada imediata das tropas invasoras norte-americanas do Panamá ■ O Presidente Eduardo dos Santos anuncia em Luanda uma nova proposta de oito pontos para a regulamentação do conflito interno de Angola ■ A manifestação pacifista internacional que se realiza em Jerusalém culmina com um cordão humano e é violentamente dispersada pela polícia, que fez cerca de 60 feridos.

31

Domingo

As conservas de tomate portuguesas deixam de ser taxadas com direitos aduaneiros quando importadas por países da Comunidade Europeia ■ O governo nicaraguense decide pedir a convocação de uma reunião extraordinária do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos ■ Atentado à bomba destrói hotel situado no Sul da Córsega ■ A Presidente filipina, Corazón Aquino, anuncia uma remodelação governamental, substituindo o responsável pelas finanças e mais sete ministros ■ O primeiro-ministro israelita demite o ministro da Ciência por ter contactado recentemente com membros da Organização de Libertação da Palestina ■ O presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, manifesta-se preocupado com a eventual diminuição do nível da ajuda externa ao Terceiro Mundo ■ O líder da OLP, Yasser Arafat, compara o movimento pró-democracia no

Leste Europeu ao levantamento popular palestino contra Israel nos territórios ocupados ■ As autoridades romenas anunciam a detenção do general Iulian Vlad, chefe da Securitate, e de três outros altos funcionários da polícia secreta.

1

Segunda-feira

O início do ano de 1990 é marcado pelo aumento de vários produtos essenciais, como o pão, a água, o gás, os transportes, o telefone, os correios, etc. ■ O vereador Rui Godinho, da Câmara Municipal de Lisboa, reafirma que não há qualquer legitimidade ou cobertura legal para que prossigam as obras ligadas ao «Projecto Hilton» ■ O Presidente da República, Mário Soares, afirma que Portugal foi o pioneiro no movimento de liberdade e democracia política que sopra em todo o mundo ■ A Frente de Salvação Nacional da Roménia anuncia a adopção de um conjunto de medidas legislativas entre as quais se destaca a abolição da pena de morte e o estabelecimento do pluripartidarismo ■ A Conferência Episcopal do Panamá envia uma carta ao Papa pedindo-lhe que entregue o general Noriega, que continua refugiado na Nunciatura Apostólica da capital panamiana; entretanto os militares norte-americanos que ocupam o Panamá invadem as instalações diplomáticas da Nicarágua, sequestram um representante cubano e mantêm encerrado o aeroporto internacional da capital por tempo indeterminado.

2

Terça-feira

O Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, anuncia a remodelação do seu Governo. Alguns dos ministros mais contestados são substituídos por figuras consideradas de segunda linha ou sem crédito. São eles Eurico de Melo, Miguel Cadilhe, Silveira Godinho, Álvaro Barreto e Leonor Beleza ■ Um relatório da Secretaria de Estado do Ambiente revela que no Ribatejo cerca de 40 a 50 mil hectares de terras em grande parte ocupadas com culturas estão inundadas ■ Inspectores, examinadores e agentes técnicos da Direcção-Geral de Viação iniciam uma greve de quatro dias pela dignificação profissional ■ Razões «de ordem técnica», invocadas pela administração, impedem a saída do matutino «Público», projecto no qual, segundo se diz, foram investidos pelo grupo Sonae mais de dois milhões de contos ■ A direcção do Partido Comunista do Vietnam afirma que o ano de 1990 será o da renovação e da consolidação do Partido para «construir o socialismo» ■ Uma solução de compromisso evita a queda do governo de Israel na sequência do caso Ezer Weizman, ministro da Ciência, que Isaac Shamir tentara demitir ■ Intensificam-se os conflitos entre os grupos que combatem o governo legítimo do Afeganistão.

frentamento de uma furiosa campanha anticomunista em que participaram alguns detractores do PCP.

Um destes que mais tem sido objecto da promoção, do incentivo e das honras da comunicação social da direita e até de certos órgãos do Poder dentro e fora do País, iludindo a verdade dos factos teve mesmo o despudor de escrever: «Nos mais inesperados jornais, colonistas, comentaristas insuspeitadamente da direita enchem agora de epítetos carinhosos os dirigentes do PCP, transformados num Kitch tipo anos 50».

Um observador minimamente informado, minimamente leitor ou auditor da comunicação social falada ou escrita sabe que isto não passa de uma refinada inversão da verdade.

E apesar de toda esta furiosa campanha o PCP prepara-se activamente para o debate das grandes questões da actualidade, para uma definição de objectivos e de formas de acção no quadro das Resoluções do seu XII Congresso que as novas realidades põem na ordem do dia, prepara-se para as grandes batalhas políticas em perspectiva.

A reunião de 23 e 24 próximos do Comité Central do PCP vai certamente aprofundar o debate da problemática interna e externa, reforçar e alargar a unidade, a coesão ideológica, o carácter democrático do Partido.

A entrevista concedida ao «Avante!» por Alvaro Cunhal publicada neste número do nosso jornal é um elemento esclarecedor da situação política nacional do ponto de vista do PCP, das principais questões da actualidade que preocupam os comunistas portugueses e todos os cidadãos interessados nos destinos do seu País e do Mundo.

Para ela remetemos a atenção dos nossos leitores.

Nos horizontes do primeiro semestre do ano em curso, o Congresso Extraordinário decidido pelo Comité Central na sua reunião de dia 20 de Dezembro constituirá um novo passo em frente na luta dos comunistas, no reforço da democracia interna do seu Partido, no apetrechamento ideológico e político para as grandes tarefas do futuro.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Governo derrotado aumenta preços

São substanciais as diferenças entre os aumentos de preços decretados pelo Governo em finais de 1988 e no mesmo mês, Dezembro, mas do ano findo. Destaquemos desde já uma dessas diferenças: a de não afectar os resultados eleitorais das autárquicas em 17 de Dezembro. Embora a «inocente marosca» não tenha alcançado o resultado pretendido pelo Governo nas urnas, recorde-se ainda assim que, em 1988, os aumentos dos preços das mesmas mercadorias de grande consumo foram decididos pelo mesmo Governo em 15 de Dezembro, o que evidentemente vem confirmar o fundamento do anúncio dos mesmos serviços e produtos essenciais mais caros, cerca de duas semanas mais tarde do que no ano anterior. Não são de augurar bons êxitos a esse «último esforço» eleitoralista da parte do Governo e do seu partido. Os aumentos de preços foram superiores aos do ano passado, sem contrapartida nos salários, por exemplo, que realmente baixaram, e o movimento sindical reclama percentagens superiores nas propostas de revisão a apresentar no ano corrente.

Numa nota sobre o assunto emitida sexta-feira passada pelo gabinete de Imprensa do PCP, que integralmente se publica nesta página, assinala-se com destaque a necessidade de que, «em 1990, os portugueses renovem e aumentem a sua oposição à política anti-social do Governo e do PSD».

Ainda segundo a mesma nota, a essa oposição deve juntar-se à luta dos trabalhadores pela «obtenção de aumentos salariais libertos dos tectos que o Governo lhes pretende impor»; e o mesmo deve suceder com os reformados e pensionistas, para

que «as suas pensões de miséria não sejam totalmente consumidas pela inflação».

Aumentos superiores aos de 1988

Os aumentos de preços decididos há um ano foram todos inferiores aos decretados agora. Enquanto que o aumento médio, tornado público em 15 de Dezembro de 1988, para o mesmo conjunto de mercadorias, era de 4 por cento, desta vez o aumento médio ponderado que declaram é de 7,7 por cento.

Exemplos: há um ano os



passes sociais na região de Lisboa aumentaram 6 por cento (agora 9 por cento); o custo do consumo médio de água da EPAL aumentou 5,1 por cento e passou agora para mais 7,7 por cento; o aumento médio ponderado do pão foi de 3,6 por cento, hoje é de 5,9; com o gás de cidade passa-se o mesmo - 8,2 por cento para 1989, 11,3 por cento para o ano

corrente; no preço por impulso telefónico não houve aumento no ano passado, agora são mais 9 por cento.

Por outro lado, não é verdade que os aumentos de preços decididos em Dezembro de 1989 para vigorarem actualmente sejam inferiores à taxa de inflação esperada. Ao contrário do que afirmou o ministro Fernando Nogueira, a maioria dos aumentos de

preços - e os mais significativos, exceptuando o pão - situam-se entre os 9 e os 11 por cento, quando a taxa esperada pelo Governo, e proclamada como tal, para 1990, oscila entre os 9,5 e os 10,5 por cento.

Entre os preços que subiram na ordem dos 9 a 11 por cento encontram-se os dos passes sociais, impulsos telefónicos, cartas (porte mínimo), taxas da RDP e RTP, gás de garrafa e de cidade.

Os números costumam falar claro, sobretudo quando «sacam» decididamente dos bolsos dos consumidores

mais atingidos pela política do Governo aquilo que a pulso foi arrancado às pretensões do patronato-Executivo-PSD. É a matéria dos salários, a entrada em linha de conta com os aumentos de produtividade, em suma, a melhor distribuição dos rendimentos que este Governo continua a atacar.

Opor-lhe força organizada e decidida é a legítima pretensão, um dos objectivos principais do movimento sindical e das restantes forças que defendem consequentemente os interesses da maioria da população.

O primeiro anúncio

Sobre os aumentos de preços, decididos pelo Governo e tornados públicos quinta-feira passada, o PCP distribuiu a seguinte nota do seu gabinete de Imprensa:

«1. O pacote de aumentos de preços de alguns bens e serviços essenciais, ontem anunciados pelo Governo (e a que se seguirão os da energia eléctrica e outros), são bem o primeiro anúncio de que a política de Cavaco Silva para 1990 se prepara para sobrecarregar ainda mais os magros orçamentos dos Portugueses.

«E é isso que justifica que, este ano, o Governo tenha atrasado o anúncio dos aumentos dos preços em cerca de 15 dias, comparativamente com o sucedido há um ano, de modo a que eles só fossem conhecidos depois das eleições autárquicas.

2. A propaganda do Governo, segundo a qual os aumentos dos preços agora decretados se situariam abaixo da taxa de inflação oficialmente prevista, é fortemente desmentida pelos aumentos efectivamente publicados. De facto, os aumentos variam, na sua maioria, entre os 9 e os 11 por cento, registando-se mesmo aumentos de 11,3 por cento no gás de cidade e de 40,6 por cento na «quota de serviço» (aluguer de contadores de água), relativa ao abastecimento de água na área abrangida pela EPAL.

«3. Em termos médios, os aumentos agora anunciados são largamente superiores aos decididos há um ano atrás pelo mesmo Governo, e que - importa recordá-lo - estiveram na base de uma taxa de inflação efectiva de 12,5 por cento em média anual, o que justifica plenamente a ilação de que a taxa de inflação de 1990 será, de novo, claramente superior à propagandeada pelo Governo.

«4. O PCP, ao mesmo tempo que manifesta o seu mais vivo protesto contra os elevados aumentos agora anunciados, sublinha que o Governo Cavaco Silva e o PSD mostram, assim, que, mais uma vez, se recusam a tirar as necessárias conclusões da condenação da sua política pela grande maioria dos Portugueses, confirmada, aliás, nas duas derrotas eleitorais que lhes foram infligidas em 1989.

«Importa, por isso, que em 1990 os Portugueses renovem e aumentem a sua oposição à política anti-social do Governo e do PSD, que os trabalhadores lutem pela obtenção de aumentos salariais libertos dos tectos que o Governo lhes pretende impor, e que os reformados e pensionistas reivindiquem que as suas pensões de miséria não sejam totalmente consumidas pela inflação».

Com preços a subir

Diminuição real dos salários assinalada pela CGTP

A CGTP que, à semelhança de todo o movimento sindical tem conduzido uma campanha pela sindicalização, ao referir-se, sexta-feira passada, ao aumento de preços de bens essenciais, decretado pelo Governo, sublinha a atenção que devem merecer os seus «efeitos multiplicadores» numa economia onde a diminuição real dos salários foi de 0,8 por cento no ano passado.

Numa nota do seu gabinete de Imprensa, a Central faz notar também que, perante esses aumentos e os seus efeitos, os valores pro-

jectados pelo Governo para este ano de 1990, no que respeita à inflação (entre 9,5 e 10,5 por cento), «ainda se tornarão mais afastados da realidade».

Pecado por defeito

Ao sublinhar ainda a taxa de inflação «prevista» para 1990, a CGTP acrescenta que, embora as projecções nesta matéria por parte da CEE sejam normalmente por defeito, mesmo assim a Comunidade «prevê para

Portugal uma inflação de 11,3 por cento» - bastante mais alta, como se vê, do que taxa governamental.

Na sua curta nota de três pontos, a CGTP critica os referenciais do Governo, que «continua a apostar na má-fé».

A Central justifica esta acusação pelas descidas dos salários reais. O Governo pretende, pelo menos, manter a baixa real dos salários verificada em 1989.

Sem se referir nesta ocasião aos aumentos de salários a reivindicar este ano (entre os 16 e os 18 por

cento), a CGTP conclui a sua nota sobre os aumentos de preços reclamando «deste Governo seriedade na apresentação das projecções macro-económicas».

Além da «fixação de um salário mínimo - 37000 escudos - que tenha em consideração os valores reais para a inflação» e o aumento da produtividade, a CGTP-IN reivindica ainda que esse mesmo salário mínimo e as restantes remunerações tenham em conta «a situação social injusta de milhares de trabalhadores portugueses».



Rodney
Arismendi

A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA



Faz-de-conta

Novinho em folha e já em rodagem, aí temos o novo ano de 1990. Dada a nossa inveterada obsessão por datas e inaugurações. Aqui estamos todos, mais uma vez, a assinalar o facto com artighadas deste ou outro jaez, ora a sério ora a brincar mas sempre muito compenetrados destes nossos faz-de-conta.

Os audiovisuais afogam-nos em magazines onde os acontecimentos do ano findo são malhados a ritmo binário e os acontecimentos do ano começado são adivinhados com um baralho de cartas. Na RTP joga-se com rigor científico e dá-se a palavra aos zandingas.

A rádio faz «hits» do ano que passou, cita Aldous Huxley e, lembrando-se de como foi admirável neste mundo novo, reedita a «Guerra dos Mundos» ao som da balalaika, fónograficamente o mais aproximado para quem ouve a Perestroika cá deste lado. Em Portugal toca-se o Marco Paulo e entrevista-se os drs. Vasco Graça Moura e Eduardo Prado Coelho, os maiores expoentes do espectro político-semiótico-ó-cultural na arte de ver o futuro do ano que vem.

Na Imprensa faz-se o resto e muito respeitosa e à letra, como é da tradição.

Com os comentadores, comenta-se.

Com os analistas, analisa-se.

Com os articulistas, articula-se.

Em Portugal abrem-se e fecham-se jornais ou vice-versa, conseguindo-se que os comentadores analisem, os articulistas comentem, os analistas articulem e todos o façam aqui, ali e em toda a parte, vendo claramente visto e na certeza de que entre o Luís e a Florbela há Camões a rodos e Espancas a oito, neste País consabidamente de poetas. Está aqui, aliás, o único sítio do mundo que conseguiu dar a bota com a perdigota, ainda que apenas em rima.

Por isso em Portugal já se sabe uma data de coisas sobre este ano novinho em folha, assinalando-se o facto com a certeza de quem está habituado a dar novos mundos ao mundo. Sabe-se que Portugal dificilmente participará no Mundial de Futebol deste ano, mas que nestas coisas nunca se sabe.

Que o Governo garante que este ano não haverá mais aumentos, mas aí já toda a gente sabe como são estas coisas.

Que o ministro dos Negócios Estrangeiros vai continuar a falar inglês, mas precisa para isso de continuar a ser ministro.

Que há ministros que se vão demitir, apesar de o Governo continuar coeso.

Que há ministros que vão ser demitidos, apesar de não ir haver remodelação.

Que vai continuar a haver Primeiro-Ministro para este Governo, mesmo que não haja Governo para este Primeiro-Ministro.

Portanto este ano novinho em folha e já em rodagem não nos consegue apanhar descalços.

Nós, cá na bola, todos bem.

Nós, cá na inflação, todos bem.

Nós, cá no Governo, todos bem.

É por isso que vamos ter um ano de 1990 cheio de propriedades.

Com o Eurico de Melo a bater com a porta do Governo julgando estar a dizer «adeus até ao meu regresso».

Com o País a bater à porta do Governo a gritar que está de regresso.

Com o Governo a bater à porta do País, tão pródigo que não tem regresso.

É claro que também há coisas que não sabemos, acerca deste ano novinho em folha e já em rodagem, que também abordamos ora a sério ora a brincar, muito compenetrados destes nossos faz-de-conta.

Ignoramos qual será exactamente o golo que nos vai faltar para o Mundial.

Para além de a sabermos grande, desconhecemos qual será a margem de erro com que a inflação nos entrará nos bolsos.

Finalmente não sabemos até onde se aguentará, em 1990, um Governo assim.

Tão faz-de-conta.

■ H. C.

Trabalhadores

Abono de família

Aumento «chocante e ridículo» — afirma a CGTP

«Chocante e ridículo» é como a CGTP-IN classifica o aumento de 175 escudos mensais, que o Governo acaba de atribuir a cada pessoa com direito ao abono de família.

Aumentado a partir de 1 de Janeiro, esse subsídio — «a prestação social que mais se tem desvalorizado em consequência de inflação» — era, em 1974, de 240 escudos.

Explica a central sindical que, de 1974 a 1990, «a inflação aumentou 1445 por

cento e o abono de família 546 por cento».

Para a CGTP, isso significa a «perda de metade do valor real» do subsídio.

«Para que, em 1990, o poder de compra se mantivesse», a quantia a receber por cada beneficiário «teria de ser de 3708 escudos e não de 1550», como passou a ser a partir de 1 de Janeiro findo.

O abono perdeu a função social

Acrescenta a CGTP que, com o valor presente, o sub-

sídio de abono de família perdeu «toda a sua função social».

A CGTP, que considera óbvia essa negação, sublinha que 1550 escudos mensais não permitem o mínimo apoio a uma criança, já que apenas proporcionam a aquisição de 17 litros de leite.

Por isso, acrescentava a CGTP quinta-feira passada, «todo o esquema do abono de família, na sua componente de protecção à criança, tem de ser urgentemente re-

pensado, e o cálculo do seu valor não poderá ficar na dependência exclusiva de aumentos que apenas têm em conta as variações da inflação e, mesmo essas, mal calculadas pelo Governo».

O reexame da função do abono de família continua, assim, a ser objecto de reivindicação da CGTP-IN, bem como o aumento imediato desse subsídio para 2500 escudos mensais — o que corresponde «à possibilidade de compra de 1 litro de leite» por dia.

Greve na Direcção Geral de Viação

Pela revalorização das carreiras

Após terem paralisado no início do passado mês de Dezembro, os trabalhadores de Direcção Geral de Viação, inspectores e agentes técnicos iniciaram na terça-feira uma greve que se prolongará até ao dia 5 de Janeiro.

Em causa continua a estar a publicação do diploma de reestruturação das respectivas carreiras, cujo projecto, apresentado em Julho do ano transacto aos trabalhadores

que o aprovaram, continua estranhamente por publicar. Desta forma os trabalhadores não foram ainda abrangidos pelo novo sistema retributivo da função pública, em vigor desde 1 de Outubro passado.

O Sindicato da Função Pública da Zona Centro atribui toda a responsabilidade pela greve ao Governo, que é acusado de não manifestar qualquer vontade política de resolver a situação. De referir

que o actual estado de coisas traduz-se em vencimentos baixos e discriminatórios que não dignificam os trabalhadores nem os serviços em causa.

Hotelaria

Os trabalhadores do Catering Costa Campos efectuaram uma greve de 24 horas no passado dia 30 de Dezembro, cujo objectivo foi es-

sencialmente a defesa dos postos de trabalho, face à pretensão da administração de despedir duas dezenas de trabalhadores que contam cerca de três anos de trabalho na empresa.

A jornada de luta foi decidida pelos trabalhadores em plenário, realizado no dia 27 de Dezembro, que incumbiu a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria do Sul de decretar a greve.

Destruições no Líbano

Enérgica condenação junto do embaixador

Num telegrama de protesto enviado ao embaixador de Israel em Portugal, a CGTP-IN «condena energicamente a agressão militar, levada a cabo pelas Forças Armadas israelitas contra as sedes do Partido Comunista Libanês».

O gabinete de Imprensa da CGTP afirmava em 27 de Dezembro que, naquele telegrama, o «sionismo» é acusado de «violar cada vez mais a integridade territorial de países soberanos».

A enérgica condenação, di-

vulgada na última sexta-feira, sublinha ainda que «o sionismo» tenta desse modo «impedir a consolidação da paz na região» e contraria «o desejo universal de paz que se reforça no mundo».

De acordo com a nota do

gabinete de Imprensa, «a CGTP-IN termina o seu telegrama de protesto, enviado ao representante do governo israelita em Portugal, exigindo o fim das acções militares em curso e a retirada imediata das forças de ocupação israelitas».

FRANCISCO MIGUEL DAS PRISÕES À LIBERDADE

Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses que durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

Texto organizado
por
Fernando Correia
Colecção «Resistência»



Trabalhadores



Balanço de 1989 da CGTP-IN Como sempre a luta compenhou

A Comissão Executiva da CGTP distribuiu sexta-feira passada em Lisboa o «Balanço do ano de 1989», durante o qual realizou o seu VI Congresso. Dividido em seis partes, o documento sublinha que a caracterização feita nessa altura pelo órgão máximo da central se revelou «extremamente correcta» designadamente quanto ao futuro próximo, e citamos: «no que se refere à importância do progresso científico e técnico e da internacionalização das economias», durante o ano de 1989.

Depois de criticar «o Governo conservador de Cavaco Silva» que escolheu, em vez de uma política social, o «afrontamento aos direitos dos trabalhadores» e «uma política salarial extremamente restritiva», o Balanço destaca a **legislação sobre despedimentos**, como exemplo dessa política, mas sem no entanto ter alcançado «os objectivos que se propunha».

De projecto em projecto, sublinha a CGTP, o **Governo foi sendo coagido a retroceder nas soluções que preconizava, tendo-se alcançado algumas sensíveis melhorias nos textos propostos, por via da acção firme, determinada e tecnicamente fundamentada das organizações dos trabalhadores, onde, sem qualquer dúvida, avultou a intervenção da CGTP-IN.**

Alcançados importantes resultados

As dificuldades levantadas pela política do Governo não impediram o movimento sindical em geral e a CGTP em particular de alcançarem «importantes resultados» no ano que findou.

Por exemplo, «o aumento médio das tabelas salariais obtido na contratação colectiva foi de 11,2 por cento». Esse resultado, «embora insuficiente», deve ser confrontado, no entender da direcção da central, com os 6 por cento da inflação prevista para 1989, e também com os 0 (zero) a 9,5 por cento que o Governo tentou impor.

Por outro lado — lê-se ainda no Balanço — «conseguiu-se também uma actualização intercalar de salários mínimos nacionais e registaram-se progressos significati-

vos na redução da duração semanal de trabalho, em vários sectores e empresas».

Quanto ao acordo com a UGT, de 19 de Setembro, os dirigentes da CGTP afirmam que ele se gerou a partir da «constatação de que o crescimento económico não se vem traduzindo na melhoria efectiva do nível de vida de quem trabalha e das suas condições de trabalho». Daí o ter-se gerado «no seio dos trabalhadores um forte desejo de unidade na acção por parte das suas organizações sindicais».

Num comentário ao mesmo acordo com a UGT, o Balanço refere o seguinte:

«Este acordo tem constituído um factor positivo no estímulo à unidade dos trabalhadores, na luta que se tem vindo a travar, designadamente no âmbito da negociação colectiva».

Contudo, e no seguimento da vasta campanha do Governo e da tendência Social-Democrata (TSD) contra esta convergência, a UGT veio, em 7 de Novembro, a suspender, unilateralmente, do diálogo que se vinha a travar e que teve, durante este ano, implicações bastante importantes».

Direito de organização na PSP e nos EFFAs

Depois de destacar a «vitória» que foi o «reconhecimento legal do direito da organização sindical dos trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFAs) e dos profissionais da Polícia de Segurança Pública» e de criticar a revisão constitucional, no que respeita ao sector empresarial do Estado e à Reforma Agrária, Balanço da CGTP realça o facto de «os benefi-

cios do crescimento económico terem passado à margem dos trabalhadores».

Enquanto que o Produto Interno Bruto (PIB) «cresce em termos reais 5 por cento, os salários reais têm um decréscimo de 0,8 por cento» sublinha a Comissão Executiva da CGTP.

E acrescenta:

«Não é verdade que o nível de vida dos trabalhadores portugueses esteja a aproximar-se do nível médio dos trabalhadores da CEE, visto que é a própria Comissão das Comunidades a adiantar que o aumento médio dos salários nos países da CEE foi em 1988 de 2 por cento e a previsão para 1989 é de 1,3 por cento, enquanto que em Portugal o crescimento, nesses mesmos anos, foi, respectivamente, de 0,9 por cento em 1988 e será os já referidos menos 0,8 por cento em 1989».

Economia apoiada nos baixos salários

Embora o País tenha beneficiado nos últimos anos de «uma conjuntura externa extremamente favorável» — continua o Balanço da CGTP — e dum injeção de fundos comunitários na nossa economia — tem-se assistido a «uma enorme e preocupante penetração do capital estrangeiro», tudo indicando que «**não se deram passos significativos na modificação da estrutura de especialização da economia portuguesa em baixos salários.**»

Depois de referir com algum pormenor comparações numéricas entre rendimento nacional e salários reais, por exemplo: casos como os dos salários em atraso, trabalho infantil, etc., o Balanço, criticando adequadamente o Governo, sobretudo no campo da condução da economia, passa ao **aspecto internacional** onde se verificaram «as grandes mutações previstas e delineadas no VI Congresso e que inevitavelmente afectam e afectarão a realidade portuguesa».

Transcreve-se toda a parte final do Balanço:

«O processo de internacionalização das econo-

mias aprofundou-se significativamente este ano. Ao nível da Comunidade Europeia, não só o **Mercado Interno** (liberalização completa da circulação de produtos e factores) passou por um grande avanço (60 por cento das medidas previstas foram já concretizadas), como também se encentou um processo de muito maior amplitude, no que toca ao processo de integração económica e que se denominou **União Económica e Monetária** (políticas monetárias, orçamentais e cambiais, banco central, e moeda comum).

«Por outro lado, os próprios acontecimentos a Leste, para além das suas implicações políticas, terão consequências a curto prazo ao nível do comércio do nosso país com os países comunitários, em virtude da abertura das fronteiras comunitárias a esses países».

«Todo este processo, de crescente interdependência e relacionamento, coloca dados e problemas novos, não só em relação às economias, mas também no que se refere aos trabalhadores e às suas organizações. **A coordenação das acções sindicais a nível internacional é não só uma exigência, mas foi já este ano uma realidade.**»

«A unidade e a coordenação sindical europeia em torno da defesa da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais e de medidas concretas que visem a coesão económica e social dentro do espaço comunitário, simbolizadas na **manifestação conjunta de Bruxelas**, em 18 de Outubro, são exemplos históricos da vitalidade e futuro do sindicalismo. Por outro lado, representaram também uma vitória numa Europa comunitária em que grande parte dos governos são conservadores».

«Finalmente, os novos e importantes sinais de desanuviamento e democratização, que marcaram este final de ano, são aspectos que não podem deixar de fazer os trabalhadores e as suas organizações olhar o futuro com esperança», conclui o Balanço da CGTP-IN.

PCP

Zita Seabra expulsa do Partido

1. Como pode ser resumido da Resolução do Comité Central do PCP sobre a situação partidária de Zita Seabra, de 13 de Novembro de 1988, Zita Seabra foi destituída de membro suplente da Comissão Política, no dia 5 de Maio de 1988, por «faltas graves na sua conduta partidária devidamente confirmadas», e destituída do Comité Central em 13 de Novembro do mesmo ano porque «numerosos factos mostram que a conduta de Zita Seabra, escolhendo o caminho do confronto com o Partido, é incompatível com a sua situação como membro do Comité Central».

2. Depois desta data não houve qualquer indicação de rectificação naquele confronto. Pelo contrário, Zita Seabra tornou pública, frequentemente e em diversos órgãos de comunicação social, uma posição claramente contra a orientação do Partido e cada vez mais afastada dos seus próprios fundamentos.

Ante tal conduta, muitos membros do Partido, individual e colectivamente, têm manifestado a opinião de que não é aceitável a continuação de Zita Seabra como membro do Partido.

3. Num artigo publicado no «Diário de Notícias» de 2 de Janeiro de 1990, Zita Seabra afirma que, para além da demissão em bloco da direcção do Partido, a renovação do PCP «significa mudar o nome do partido, o seu programa e objectivos». Acrescenta que «é necessário rapidamente enterrar o centralismo democrático, o marxismo-leninismo, o movimento comunista internacional e outros conceitos arcaicos que já quase só sobrevivem na Rua Soeiro Pereira Gomes». Ouvida, confirmou o texto publicado.

Aquelas afirmações colocam Zita Seabra numa posição que já nada tem a ver com o PCP e em luta aberta contra ele.

Ante tais factos, a Comissão Central de Controlo e Quadros resolveu expulsar Zita Seabra de membro do Partido Comunista Português.

Esta decisão, submetida à apreciação do Comité Central, foi por este ratificada, mediante consulta individual dos seus membros. O Comité Central decidiu tornar pública esta decisão.

3 de Janeiro de 1990

A Comissão Central de Controlo e Quadros

A HISTÓRIA DA LUTA DO PARTIDO E DOS TRABALHADORES NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO



contada em artigos
reportagens e entrevistas
nas páginas do militante

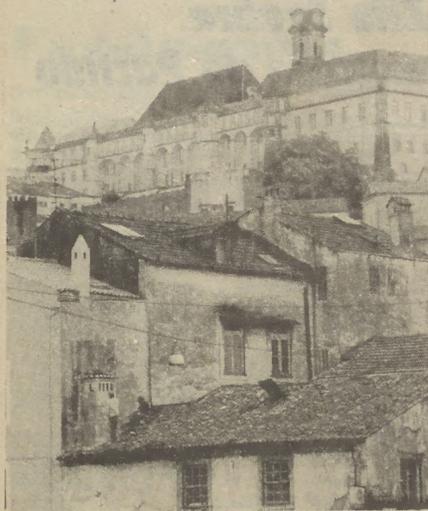
à venda encadernações anuais de

O Militante

edições
Avante!

CDL a distribuição

PCP



Coimbra: 15,7% de aumentos

Equilíbrio financeiro dos transportes à custa da população

A acção judicial contra o Governo por falta de cumprimento do Orçamento do Estado (prejudicando gravemente a cidade e o concelho), proposta da CDU aprovada em Janeiro de 1987, perdeu-se pelas gavetas do contencioso camarário, recorda com oportunidade a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP numa breve nota divulgada aos jornalistas a propósito do novo tarifário dos transportes urbanos para 1990, agora aprovado.

Segundo aquele organismo do PCP, «é à custa do sacrifício da população do concelho que o PSD e o PS procuram o equilíbrio financeiro para os transportes», cujo tarifário sofreu agora novos agravamentos, numa mé-

dia de 15,7 por cento, numa medida claramente antipopular com a assinatura da maioria PSD/PS.

Refere a nota da Concelhia do PCP:

«Mais uma vez os autarcas da CDU votaram contra estes aumentos, lembrando que não são justos já que a Câmara Municipal de Coimbra nada fez para obrigar o Governo a liquidar as indemnizações compensatórias que lhe são devidas desde o ano de 1987».

O breve comunicado daquele organismo concelhio do PCP termina assim: «A CDU mantém-se coerente na defesa dos interesses dos municípios. Cabe à população de Coimbra tirar as suas conclusões».

Informação médica

Está marcada para o próximo dia 12 uma importante reunião de militantes do Partido que trabalham na informação médica (indústria farmacêutica), na zona de Lisboa.

A reunião terá início às 21 e 30 h. no Centro Vitória, na Av. da Liberdade, 170. Participe!

Camaradas Falecidos

Perpétua Fernandes

Camarada muito prestigiada na organização da freguesia de Almada, faleceu recentemente, vítima de atropelamento, Perpétua Maria Amélia Fernandes, de 60 anos, militante do PCP desde 1974.

organização da freguesia de Santos (Lisboa), do PCP.

João Camacho

Membro do Partido desde 1974, faleceu recentemente João José Camacho, de 61 anos, de Almada.

António Franco

Operário da extinta Companhia Portuguesa de Pescas (CPP), faleceu no primeiro dia deste ano com 59 anos o nosso camarada António dos Santos Franco, membro da

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta profundo pesar e solidariedade.

Panamá e participação juvenil na campanha das autárquicas O comentário da JCP

O Executivo da Direcção Nacional (DN) da Juventude Comunista Portuguesa divulgou recentemente aos órgãos da Comunicação Social duas breves notas onde toma assim posição pública sobre temas de vincada actualidade. Uma, condenando a invasão e ocupação militar do Panamá por tropas dos EUA; outra, sobre a participação da juventude na campanha eleitoral das autárquicas de 17 de Dezembro passado.

Condenando de forma veemente a invasão e a ocupação militar dos EUA no Panamá, o Executivo da DN dos jovens comunistas portugueses sublinha que tal atitude constitui mais uma grosseira violação do Direito Internacional e uma afronta aos mais elementares direitos de um povo, como o são o direito à soberania e independência nacional, assumindo desta forma um papel de violência e desestabilização no continente americano.

Os Estados Unidos da América, com mais esta prepotente atitude vêm contribuir para o comprometer negativamente o ambiente de desanuviamento que tem vindo a ser impulsionado, nomeadamente pela União Soviética e parte importante da comunidade internacional», conclui a JCP.

Entretanto, analisando a participação da juventude na recente campanha eleitoral para as autárquias, o Executivo da DN da JCP, reunido

em Lisboa, destaca desde logo o relevante contributo da Juventude Comunista no desenvolvimento da campanha eleitoral da CDU e das coligações em que o PCP participou, como sucedeu na capital, em Setúbal e na Covilhã.

Refere a dado passo a nota divulgada aos jornalistas:

«O número de candidatos jovens participantes nas listas da CDU e outras coligações onde o PCP participou (mais de quatro mil), os programas próprios da juventude ou a autonomização do capítulo da juventude nos programas gerais, o esforço de apuramento dos problemas dos jovens em cada autarquia e o desenvolvimento de uma campanha autónoma de juventude com um vasto conjunto de iniciativas próprias realizadas, permitiram uma maior consciencialização dos jovens para a importância do poder autárquico e uma maior mobilização juvenil na campanha eleitoral.»

Campanha dos 150 mil vai avançar Dia 11, reunião da coordenadora nacional

O trabalho feito nos últimos meses, as metas das organizações e a planificação da campanha neste momento de arranque em força serão, certamente, temas em foco na reunião da comissão coordenadora nacional da campanha dos 150 mil contos para os terrenos da Festa do Avante!

Como temos salientado em recentes edições do Avante!, aquela reunião terá lugar em Lisboa já no próximo dia 11, (quinta-feira) estando prevista a participação de representantes de todas as organizações regionais do PCP.

Logo no número a seguir à iniciativa, o Avante! dará aos seus leitores to-

Dar continuidade ao trabalho

Depois de referir que «a participação activa e empenhada de milhares de jovens na campanha da CDU contrasta com a redução da participação juvenil nas campanhas das forças de direita», o Executivo da DN sublinha «o importante papel da JCP na campanha que contribuiu para os resultados globalmente positivos da CDU nestas eleições, para a derrota do PSD e para a vitória da Coligação «Por Lisboa».

A necessidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido durante a campanha, abrindo a participação de todos os jovens a uma actividade empenhada e criativa junto do Poder Local, reafirmando que as propostas da Juventude CDU são compromissos pelos quais irá lutar para levar à prática, é um aspecto realçado pelo Executivo da DN da JCP, que saúda todos os jovens candidatos e activistas que de forma empenhada participaram na campanha eleitoral, revelando que vai levar à próxima reunião da Direcção Nacional (13 e 14 de Janeiro de 1990) o aprofundamento da discussão que leve à definição de linhas de acção nesta área de trabalho.

Os temporais e as inundações

São necessárias medidas urgentes e de excepção

- sublinha o PCP

Os temporais e as inundações que desde há algumas semanas têm vindo a atingir diversas regiões do País - com especial incidência no Vale do Tejo, Vale do Douro e Algarve - exigem medidas urgentes e de excepção que permitam às populações e às autarquias locais acorrerem aos prejuízos incalculáveis existentes.

— sublinha o PCP numa breve nota divulgada no passado dia 29 de Dezembro pelo seu gabinete de imprensa.

O telex enviado para as redacções dos órgãos da Comunicação Social refere mais adiante:

«As destruições ou graves danos provocados em habitações, estradas, pontes, arreamentos, infra-estruturas e equipamentos sociais e ainda em culturas e explorações agro-pecuárias, bem como em instalações comerciais e industriais, são de tal dimensão que se justifica plenamente a declaração de situação de calamidade pública».

A nota do gabinete de Imprensa do PCP dirige uma crítica à actuação do Governo, afirmando:

«Da parte do Governo - e se exceptuarmos a atribuição de 500 mil contos para o Algarve e o chamado plano de emergência para as estradas nacionais (que exclui expressamente as estradas municipais) - apenas se tem assistido a algumas visitas esporádicas de ministros e a declarações de intenção totalmente desajustadas da

realidade e do dramatismo da situação que se tem estado a viver. Ao fim de várias semanas de cheias as medidas concretas deveriam já ultrapassar, em muito, o pouco que o Governo até agora fez».

Pesados encargos para as autarquias

A nota de Imprensa do PCP chama também a atenção para um aspecto que não tem sido devidamente mencionado:

«Neste quadro de calamidade pública vai caber às autarquias locais o pesado encargo de apoiar as populações e recuperar, reparar ou reconstruir muitas infra-estruturas ou equipamentos colectivos, quer nas zonas rurais, quer nas zonas urbanas ribeirinhas afectadas pelas inundações.

«Porém, não é possível exigir a cada município ou freguesia que suporte esse

encargo com as verbas normais do seu orçamento já de si reduzido pela política de esbulho seguida pelo Governo do PSD».

«A calamidade pública implica uma resposta nacional que não está ao alcance das autarquias por ela atingidas e cabe ao Governo concretizar essa resposta».

A concluir, a nota destaca a solidariedade do PCP com as

• O Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP reclamou a declaração do estado de calamidade pública para as regiões afectadas, designadamente no Vale do Tejo, com vista à adopção de medidas de apoio às populações e autarquias afectadas, na base da Lei das Finanças

populações, os municípios e freguesias afectadas por esta calamidade e reivindica a sua realização como um factor importante para a dinamização do Partido, o seu reforço e a melhoria da capacidade de resposta às novas exigências de intervenção social, política, ideológica e eleitoral do PCP.

No Douro

O Douro foi o berço do Porto quando, há 2500 anos, os povos desta área da península se fixaram no morro onde hoje se situa a Sé, espiciando a travessia do rio donde arribavam e partiam mercadores, mas que podia também ser ponto de chegada de inimigos.

O Douro foi berço da nacionalidade, pois «daqui nasceu o nome de Portugal», e durante séculos foi fonte de riqueza e lazer para portugueses pescadores, calafates e comerciantes, que fizeram a riqueza desta região.

O Douro acompanha o nascimento e transporte do vinho que é a nossa riqueza, assiste ao seu envelhecimento nas caves situadas na sua margem e leva a todo o mundo o produto do trabalho de mais de 200 000 pessoas.

O Douro tem sido palco de muitas tragédias, como a da ponte das barcas, que enlutou toda a cidade simultaneamente, e como as de muitas centenas de afogados que nos últimos cinquenta anos têm sido retirados das águas pelo Du-

que da Ribeira que, como mais ninguém, guia o seu caiaque por redemoinhos da corrente.

O Douro engrossa com a chuva torrencial, transbordando com a abertura das barragens feitas para tirar energia às suas águas, agita-se quando o mar cresce também em marés vivas e assalta as margens com violência, quando o Homem, descauteladamente, rouba areia às margens sem as proteger.

As cheias do Douro são o infortúnio periódico das populações ribeirinhas.

Os máximos nos piores anos estão marcados nos arcos da Ribeira. Alguns julgavam que não se repetiria, agora que o plano de aproveitamento hidroeléctrico estava completo. Outros até esqueceram a necessidade e as promessas de defender a Cantareira da violência do rio e do mar, quando as suas águas se confrontaram.

O passado voltou. Ribeira, Miragaia e a margem de Gaia completamente inundadas.

Casas particulares e comerciais, até as caves do precioso vinho, viram entrar a água e a lama, com um rosário de prejuízos e amarguras.

Claro que a solidariedade renasce sempre e os trabalhadores municipais (bombeiros, cantoneiros de limpeza, operários dos serviços técnicos) e muitos populares, lá estiveram dias e noites de fraternidade.

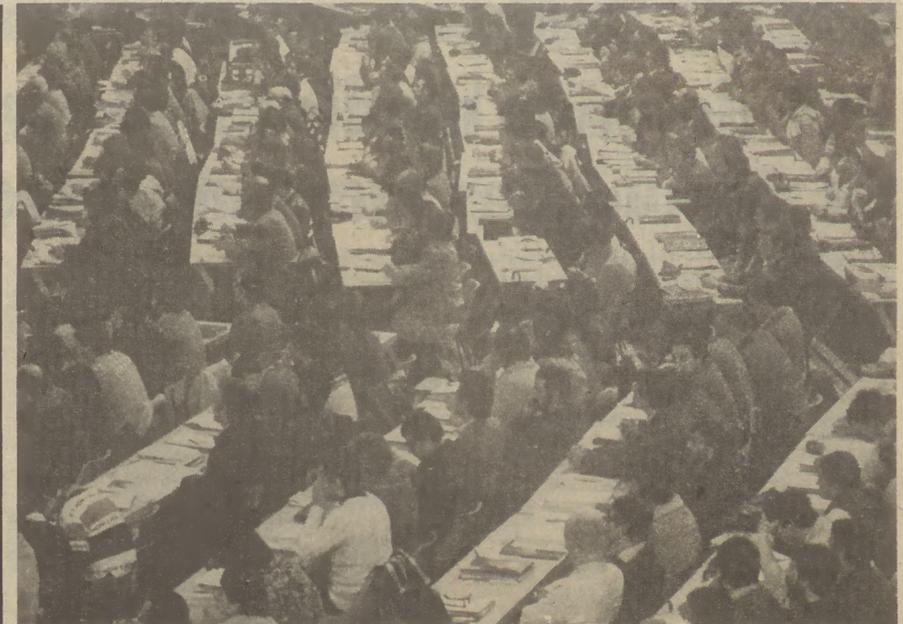
O pior parece já ter passado, mas é tempo de estudar a fundo e construir as necessárias defesas às violências do temporal.

É tempo, antes de mais nada, de ajudar as vítimas indefesas da calamidade que perderam muitos bens que eram fruto e garantia das suas vidas.

O Governo é mais uma vez confrontado com a insuficiência ou com o absurdo da sua política.

O rio voltou a estar calmo. É agora tempo de o povo se agitar e de exigir o que tem direito.

■ Oliveira Dias



As organizações do PCP e o Congresso extraordinário

• O exemplo de Braga

Os resultados eleitorais de 17 de Dezembro e as conclusões da última reunião do Comité Central são temas de primeiro plano que, naturalmente, suscitam comentários, notas, comunicados, tomadas de posição das organizações do PCP. Um exemplo significativo vem de Braga, onde a Comissão Distrital do Partido divulgou aos jornalistas uma extensa nota onde aborda aqueles temas, destacando também a convocação do Congresso extraordinário, «factor dinamizador para todo o colectivo partidário». E é exactamente sobre esta matéria que deixamos à apreciação dos nossos leitores as palavras de confiança e de determinação dos comunistas de Braga, sem dúvida um bom exemplo dos sentimentos com que a convocação do Congresso extraordinário foi acolhida em todo o País pelas organizações e pelos militantes do Partido.

No debate da situação, essa decisão, a Comissão Distrital de Braga decidiu agendar para a próxima reunião a discussão das medidas orgânicas e de direcção a tomar, com vista a fazer participar neste amplo debate todas as organizações e militantes comunistas do distrito.

A proposta de realização do Congresso extraordinário constitui, desde já, um factor dinamizador para todo o colectivo partidário, um elemento de reforço da confiança dos comunistas para enfren-

tar as batalhas do futuro próximo, e a afirmação confiante do papel que o PCP continuará a desempenhar na vida nacional como grande partido democrático, influente e força mais firme e dinâmica da sociedade portuguesa, para a defesa do regime democrático e a construção de uma democracia avançada no limiar do século XXI.

A Comissão Distrital de Braga do PCP saúda os comunistas e democratas que nas condições difíceis da batalha eleitoral contribuíram, com o seu esforço e empenhamento, para a realização da campanha de esclarecimento e mobilização que foi a campanha eleitoral da CDU tomando possível os resultados que, apesar de ficarem aquém das perspectivas, mantêm importantes posições e permitem encarar com confiança, como objectivos para o ano de 1990, o prosseguimento do trabalho autárquico da CDU no distrito e o reforço da luta social dos trabalhadores e do povo pelo seu bem estar, por uma nova política e por uma alternativa democrática ao governo de Cavaco Silva.

Amplio debate

A proposta de realização do Congresso extraordinário constitui, desde já, um factor dinamizador para todo o colectivo partidário, um elemento de reforço da confiança dos comunistas para enfren-

ta Municipal, comprometeu-se em plena campanha eleitoral a distribuir pelouros a todos os eleitos. A reunião com o PS assenta, segundo a Comissão Concelhia do Montijo do PCP, no princípio que sempre defendeu da unidade preferencial com os socialistas, pese o facto de estes não a terem entendido antes em relação aos comunistas.

Montijo

Na hora do diálogo PCP-PS

O diálogo entre forças democráticas, designadamente entre comunistas e socialistas, tem marcado a actividade política em diversas zonas do País. No passado dia 27 de Dezembro a Comissão Concelhia do Montijo do PCP divulgava a realização de um encontro entre delegações das direcções concelhias do PCP e do PS.

Proposta pela organização

local do PCP, esta reunião teve lugar no Centro de Trabalho do Partido, propondo-se ao PS «uma abordagem do funcionamento dos órgãos autárquicos concelhios em geral, eleitos em 17 de Dezembro».

Como é sabido, a CDU ganhou a Presidência da Câmara Municipal e foi a força política mais votada para a Assembleia Municipal. Ga-

Temporais

PCP defende medidas de apoio às populações mais afectadas

O Grupo Parlamentar do PCP reclamou do Governo a declaração do estado de calamidade pública para as regiões afectadas pelos fortes temporais que assolaram o País, designadamente no Vale do Tejo, exigindo que sejam adoptadas medidas excepcionais de apoio e de auxílio financeiro às autarquias locais e às populações mais afectadas, com base na Lei das Finanças Locais.

Esta posição, tornada pública em nota assinada pelo Secretariado do Grupo Parlamentar comunista, decorre da dramática situação criada pelas fortes chuvadas que caíram em todo o território, as quais, como é sabido, provocaram o desalojamento de famílias, comprometeram as culturas de Inverno, destruíram estradas, máquinas agrícolas e outros bens.

Face a este quadro, impõe-se, pois, na perspectiva do PCP, a adopção de medidas de carácter urgente, nomeadamente a criação de linhas de financiamento especial às famílias, aos agricultores, às autarquias e às empresas que permitam responder aos problemas de maior urgência e dimensão.

Para o reinício dos trabalhos parlamentares, durante o dia de hoje, foi entretanto agendado um projecto de resolução apresentado pela bancada comunista tendo em vista o levantamento dos

prejuízos causados pelas intempéries e a consideração de medidas de carácter financeiro e técnico que previnam tais situações.

No decorrer da sessão plenária de hoje, ainda sobre esta matéria, os deputados comunistas questionarão o Governo sobre a posição assumida perante o País pelo ministro da Administração Interna que, recorde-se, não só minimizou os prejuízos como não atendeu à gravidade da situação criada pelos temporais.

No seu comunicado o Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP sublinha ainda que a situação agora verificada teria sido muito menos grave caso o PSD não tivesse inviabilizado nos Orçamentos de Estado as propostas avançadas pelos deputados comunistas no sentido de levar a cabo obras de regularização dos Vales do Tejo e do Sorraia e de reforço dos diques na Bacia Hidrográfica do Tejo.



O Grupo Parlamentar do PCP defende a adopção de medidas excepcionais de apoio e de auxílio financeiro às autarquias locais e às populações mais afectadas pelos temporais que recentemente assolaram o País

Visando a sua eficácia e acessibilidade

PCP propõe novo seguro agrícola

A Assembleia da República apreciará já no próximo dia 18 a instituição de um novo regime de seguro agrícola, matéria cuja discussão terá como ponto de partida um projecto-de-lei elaborado pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Constituir um seguro agrícola amplo, diversificado, eficaz e acessível à generalidade dos agricultores e das explorações agrícolas surge como o principal objectivo da presente iniciativa legislativa,

com isso pretendendo os seus autores conferir-lhe credibilidade e alargar a sua expansão.

Tendo em consideração que o seguro agrícola configura um «potencial e valioso

instrumento da política agrícola», tanto mais necessário quanto é sabido ser cada vez mais importante aumentar a eficiência económica-produtiva das nossas explorações, o novo regime proposto pretende assim proporcionar a segurança necessária para o desenvolvimento da actividade produtiva e correspondentes investimentos.

No seu articulado, o diploma compatibiliza por outro lado o custo do seguro agrícola com a rentabilidade das culturas e a economia das explorações, tendo em devida conta as dificuldades acrescidas das regiões e sistemas económico-produtivos mais desfavorecidas e das explorações agrícolas mais modestas.

Simultaneamente, prevê-

se o fomento e dinamização do associativismo agrícola (sobretudo ao nível da produção e prevenção), sendo ainda preconizadas medidas de apoio à efectivação de acções de ordenamento e fomento culturais e à melhoria do nível de satisfação das condições técnicas de produção e prevenção.

Para aferir da importância de que se reveste esta iniciativa dos deputados comunistas importa ainda assinalar que o actual regime do segu-

ro de colheitas viu já esgotadas as suas virtualidades, sendo hoje rejeitado pela esmagadora maioria dos agricultores e contestado pelas companhias seguradoras.

«Ineficaz e desprovido de credibilidade», como refere o projecto-de-lei na sua nota preambular, o seguro em vigor não se articula com o potencial e as solicitações da diversidade da actividade e da economia das explorações agrícolas, estando estruturado à margem de objectivos e

orientações de política agrícola.

Com o novo regime agora proposto, para o PCP, trata-se, pois, de constituir um seguro agrícola articulado e diversificado quanto às suas modalidades de seguro de culturas, produtos e coisas, amplo na cobertura de riscos, tecnicamente eficiente na definição desses mesmos riscos, garantindo um substancial ganho de eficácia sem agravamento do seu custo real.

Seis modalidades

De acordo com o projecto-de-lei do PCP, o novo Seguro Agrícola passa a ser constituído por seis modalidades específicas, a saber: seguro de culturas agrícolas; seguro de produtos florestais; seguro pecuário; seguro de feno, palhas e pastagens; seguro de máquinas, alfaias e equipamentos agrícolas; seguro de estruturas da exploração.

Quanto à aplicação das diversas modalidades, estas podem ocorrer sob a forma de seguro simples (quando integrar apenas uma das modalidades) ou de seguro combinado, sempre que integrem mais que uma das modalidades.

No seu articulado, o diploma institui ainda no âmbito do Seguro Agrícola o Seguro Multi-Riscos da actividade agrícola que abrange, além dos riscos cobertos pelas modalidades específicas, os riscos discriminados.

Importa ainda referir que, pela sua natureza, estes riscos discriminados abarcam, por um lado, edifícios e recheios (cobrindo os riscos de incêndio, queda de raio, explosão, tempestade, inundações e quebra de vidros), e, por outro, responsabilidades legais quanto a acidentes de trabalho, responsabilidade civil, acidentes pessoais e riscos profissionais cobrindo os riscos de morte e invalidez permanente, nos termos e de acordo com a legislação em vigor.

Conferir credibilidade e expandir o seguro agrícola, aumentando a sua eficácia técnica e económica e a sua acessibilidade ao conjunto dos agricultores e das explorações agrícolas, constitui um dos principais objectivos do novo regime de seguro preconizado no projecto-de-lei do Grupo Parlamentar do PCP



Internacional

Roménia

Frente de Salvação define novo quadro político-económico

Não foram entusiásticas as comemorações da passagem de ano na Roménia. Pesam sem dúvida as muitas mortes recentes (ainda que hoje o seu número seja avaliado em cerca de 10 por cento do que inicialmente havia sido divulgado na informação por todo o mundo). E as incertezas que ainda dominam a vida do país.

Mas algumas medidas importantes foram tomadas neste virar de ano. A Frente de Salvação Nacional da Roménia anunciou um significativo conjunto de medidas legislativas.

Destacam-se — a abolição da pena de morte (significativa, também depois da condenada execução do casal Ceausescu), o estabelecimento do pluralismo partidário, a redistribuição das terras aos camponeses, a semana de trabalho de cinco dias a partir de Março, a dissolução da «Securitate».

No que refere às alterações da estrutura fundiária, elemento importante deste pacote legislativo, as cooperativas agrícolas poderão doravante assinar contratos de concessão de terras aos camponeses, com uma área que não ultrapasse os seis mil metros quadrados. Os camponeses que vivam actualmente nas cidades e que desejem regressar, poderão receber uma propriedade com 2500 metros quadrados, desde que garantam o seu cultivo intensivo. A terra situada em volta da casa dos

camponeses passa a ser considerada sua propriedade privada.

No domínio político, Ion Iliescu, presidente do Conselho da Frente de Salvação Nacional, reafirmou a intenção do governo de realizar eleições em Abril. Entretanto, as novas leis que oficializam o pluripartidarismo, dão o direito de constituição de partidos ou organizações políticas, desde que tenham pelo menos 250 membros, e garantam sede e estatutos, respeitando a soberania e a independência do país.

O PC Romeno, cujo destino hoje é muito indefinido e difícil, dada a identificação que é feita entre o PC e a política desenvolvida por Ceausescu, poderá concorrer também às eleições, se os seus membros assim o entenderem.

Nos últimos dias começaram a dar-se passos para a

formação de vários partidos: liberal, democrático, democrático-ecológico, União Democrática dos Húngaros. A Frente anunciou que vai também concorrer às eleições.

No que se refere à política externa, a Roménia respeitará todos os tratados internacionais que subscreveu. De notar, que amanhã mesmo, a Roménia deverá receber o chefe da diplomacia soviética, Eduard Chevardnadze.

Neste momento a situação militar, tanto em Bucareste como por todo o país, parece estar estabilizada, sob controlo das actuais autoridades políticas e militares.

A particularidade da revolução

«A grande particularidade da revolução romena em relação aos outros países do Leste, é que o processo se está a desenrolar à margem do partido comunista e resulta de uma crise profunda que conduziu a uma explosão social», disse Ion Iliescu na sessão de abertura da primeira reunião plenária do Conselho da Frente de Salvação Nacional, em que foi analisada a actual situação no país.

Nesta reunião foram tomadas várias medidas, algumas com carácter de emergência. No sentido de aliviar a situação de penúria alimentar, em particular em Bucareste, foi lançado um apelo a todas as empresas do país para que reúnam o máximo de bens alimentares e os enviem para a capital. Simultaneamente foi criado um organismo de coordenação do comércio interno, para assegurar o abastecimento alimentar das cidades.

Os decretos mais contestados do tempo de Ceausescu foram abolidos, nomeadamente — a lei da «sistematisação», que previa a destruição de cerca de 7 mil aldeias romenas, a lei sobre a proibição do aborto, a lei sobre a alimentação «científica» dos romenos, e ainda uma lei que obrigava ao registo de todas as máquinas de escrever existentes no país.

Em entrevista à Tass, o dirigente romeno sublinhou que o que aconteceu na Roménia «não deve ser apresentado como um golpe de Estado», mas sim como «uma vaga espontânea» do povo da Roménia. «Não foi o movimento que criou a revolução, mas sim, a revolução que originou o movimento», sublinhou Ion Iliescu.

Morreu Rodney Arismendi

O dirigente comunista uruguaio Rodney Arismendi morreu na semana passada aos 75 anos de idade, vítima de doença.

O camarada Arismendi, presidente do Partido Comunista do Uruguai, foi autor de várias obras, entre elas «Lénine, Revolução e América Latina», e «Problemas da Revolução no Continente».

Rodney Arismendi foi deputado do congresso uruguaio durante 25 anos. Em 1973 foi detido e exilado pela ditadura militar fascista. Permaneceu no exílio até 1984, ano em que regressou ao Uruguai, pouco antes da instauração do regime democrático.

Checoslováquia - Vaclav Havel eleito presidente da República; Alexander Dubcek preside ao parlamento

O parlamento checoslovaco elegeu na passada semana, por unanimidade, o dramaturgo Vaclav Havel para a presidência da República.

O caminho para a eleição de Vaclav Havel estava aberto desde que a maioria absoluta dos 350 deputados decidiram retirar da declaração de juramento a expressão «para servir os interesses do socialismo».

O antigo dirigente checoslovaco Alexander Dubcek foi por sua vez eleito presidente do parlamento, marcando assim o seu regresso à vida política, da qual esteve ausente durante 21 anos, desde os acontecimentos de Agosto de 1968.

Dubcek desempenhará as funções de presidente do parlamento checoslovaco até meados deste ano, quando se realizarão eleições no país.

Muro que separa Coreias deve ser desmantelado

O presidente da República Popular Democrática da Coreia Kim Il Sung apelou em Pyongyang para que seja desmantelado o muro que separa as duas partes da península coreana.

Considerando que o muro «é um símbolo da divisão nacional» Kim Il Sung propôs a realização de uma conferência norte-sul, a fim de favorecer o desmantelamento.

O muro foi erigido na zona desmilitarizada criada em 1953, no termo da Guerra da Coreia, iniciada em 1950.

Em Seul, a comissão sul-coreana de Unificação Nacional anunciou que as autoridades se preparam para apresentar em breve uma proposta de acordo de livre passagem entre os dois Estados coreanos, baseada no documento que os dois Estados assinaram em 1972.

Polónia - parlamento altera Constituição

O parlamento polaco, reunido em Varsóvia, aprovou recentemente várias alterações à Constituição do país.

Dentre essas alterações salienta-se a anulação do artigo constitucional que concedia ao Partido Operário Unificado Polaco o papel dirigente do país e na sociedade, à semelhança do que aconteceu na Hungria, na Checoslováquia e na República Democrática Alemã.

De acordo com as alterações introduzidas o país passa a designar-se República da Polónia, e ao seu símbolo oficial, a águia branca, junta a coroa tradicional, significando a soberania e unidade polaca.

Outras alterações estabelecem a liberdade de formação de partidos políticos, e garantem a liberdade de actividade económica.

«Bulgarização forçada foi erro político grave»

O Comité Central do Partido Comunista Búlgaro, o Governo e o Conselho de Estado classificaram de «erro político grave» a «bulgarização forçada da minoria étnica muçulmana», levada a cabo desde 1984.

Estima-se que esta política provocou a saída de 350 mil búlgaros muçulmanos para a Turquia, só no Verão passado.

Em Sófia foi entretanto anunciada a criação do Partido Verde na Bulgária, enquanto o Partido Comunista se prepara para a realização de um Congresso extraordinário, possivelmente a 30 de Janeiro, perspectivando a sua total renovação.

RFA - sindicatos exigem semana de 35 horas

O presidente do IG-Metall, o poderoso sindicato dos metalúrgicos da Alemanha Federal, afirmou no início desta semana que a semana laboral de 35 horas é uma das formas de combater o desemprego no país, que se situa nos dois milhões, mas é também uma forma de protecção dos trabalhadores em termos de saúde, já que estão a ser submetidos a ritmos de trabalho muito intensos.

Na mesma ocasião o dirigente sindical alemão-federal fez um aviso às entidades patronais, advertindo que as negociações salariais que se aproximam vão ser as mais duras desde a criação da República Federal da Alemanha.

Angola

Mais uma proposta para a paz

Na sua mensagem de Ano Novo, José Eduardo dos Santos, presidente de Angola, divulgou uma proposta em oito pontos, destinada a introduzir novos elementos no plano de paz aprovado em 22 de Junho, em Gbadolite.

São os seguintes, os oito pontos da proposta: reconhecimento, pela Unita, da soberania do Estado e da legitimidade do governo; cessar-fogo e criação de condições de segurança para a circulação de pessoas e bens; desenvolvimento do exército nacional; adopção de garantias legais para participação de todos os angolanos nos assuntos da nação; promulgação de uma lei sobre as associações; recenseamento geral da população; revisão da lei eleitoral e

criação das condições para a realização de eleições em todo o território nacional; reconstrução económica.

Nestes mesmos dias, a direcção do MPLA-Partido do Trabalho, difundiu um comunicado em que se afirma que o agravamento da situação no país se deve «às actividades criminosas da Unita», com «o apoio dos seus aliados no exterior do país».

Diálogo em Pretória

Nos últimos dias de 1989, dirigentes religiosos da África do Sul aceitaram um apelo de diálogo por parte do governo de minoria branca de Frederik De Klerk. Apelo que só por si — e para além de manobras políticas subjacentes — traduz muito das transformações em

curso na África Austral, de que a independência da Namíbia é sem dúvida um factor decisivo.

Na resposta ao chefe de Estado sul-africano, Beyers Naude, ex-secretário do Conselho sul-africano das Igrejas, afirmou que as igrejas comprometidas com o movimento democrático de massas se preparam para analisar as vias e os meios para conseguir a «reconciliação e a cooperação».

«Os dirigentes religiosos deverão comprovar até que grau as reformas políticas do

governo podem responder às legítimas aspirações da maioria negra», sublinhou Naude, que disse «ser necessário discutir sobre os direitos políticos que o governo irá garantir».

A política que tem vindo a ser seguida por Pretória aposta na preservação do fundamental do *apartheid*, atenuando embora o seu rigor. Entretanto, a realidade em transformação na África Austral, não pode deixar de ter reflexos dentro de uma África do Sul onde a luta do povo negro, a luta do ANC, é uma constante ineludível.

Saudação

Ao Camarada Robert Mugabe
Ao Comité Central do Partido Unificado ZANU-FP

O Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternalmente a criação do Partido Unificado ZANU-FP e faz votos dos melhores sucessos à sua acção em prol da edificação da nova sociedade no Zimbábue.

Confirmamos a nossa vontade de desenvolver e reforçar as relações de amizade e solidariedade entre o PCP e o Partido Unificado ZANU-FP, no interesse dos dois povos e países e da causa comum da paz e do socialismo.

José Magro

Colecção Resistência

TORRE CINZENTA

Poemas da Prisão

Internacional

Israel, repressão e crise

«O rosto nazi e racista do governo israelita» ficou bem à vista na repressão em Jerusalém, sábado passado, da manifestação «1990-Ano da Paz», comentou o dirigente da OLP, Yasser Arafat a um grupo de jornalistas em Bagdad.

«As imagens da selvagem repressão dos participantes nesta marcha exprimem o verdadeiro rosto do governo racista de Yitzhak Shamir», disse Yasser Arafat, que, por outro lado, criticou o governo norte-americano, convidando Washington a «explicar o seu silêncio acerca das carnificinas de que é vítima o povo palestino nos territórios ocupados».

A manifestação «1990-Ano da Paz» incluía a organização de uma cadeia humana envolvendo as muralhas da Cidade Velha em Jerusalém. Cinco quilómetros de uma corrente humana englobando de 25 a 30 mil pessoas de diferentes partes do mundo - palestinos, israelitas e europeus de 18 países.

A manifestação foi violentamente reprimida pela polícia a cavalo e os guardas

fronteiriços israelitas a dispararem balas de borracha e a lançarem gases lacrimogéneos. Desta intervenção resultaram cerca de sete dezenas de feridos.

Uma acção repressiva que bem se coaduna com a política de sistemática violência desenvolvida em relação ao povo palestino, pelo governo de Tel Aviv.

Nestes mesmos dias reina grande tensão nos territórios ocupados, devido ao reforço do dispositivo repressivo imposto aos palestinos pelas autoridades de Israel, com o objectivo de impedir as comemorações do 25º aniversário do desencadeamento da luta armada palestina.

O dia de greve geral foi cumprido pelas populações palestinas, e as autoridades israelitas praticamente



Uma mãe palestina frente a um polícia israelita depois da prisão do seu filho durante as manifestações que marcaram o segundo aniversário da Intifada, e que fizeram quatro mortos nos territórios árabes ocupados.

isolaram os territórios ocupados do resto do mundo.

Poucos dias antes, no segundo aniversário da Intifada, os palestinos tinham saído à rua, em manifestação de protesto, exigindo negociações, o reconhecimento da OLP e a paz.

Então, e uma vez mais, o exército de Israel respondeu com o fogo das armas. Da repressão resultaram 4 mortos, todos eles jovens. O mais velho tinha 29 anos.

A guerra contra o povo palestino continua. Com vítimas praticamente quotidianas. Mas também com outras consequências. Nomeadamente em Israel.

Assim, enquanto os palestinos eram reprimidos no aniversário da Intifada, em Jerusalém, correspondendo ao apelo da organização Paz Hoje, uma manifestação de israelitas exigia negociações com a OLP, e denunciava a repressão.

A consciência, entre os israelitas, de que a repressão contra os palestinos, e a

recusa do direito fundamental a uma pátria, não pode continuar, é crescente. Tanto mais quanto a guerra tem consequências, nomeadamente no plano económico.

No plano político, tais consequências estão à vista. Sucodem-se situações de tensão e crise. E o Estado de Israel entrou este ano em clara situação de crise.

Como causa imediata, a demissão imposta a um membro do governo, Ezer Weizman, trabalhista ministro da Ciência, acusado de manter contactos com a OLP.

O Partido Trabalhista, componente fundamental, com o Likud, do actual governo de Israel, ameaça retirar a sua participação, se Weizman não for reintegrado. Note-se que a direcção trabalhista faz acompanhar esta ameaça de uma reafirmação do princípio de «não negociar com a OLP».

Entretanto os dois partidos, Trabalhista e Likud, desenvolvem contactos com

pequenas organizações religiosas, na hipótese de formação de um governo de maioria mais restrita.

Nestes dias, a imprensa israelita tem inserido comentários em que se salienta o facto de o afastamento de Weizman anteceder de poucos dias o encontro tripartido entre os chefes da diplomacia de Israel, do Egipto e dos EUA, previsto para Washington. Encontro de que é tema o problema palestino e em que inevitavelmente se afirmará a questão central do diálogo e participação da OLP.

A política do governo de Israel acaba por se assumir assim, como de sistemática fuga a realidades que virão a impor-se com toda a sua força. E que têm crescentes reflexos dentro de Israel.

A luta do povo palestino, a solidariedade e apoio internacional às suas legítimas exigências darão o seu fruto. E já hoje imprimem a sua marca, tanto em Tel Aviv como em Washington.

PCP condena agressão

Por ocasião da agressão de Israel contra as sedes do Partido Comunista Libanês, o Secretariado do CC do PCP divulgou a seguinte nota que aqui transcrevemos.

A agressão sionista de Israel ao Líbano e o ataque às sedes do Partido Comunista Libanês, força patriótica de resistência à ocupação militar israelita no Sul do Líbano, constituem flagrantes violações da soberania do Líbano e criminosos actos de terrorismo de Estado.

O PCP condena energicamente esta nova agressão de Israel no Líbano e expressa a sua solidariedade para com os comunistas e todos os progressistas e patriotas libaneses que lutam pela libertação do Líbano da ocupação sionista e em defesa da independência, unidade e integridade territorial da sua pátria.

O PCP considera que os ataques aéreos israelitas colocam, no ordem do dia e com toda a urgência, a necessidade da retirada total das tropas israelitas do Líbano e de todos os territórios árabes ocupados.

Panamá EUA condenados pela comunidade internacional

A passagem do ano e da década foi assinalada no Panamá com vários actos de terrorismo de Estado por parte das tropas norte-americanas de ocupação — invadiram instalações diplomáticas da Nicarágua, detiveram um diplomata cubano, continuaram o cerco às embaixadas da Nicarágua, de Cuba, do Vaticano e da Líbia, e assaltaram instalações de entidades espanholas na Cidade do Panamá.

A residência do embaixador nicaraguense na capital panamiana foi assaltada no fim da semana passada por cerca de 40 fuzileiros navais, argumentando que no seu interior haveria armas. Os militares norte-americanos apoderaram-se de espingardas que mais tarde devolveriam, acompanhadas dos respectivos pedidos de desculpas. Este incidente grave foi classificado pelo presidente dos Estados Unidos, George Bush, como «um erro», que «lamentou».

Ao referir-se a este incidente registado a 29 de Dezembro, o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, afirmou que «a Nicarágua e os Estados Unidos estiveram à beira de um incidente armado fatal, à beira da guerra».

Para Daniel Ortega, as relações EUA/Nicarágua passaram pelo seu momento mais crítico dos últimos dez

anos. O presidente nicaraguense salientou que a administração norte-americana estaria à espera que o governo sandinista procedesse do mesmo modo em Manágua, o que daria aos EUA pretexto para uma intervenção militar directa.

Daniel Ortega classificou de «muito moderada» a decisão do seu governo de expulsar vinte funcionários da embaixada norte-americana em Manágua, em resposta à agressão de que foi alvo a sua representação diplomática no Panamá.

As forças armadas nicaraguenses vão permanecer em estado de alerta até que as tropas de ocupação norte-americanas retirem do território panamiano, já que a sua presença constitui, segundo Daniel Ortega, uma ameaça para a estabilidade da América Latina.

EUA enfrentam condenação da comunidade internacional

Na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas foi entretanto aprovada por maioria uma resolução proposta pela Nicarágua e por Cuba, em que se afirma «o direito soberano e inalienável do Panamá de determinar livremente o seu regime social, económico e político, e de manter as suas relações internacionais sem qualquer tipo de intervenção, ingerência, subversão, pressão ou ameaça externa». A resolução, aprovada com os votos contra da maioria dos países da CEE, entre os quais Portugal, acusa os Estados Unidos de violarem a Carta das Nações Unidas, e exige o termo imediato da intervenção e a retirada do Panamá das tropas americanas, e o pleno respeito e observância dos Tratados Torrijos-Carter sobre a devolução ao Panamá da soberania sobre o canal no ano 2000.

A União Soviética reclamou também «a retirada ime-

diata» das tropas invasoras norte-americanas do Panamá, condenando simultaneamente as intervenções «das forças de ocupação contra as missões diplomáticas de vários países» na Cidade do Panamá.

Noriega na Nunciatura Apostólica

O general Manuel António Noriega continua entretanto refugiado na representação diplomática do Vaticano na capital panamiana, cujas instalações estão ainda cercadas por tropas dos Estados Unidos.

O Vaticano reafirmou já que não é viável, para a Nunciatura Apostólica, a entrega do general Noriega às autoridades norte-americanas.

Recorde-se que oficialmente o objectivo norte-americano - e essa foi mesmo a primeira justificação para a invasão - era o de levar Noriega para os Estados Unidos e fazê-lo julgar por alegado

envolvimento no tráfico de drogas. Um processo que poderia no entanto trazer embaraços para a Casa Branca, dirigida agora por um homem que enquanto director da CIA foi - segundo o jornal francês Le Monde - empregador de Noriega.

Tal linha de pensamento pode certamente levar-nos a questionar se o verdadeiro objectivo dos norte-americanos não seria simplesmente a eliminação do general, provocando o fim do seu regime, e a continuação da dominação sobre o Canal do Panamá.

Saliente-se ainda que ao argumentar que o seu objectivo é o de levar o general Noriega para os Estados Unidos para ser julgado, a administração norte-americana está a entrar em contradição consigo mesma. Os Estados Unidos, acompanhados entre outros pela Grã-Bretanha, contam-se entre os países que se opõem a que um Estado possa punir um cidadão estrangeiro por infracções da sua lei criminal, quando a mesma infracção tenha sido praticada fora do seu território.

«No dia 5 de Janeiro o Governo anunciou numa portaria a extinção do campo de concentração do Tarrafal, conhecido no nosso país e no estrangeiro pelo nome que lhe deu o nosso povo - campo da morte lenta -, onde o fascismo assassinou patriotas e lutadores pela Paz como Bento Gonçalves, Caldeira, António Guerra, Mário Castelhana, Janeiro e tantos outros.

A extinção do Tarrafal é uma vitória das forças democráticas, é uma vitória do Partido Comunista Português e do povo sobre o fascismo.

Mas, apesar de obrigado a este recuo, o fascismo mantém a sua criminosa intenção de levar para longe da Pátria os melhores filhos do povo, para mais facilmente os torturar e assassinar. Por isso criou, no interior de Angola, próximo de Silva Porto, um novo campo de concentração para presos políticos, para onde tentará deportar os mais dedicados democratas e amigos da Paz.»

«Nem mais um preso político para fora do Continente» - **Avante!**, VI série, nº 184, Janeiro de 1954)

ANO 43 - SÉRIE VI - Nº 184 - 16 DE DEZEMBRO DE 1990 - 1990

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«A nota publicada pelo Patriarcado sobre a vigília da paz realizada na capela do Rato não pode satisfazer os católicos honestos e amantes da paz.

Afirma a Nota que os objectivos do «Dia da Paz» propostos pelo Papa «são obviamente de concretização melindrosa num país em guerra, como a que se passa no Ultramar». Quer dizer, para o Patriarcado os objectivos do Papa são válidos apenas para os países onde há paz. Para os casos como Portugal, que trava uma vergonhosa guerra colonial, o Patriarcado fala numa hipotética «isenção que a Igreja deve e quer manter». Mas não será essa «isenção» precisamente uma forma de silenciar os crimes cometidos pelos fascistas? Lá diz o nosso povo: quem cala consente.»

«Reprovação ou convívio com o colonialismo?» - **Avante!**, VI série, nº 449, Janeiro de 1973)

AVANTE!

«Estão passados 40 anos após a grande jornada de 18 de Janeiro de 1934, jornada em que a classe operária e as massas trabalhadoras se levantaram contra a fascização dos sindicatos.

Foi o proletariado vidreiro da Marinha Grande que, estando por essa altura armado de um elevado espírito de luta e de classe, melhor expressou pela sua acção o sentimento de revolta contra a camarilha militar-fascista que ia liquidando todos os direitos e conquistas das massas trabalhadoras. Todavia, a luta era desigual. E nem por terem conseguido tomar de assalto o Posto da GNR, isolado e tomado conta da Vila durante algumas horas, o proletariado marinhense pôde manter-se. O governo enviou para a Marinha Grande numerosas forças repressivas e esmagou com a maior violência a luta dos vidreiros.

(...) A jornada de 18 de Janeiro não tinha reunido as condições mínimas indispensáveis para sair victoriosa. Contudo, as deficiências verificadas nesta jornada não põem em causa o que ela representa como feito heróico da classe operária portuguesa (...).

«18 de Janeiro de 1934» - **Avante!**, VI série, nº 461, Janeiro de 1974)



Entrevista com **ÁLVARO CUNHAL**

- **As eleições autárquicas**
- **A vitória em Lisboa**
- **Relações PCP/PS, a unidade democrática e a luta por uma alternativa**
- **Alternativa ao Governo de direita**
- **A «perestroika»**
- **Acontecimentos noutros países socialistas**
- **A evolução da situação mundial**
- **O Congresso Extraordinário**
- **A questão do Secretário-Geral**
- **Actividades fraccionárias**
- **O valor do ideal comunista**



Entrevista com ÁLVARO CUNHAL

As eleições autárquicas

«Avante!» — Estás satisfeito com os resultados para o Partido, das eleições autárquicas?

Álvaro Cunhal — Podiam ser melhores. Mas creio que confirmam inteiramente a força, a profunda implantação, a intervenção e o importante papel do Partido na vida nacional.

Além da grande e significativa vitória da coligação «Por Lisboa», o balanço é esclarecedor: a CDU tinha a maioria em 47 Câmaras Municipais. Ganhou 7, perdeu 4. Passou a dispor da maioria (absoluta ou relativa) e portanto da Presidência em 50 Câmaras, a maior parte das quais com maioria absoluta. Obteve a Presidência em 339 freguesias além de 36 no quadro das coligações alargadas em Lisboa, Setúbal e Covilhã. Calculando para as coligações alargadas uma descaída de votação das forças da CDU proporcional à registada no resto do país, obtém-se a percentagem de 16% dos votos na CDU a nível nacional, percentagem inferior aos 19% registados nas eleições de 1985, mas muito superior aos resultados nas eleições legislativas de 1987 e para o Parlamento Europeu de 1989, que legitimamente se podem tomar, não certamente para uma comparação rigorosa, mas como pontos de referência.

«A» — O balanço indica que o Partido continua a ter um papel de grande relevo na gestão municipal em grande parte do país.

AC — Em cerca de um terço do território nacional e numa contiguidade territorial que entre o mar de um lado e Espanha do outro, vai das margens do Tejo ao Cabo de S. Vicente, no extremo sul. O Alentejo não é uma região de grande densidade populacional, mas o contrário sucede tanto nos concelhos de maioria CDU no distrito de Lisboa como no distrito de Setúbal. Note-se também que, considerando os 10 concelhos do país de maior número de eleitores, a CDU alcançou a maioria em 3 concelhos (Loures, Amadora e Almada), além da maioria em que participa na cidade de Lisboa. São posições de extraordinário relevo no exercício do poder local democrático.

«A» — Não haverá uma contradição entre a valorização que acabas de fazer dos resultados das eleições e a conclusão mais moderada do Comité Central, ao considerar os resultados apenas como «globalmente positivos»?

AC — Creio que não. Com a expressão que acabas de referir, o Comité Central chamou a atenção para alguns aspectos pouco satisfatórios dos resultados: perda da maioria em 4 Câmaras, perda da maioria absoluta em algumas outras, diminuição do número de vereadores, tendência para uma descaída de votação. E mais ainda do que estes aspectos não satisfatórios pesou na contida apreciação dos resultados pelo CC o facto de muitas organizações terem colocado e afirmado com confiança objectivos que não foram alcançados, donde resultou, no imediato, o sentimento dominante nessas organizações ser de uma certa frustração mesmo quando, tendo em conta as circunstâncias, os resultados foram positivos.

«A» — Quais foram na tua opi-

nião outros factores que impediram melhores resultados?

AC — A monstruosa campanha anticomunista conduzida pela RTP e outros órgãos de comunicação social, os gravíssimos acontecimentos numa série de países socialistas susceptíveis de abalar a confiança de vastos sectores no ideal e no futuro do socialismo, a mudança do símbolo da coligação e a campanha desenvolvida por alguns membros do Partido que escolheram o período eleitoral para, em colaboração massiva de órgãos de comunicação social, lançarem uma operação de descrédito contra o Partido.

«A» — No concreto...

AC — Contestaram tudo o que é essencial no Partido: a natureza, os objectivos, a ideologia e a actuação. Proclamaram que os dirigentes do Partido não mereciam confiança e que era necessário substituí-los e que o PCP com a actual direcção não teria futuro. Alguns foram mais longe: fizeram apelo ao voto noutros partidos. Foi correcto afirmar que, desencadeando tal operação no período eleitoral, os seus autores pretendiam manifestamente que o PCP obtivesse maus resultados eleitorais para depois procurarem fundamentar neles as suas concepções acerca do declínio do PCP.

«A» — Alguns deles dizem que, pelo contrário, as suas atitudes tinham como objectivo contribuir para os bons resultados do Partido e da CDU...

AC — Pelos vistos há algumas pessoas que se julgam tão inteligentes que cuidam que todos os outros o não são.

«A» — O exame dos resultados a nível regional parece mostrar que a abstenção tocou mais a CDU sobretudo em zonas de grande influência do Partido. Não poderá essa abstenção, e mesmo eventuais deslocações de votos, serem explicados aqui e além por deficiências no trabalho dos nossos eleitos nas autarquias?

AC — A abstenção tem também a explicação dos acontecimentos e fenómenos alheios às autarquias. Respondendo à questão creio ser válida a afirmação de que a actuação dos nossos eleitos se caracteriza e distingue pelo trabalho, honestidade e competência. Na maioria dos casos foi realizada uma obra notável. Mas registam-se também casos de manifestas deficiências e, embora muito raramente, de faltas de certa gravidade e de oportunismo no exercício dos cargos. Tais casos embora sejam excepção não podem deixar de ter resultados negativos em termos eleitorais.

«A» — Como assegurar que no exercício dos cargos autárquicos, não haja abuso do poder?

AC — Pelo reforço do trabalho e da responsabilidade colectiva, pela regular prestação de contas às populações, pela abertura ao diálogo e à crítica, pelo aprofundamento da democracia a todos os níveis da vida local.

«A» — Uma questão de natureza mais geral. Sendo o poder local um elemento do poder políti-

co, isso significa que afinal o PCP participa no poder político ...

AC — Sim, a nível local e como uma grande força. É de sublinhar a nossa concepção do exercício do poder em geral se traduz na nossa concepção e na nossa prática no exercício do poder local democrático. Sempre com o povo, trabalhando para o povo, dando contas ao povo da actividade realizada, promovendo e estimulando a democracia participativa.



A vitória em Lisboa

«A» — Parece incontroverso que o resultado em Lisboa foi como disseste uma grande e significativa vitória. O que representa uma tal vitória para a gestão municipal na cidade?

AC — A vitória da coligação «Por Lisboa», tendo como forças principais o PCP e o PS, representa o fim de um período de muitos anos de desastrosa gestão municipal do PSD/CDS e uma viragem que poderá ter profundas consequências para bem da nossa capital e da sua população.

«A» — Confias em que está assegurado um bom entendimento entre os eleitos comunistas e socialistas?

AC — Sim, confio, tanto mais que foi anteriormente firmado um acordo entre o PCP e o PS relativo às responsabilidades a assumir pelos eleitos. Aos nossos eleitos cabe importantes pelouros. Antes tínhamos cinco vereadores eleitos, mas não lhes fora atribuído nenhum pelouro. Muitos problemas poderão ser resolvidos.

«A» — É esse o aspecto mais significativo da vitória?

AC — Não. A dimensão da derrota do PSD e do CDS em Lisboa e da vitória democrática, torna-se ainda mais nítida se considerarmos a situação ao nível das freguesias. Antes das eleições, os partidos da direita tinham a presidência na grande maioria das Juntas de Freguesia da cidade. O PS não tinha nenhuma. O PCP e a CDU tinham 12. Como resultado das eleições, no total de 53 freguesias, o PCP e seus aliados da CDU passou de 12 para 21 presidências além de lugares responsáveis nas 16 Juntas em que o PS ganhou a Presidência. Os partidos da direita ficaram reduzidos a 16 presidências de Juntas de Freguesia na capital.

«A» — Como se irá reflectir a situação em Lisboa, na situação noutras autarquias?

AC — A posição do nosso Partido foi claramente expressa pelo Co-

mité Central em 20 de Dezembro. Estamos abertos a criar condições para uma real cooperação nas autarquias em que alcançámos a maioria e a considerá-la noutras autarquias. Para o efeito, em alguns concelhos, como Loures, Amadora, Montijo, têm-se efectuado encontros entre responsáveis do nosso Partido e responsáveis do PS. Pela nossa parte faremos o possível para que se concretize uma cooperação útil às populações e à solução dos problemas locais.

«A» — Contando com a vitória, os partidos da direita e o Governo diziam que o resultado das eleições em Lisboa seria o mais importante pelas suas repercussões na vida política nacional. Uma vez derrotados, logo procuraram minimizar tal significado. Quais são de facto a teu ver essas repercussões?

AC — A formação da coligação «Por Lisboa» e a sua vitória constituem acontecimentos políticos de primeira grandeza. Ficou demonstrado: primeiro, que a unidade dos democratas nomeadamente do PCP e do PS é o caminho justo e certo para derrotar a direita e assegurar uma alternativa democrática; segundo, que a unidade dos democratas, nomeadamente do PCP e do PS é não só desejável mas necessária e possível. É uma experiência localizada em Lisboa. Mas suficientemente valiosa para merecer e exigir reflexão.

«A» — Nas vésperas das eleições Marcelo Rebelo de Sousa proclamou que o seu objectivo principal das eleições era pôr ponto final à tua carreira política. Queres ainda comentar?

AC — Essa tirada ridícula mostrou a completa desorientação do candidato da direita na previsão da derrota que já claramente se desenhava. Mas vale ainda dois comentários. Sublinhando que a vitória da coligação «Por Lisboa» seria fundamentalmente uma vitória do PCP e não do PS, M.R. de Sousa pensava assustar o eleitorado do PS. Falhou. O eleitorado não teve medo nem da foice nem do martelo nem de um voto que seria, não só para uma vitória do PS, mas também para uma vitória do PCP. E ainda um segundo comentário. Se se considerava que a derrota da coligação democrática significaria o fim da carreira política de um dirigente de uma das forças coligadas é de perguntar se não se considera agora com semelhante lógica que a derrota da coligação da direita em Lisboa deveria significar o fim da carreira política não só de Marcelo, naturalmente, mas de Cavaco e de Freitas... O que (concordemos) não estaria nada mal.

«A» — Há quem diga que a coligação «Por Lisboa», desresponsabilizando e «poupando» pelo menos aparentemente o PS da sua política de colaboracionismo com a direita, facilitou, em regiões de menor influência do Partido, uma deslocação de votos da CDU para o PS, como uma expressão do chamado «voto útil». Não terá sido assim?

AC — Parece indubitável que em alguns casos isso se verificou. Não só pela nova imagem democrática que o PS assumiu coligando-se com o PCP em Lisboa, como pela nova imagem que assumiu não repetindo as alianças que tinha feito com o PSD em 1985 e aparecendo como um partido de oposição à direita. Esta nova situação certamente influenciou o eleitorado sobretudo em regiões onde o PCP tem mais fraca influência. Mas o valor e a importância da vitória de Lisboa não pode ser posta em causa por esse facto.



Relações PCP/PS a unidade democrática e a luta por uma alternativa

«A» — Consideras que a formação da coligação «Por Lisboa» e a vitória eleitoral abriram uma nova fase nas relações do PCP com o PS que conduza a curto prazo a um entendimento quanto a uma alternativa?

AC — Uma situação nova, sim. Uma nova fase, desejamos que assim seja, mas o futuro dirá. Na campanha «Por Lisboa» estabeleceram-se relações de trabalho entre comunistas e socialistas a vários níveis. Iniciaram-se novos hábitos de diálogo. Vamos trabalhar em comum na Câmara Municipal de Lisboa e em dezenas de freguesias. No seguimento das decisões tomadas no CC escrevemos ao PS propondo encontros de delegações a alto nível a realizar em princípios de Janeiro. No mesmo sentido escrevemos ao PRD, ao PEV, à ID, ao MDP/CDE, à UDP e ao PSR, cuja participação a nosso lado nas campanhas eleitorais muito apreciamos. Consideramos significativo que o nosso Partido, que diz por aí estar completamente isolado e ser um partido metido num «ghetto» pelo seu suposto sectarismo, tenha conseguido, e o único a conseguir, estabelecer coligações e acordos políticos com praticamente todos os outros partidos democráticos. Não foram precisos para isso capitulações ideológicas ou políticas, que alguns aconselhavam...

«A» — Poderão prever-se novos desenvolvimentos positivos nas alianças no campo democrático na luta contra o Governo do PSD, designadamente na Assembleia da República?

AC — Pela nossa parte, tudo faremos para isso. E não só na Assembleia da República.

«A» — Pensa o Partido propor ao PS a formação de uma coligação para as eleições legislativas de 1991?

AC — As coisas estão ainda muito verdes para isso. Existem, como se sabe, importantes divergências relativas à política nacional. Mas não oferece dúvida que a unidade ou convergência do PCP e do PS — com coligação ou sem ela — seria o melhor e mais seguro caminho para uma alternativa à maioria e ao governo de direita.

AC — É um novo quadro que já deu novas possibilidades e pretextos ao Governo de direita para intensificar as suas ofensivas a fim de liquidar muitas das mais importantes conquistas democráticas do povo português, para apressar o processo de restauração do capitalismo monopolista de Estado e para impor novos métodos e formas de exploração dos trabalhadores, novos sacrifícios à população e novas limitações às liberdades e direitos democráticos dos cidadãos.

«A» — Há constitucionalistas que têm afirmado que foi positiva a revisão da Constituição pois o que desapareceu da Constituição foram injustificados chapéus de chuva para protegerem transformações económicas e sociais que, segundo eles, não se justificavam como integrantes do regime democrático...

AC — Com franqueza, tais afirmações não parecem de constitucionalistas, pois em qualquer Constituição do mundo muitos dos preceitos constitucionais são precisamente «chapéus de chuva» para que qualquer Governo, designadamente de natureza conjuntural, não possa destruir elementos essenciais integrantes do sistema e do regime existentes. Registe-se a alegria ou a insensibilidade com que alguns consideram positivo o desaparecimento do texto constitucional de garantias contra a aceleração do processo contra-revolucionário conduzido pelo Governo e a sua maioria conjuntural na Assembleia da República.

«A» — Os êxitos alcançados pelo PS nas eleições autárquicas passando a ser o partido com maior número de presidências de Câmaras não favorecerá as ideias «bipolarizadoras» e de «alternância» no poder do PSD e do PS, como única alternativa democrática possível e viável?

AC — A ideia é velha embora desmentida pelos factos ano após ano. Há dirigentes do PS que insistem nela — mas as realidades não permitem tal opinião. O PCP continua a ter uma sólida influência de massas. O PS que mesmo com o grande êxito alcançado nas recentes eleições autárquicas não obteve mais de 35%, não está sozinho em condições de ser uma alternativa democrática. As eleições de 17 de Dezembro (até pela experiência de Lisboa) comprovaram não só que sem o PCP não há alternativa democrática possível, como que com o PCP a alternativa democrática está ao alcance do povo português.

«A» — Alguns dirigentes do PS insistem entretanto em afirmar que o PS pode sozinho assegurar a alternativa.

AC — Essa ideia tem sido avançada ao longo dos anos, mas a vida tem mostrado como é ilusória. A correlação de forças sociais, políticas e eleitorais no quadro partidário português não comporta a concretização da teoria da «bipolarização» e da «alternância». A vida tem também mostrado outra realidade objectiva: sem o PCP não há alternativa democrática possível.

«A» — A «bipolarização» e a «alternância» entre duas grandes forças políticas poderá considerar-se um sistema válido numa democracia?

AC — Foi defendido para Portugal pelo Embaixador dos Estados Unidos, sr. Shakespeare. O grande capital e o imperialismo sentir-se-iam mais tranquilos se Portugal fosse para aí. Mas a realidade político-partidária portuguesa é diferente. Além do PSD e do PS há um terceiro grande polo político na vida nacional: o PCP. É um factor de importância capital para o regime democrático para a defesa dos interesses populares e nacionais.

«A» — Na tua opinião, existem ou não novas perspectivas favoráveis a uma alternativa democrática?

AC — Sim, existem.

A «perestroika»

«A» — Temos estado a falar da situação nacional, mas Portugal não está isolado no mundo e nos últimos anos e nomeadamente em 1989 produziram-se alterações radicais na situação existente nos países socialistas. Primeiro foi a «perestroika» soviética. Depois desencadearam-se numa série de países processos tumultuosos de transformação política, socioeconómica e partidária. Como avalias estes acontecimentos.

AC — Os processos são variados. Mas todos revelam que se estavam a seguir caminhos errados e que nesses países se impunham mudanças de rumo e reestruturções profundas no Estado, no partido e na sociedade.

«A» — O Partido tem considerado a «perestroika» um processo revolucionário...

AC — É uma apreciação correcta. O nosso Partido, tem, desde o início apontado o que considera as características revolucionárias e exaltantes da «perestroika» na correcção e superação de erros, atrasos e estagnação: a reconstituição do exercício efectivo do poder político pelo povo, designadamente através da reconstituição do poder dos soviets, a democracia no Estado, no partido e na sociedade, a aceleração do desenvolvimento socioeconómico com a aplicação ao processo produtivo e ao desenvolvimento económico em geral das conquistas da revolução científico-técnica, e a criação efectiva de condições de vida correspondentes a todos as potencialidades do sistema socialista. O Partido Comunista da União Soviética, com destacado papel do seu secretário-geral, camarada Gorbachov,

dirige e conduz este processo de reestruturação, em relação ao qual; como se sabe, nós, os comunistas portugueses, somos activamente solidários.

«A» — Ao contrário do que dizes é repetidamente afirmado seja por outros partidos, seja nos mais variados órgãos de comunicação social, que o PCP tem uma atitude reservada em relação à «perestroika»...

AC — Tais afirmações por um lado são a costumada intriga. Por outro lado têm um significado que vale a pena esclarecer. O que esses partidos e esses órgãos de comunicação social, assim como alguns oportunistas que voltam o bico para onde sopra o vento, aplaudem na evolução da situação na URSS, não é a reestruturação conduzida pelo PCUS com vista ao avanço do socialismo, mas o aparecimento e desenvolvimento de forças anti-socialistas, e mesmo de sectores e actividades contra-revolucionárias. A posição do nosso Partido tem sido e continua a ser de extrema clareza: somos activamente solidários para com o PCUS e o povo soviético na reestruturação, consolidação e renovação da sociedade socialista, mas expressamos preocupação pelo avanço e agressividade de forças anti-socialistas, aliás abertamente apoiadas e estimuladas pelo imperialismo.

Acontecimentos noutros países socialistas

«A» — Consideras da mesma forma as crises, os acontecimentos e as mudanças verificadas noutros países socialistas?

AC — Podem encontrar-se causas semelhantes. Mas as situações, os processos e as perspectivas são diferentes. Na União Soviética, o Partido Comunista tomou a iniciativa e dirige o processo de reestruturação, proclamando como objectivo assegurar, assimilando os ensinamentos da experiência e da vida, o avanço da construção da nova sociedade, da sociedade socialista. Noutros países os partidos no poder foram ultrapassados pelos acontecimentos, perderam o controlo da situação e é posta em causa a natureza socialista da reestruturação a realizar.

«A» — As profundas e radicais mudanças na situação, na orientação política, na direcção do Estado, e na direcção e vida dos partidos comunistas e operários, significam como alguns afirmam um «fracasso» definitivo do socialismo e do ideal comunista?

AC — Traduzem sem dúvida grandes insucessos, recuos e derrotas da causa do socialismo. Não do ideal do socialismo e do comunismo. Embora todos esses acontecimentos e situações exijam ulteriormente análises mais aprofundadas, desde já temos por adquirido que os acontecimentos, incluindo a perestroika soviética, revelam, embora em graus diferentes, situações, orientações e práticas anteriores que se afastaram dos ideais do socialismo e do comunismo...

«A» — Podes explicar?

AC — Numa nota do Secretariado do CC de 14 de Novembro foram apontadas muito correctamente algumas características negativas comuns do sistema do poder e da vida de partidos dirigentes. Primeiro, a efectiva instauração (em vez do poder dos trabalhadores e do povo) de uma direcção do Estado fortemente centralizada e cada vez mais afastada da opinião, do controlo e da intervenção dos trabalhadores e das massas populares. Segundo, a formação de uma organização económica, também excessivamente centralizada, voluntarista e rotineira, dirigida por um pesadíssimo aparelho burocrático, afastando os trabalhadores da intervenção empenhada e criativa nos processos da direcção económica, e tendo como consequência atrasos no desenvolvimento tecnológico e no melhoramento das condições de vida em correspondência com as potencialidades do socialismo. Terceiro, a instauração nos partidos comunistas e operários dirigentes da sociedade, de métodos de direcção antidemocráticos e em alguns casos personalistas afastando a direcção da base do partido e o partido das massas populares, dos seus problemas, necessidades e aspirações, donde a redução progressiva da sua base de apoio.

«A» — Trata-se portanto, não apenas de erros e deficiências de acção dos partidos comunistas, mas também de problemas estruturais dos próprios regimes e do Estado socialista...

AC — Certamente.

«A» — Entretanto surpreende a fragilidade, pelo menos aparente, dos partidos comunistas, incapazes de encontrarem respostas políticas às situações criadas. Não haverá, além das debilidades de carácter político-orgânico e de ligação com as massas, problemas de estiolamento teórico, de deficiente assimilação e desenvolvimento do marxismo-leninismo? Será que, como afirmam teóricos do imperialismo, o marxismo-leninismo se esgotou?

AC — Sem dúvida que o estiolamento teórico está na raiz de muitas das orientações e políticas erradas. O marxismo-leninismo não se esgotou. O que se esgotou foi o estiolamento do marxismo-leninismo compreendido, no trabalho teórico de alguns partidos, como um corpo petrificado de conclusões intemporais, a repetição acrílica de textos e a tentativa de acomodar as realidades a ideias feitas a decisões determinadas por critérios subjectivistas em



Alternativa ao Governo de direita

«A» — Poucos dias depois das eleições legislativas de 19 de Julho de 1987, o PCP avançou uma tese fundamental: que a maioria que o PSD e o Governo de Cavaco Silva acabavam de alcançar tinha um carácter conjuntural, não correspondia ao apoio da maioria do povo à política de direita e que dentro em breve centenas de milhares de portugueses e portuguesas que votaram no PSD e no Governo se voltariam contra eles. Os acontecimentos (movimentação social e resultados eleitorais) têm vindo a comprovar esta afirmação. Em que medida a manifesta redução da base de apoio da direita e os passos dados na convergência e acordos entre os partidos democráticos criaram condições para uma alternativa democrática ao Governo actual?

AC — Condições objectivas existem. Para bem do povo português e de Portugal, uma alternativa à política de direita é não só necessária mas imperiosa porque o Governo do PSD e a sua maioria na Assembleia da República apesar de conjuntural, continuam a assentar profundos golpes nas conquistas democráticas do povo português e a avançar na restauração da ordem económica do tempo do fascismo que a ser completada, será depois muito mais difícil de alterar. Já basta de demagogia e falsidade, com promessas antes das eleições e imediatos aumentos de preços logo após o acto eleitoral. Já basta de ilegalidades, de irregularidades, de abuso do poder, de roubalheiras e escândalos.

«A» — Realizada por acordo e votação do PSD e PS a revisão constitucional, com abertura às privatizações, a supressão de direitos dos trabalhadores e o desaparecimento de garantias relativas à reforma agrária, como podemos encarar o novo quadro institucional e constitucional?



Entrevista com ÁLVARO CUNHAL

vez de desenvolver constantemente as ideias e as concepções teóricas a partir da análise da experiência das novas realidades, dos novos problemas e na busca crítica das respostas adequadas.

«A» — Os três traços verificamos numa série de países e que há pouco referiste, como que caracterizam um «modelo» de socialismo...

AC — Nós os comunistas portugueses de há muito nos pronunciamos contra «modelos» de socialismo. Mas, se se considerar que essas características negativas constituíram um «modelo», então há que afirmar sem sombra de dúvida que esses «modelos» não servem porque contradizem ideias e valores essenciais do ideal comunista.

«A» — O PCP é a força política portuguesa que melhor conhece os países socialistas. As relações entre os dirigentes, o intercâmbio, as delegações, não forneceram elementos que permitissem minimamente prever a gravidade de situações que conduziram às crises actuais?

AC — O PCP de há muito tinha discernido situações, orientações e fenómenos negativos na vida partidária e no Estado e na vida política e social de países socialistas embora desconhecesse toda a sua extensão e gravidade. Os acontecimentos de 1989 creio que ninguém os previu. A orientação seguida teve um duplo aspecto. Por um lado, o nosso exame crítico dessas situações, orientações e fenómenos negativos foi tido em conta no nosso próprio Programa, nos nossos próprios objectivos democráticos e socialistas para Portugal, na nossa própria vida partidária e na concepção e na prática do enraizamento e ligação com os trabalhadores e as massas populares. Este posicionamento é parte integrante dos documentos de fundo do nosso Partido e permito-me lembrar alguns dos seus desenvolvimentos num livro anterior aos processos de reestruturação nos países socialistas: «O Partido com Paredes de Vidro». Por outro lado, não tomámos posição crítica pública em relação aos partidos comunistas e operários e à situação nesses países. Vê-se que confiamos demasiado nas possibilidades de correcção de orientações e de uma evolução positiva nesses países.

«A» — Não terá sido um erro da direcção não informar o Partido das suas apreciações críticas?

AC — Os próprios acontecimentos nos indicam que teria sido necessário informar melhor o Partido.

«A» — Os atrasos, erros e deformações e o afastamento dos ideais e valores socialistas, não comprometem desde já, no presente e a curto prazo, a edificação do socialismo nesses países?

AC — Sim, comprometem. Basta dizer que representantes de forças que se proclamam contrárias ao socialismo assumem altas responsabilidades nos governos respectivos. Basta também dizer que em vários países os partidos comunistas e operários que dirigem o Estado atravessam crises profundas, com uma queda vertical da sua influência, prestígio e capacidade de intervenção e direcção, indo ao ponto alguns deles de resolverem auto-extinguir-se e renunciar a uma orientação comunista. Entretanto as estruturas económicas e sociais criadas na construção da nova sociedade são realidades que pesarão na evo-

lução política futura. É também certo que se procuram novos caminhos para superar as gravíssimas crises actuais. Não creio que alguém possa prever com segurança para que sistema e para que regime se encaminham alguns desses países.

«A» — É um processo de renovação do socialismo o que está em curso em países como a Hungria, a Checoslováquia, a RDA e a Roménia?

AC — Os processos em curso são extremamente complexos e contraditórios. Há forças que, tendo em conta as realidades criadas, procuram soluções que, ultrapassando a crise e assimilando os ensinamentos dos erros cometidos, reconduzam à construção da sociedade socialista. Há outras forças que, tendo adquirido posições dirigentes no Estado, têm como objectivo a restauração do capitalismo. O resultado desta luta não está ainda claro.

«A» — Consideras correcto continuar a designar como países «socialistas» os países até agora assim chamados?

AC — Alguns, a começar pela URSS, sem dúvida. Outros em que se verificam processos dirigidos por forças que proclamam o fim do socialismo, por enquanto continuamos a chamá-los assim. Pelo menos enquanto não se verificar globalmente uma substituição de facto da propriedade dos meios de produção e das relações de produção. Adiante se verá.

A evolução da situação mundial

«A» — A propaganda anticomunista toma actualmente como suas linhas de força, por um lado a afirmação da falência completa do projecto socialista e comunista, por outro lado a afirmação dos progressos registados pelo capitalismo como único sistema capaz de resolver os actuais problemas da humanidade.

AC — A situação mundial e os acontecimentos não permitem tais conclusões. Nós avaliamos de forma crítica os atrasos, os erros, os desvios verificados em países socialistas. Insistimos no carácter imperativo de encontrar novos caminhos e novas soluções. Mas insistimos também em sublinhar o avanço de alcance histórico obtido pelas transformações realizadas desde Outubro de 1917 com as revoluções socialistas e o impulso determinante que estas deram (pela sua obra de transformação social, pelo seu ideal e pela sua activa solidariedade) às vitórias históricas alcançadas no nosso século pelos trabalhadores e pelos povos na sua luta de liberta-

ção, designadamente ao rui do sistema colonial e à conquista da independência por povos de África, Ásia e América.

Seria um erro considerar que o ideal libertador dos comunistas deixou de ter perspectivas no mundo. O imperialismo conserva a sua natureza exploradora, oprimadora e agressiva como há poucos dias uma vez mais se evidencia na intervenção militar no Panamá. Nos países socialistas que atravessam presentemente graves crises, é o socialismo e não o capitalismo que pode dar solução aos problemas existentes. Nos países capitalistas e no chamado Terceiro Mundo, a luta continua e em 1989 registam-se factos tão importantes como a derrota militar da invasão de Angola pelos racistas sul-africanos, a independência da Namíbia e a vitória da SWAPO nas primeiras eleições realizadas, o triunfo do candidato democrático no Chile. O mundo está numa época de mudança. O imperialismo deita foguetes antes do tempo.

«A» — As derrotas ocorridas nos países socialistas significam um enfraquecimento do campo socialista e alteram a correlação de forças no plano mundial. Não poderá esta nova situação estimular os círculos mais agressivos do imperialismo a provocar acções que ponham em perigo a paz e o clima actual de desanuviamento?

AC — Tendes razão nas vossas apreensões. Mas não parece que se tenha desde já verificado um tal desequilíbrio estratégico de forças que permita ao imperialismo impedir novos passos no processo de desanuviamento, desarmamento e cooperação internacional.

«A» — Causa particular apreensão nos países europeus a possível reunificação a médio prazo da Alemanha. Que pensas disso?

AC — A criação de um Estado socialista alemão, com o poder político dos trabalhadores e a construção de uma nova sociedade constituiu um elemento positivo não só no processo mundial de libertação do homem, como na segurança e na paz da Europa. Os acontecimentos ocorridos na RDA não invalidam essa apreciação. A hipótese de reunificação, sobretudo na RFA onde renascerem e se desenvolvem forças revanchistas e neonazis, é de facto motivo de séria preocupação.

○ Congresso Extraordinário

«A» — Quais as razões que levaram o Comité Central a decidir a convocação de um Congresso

Extraordinário para o 1.º semestre de 1990?

AC — Lembro que, quando da preparação do XII Congresso realizado em Dezembro de 1988 nas vésperas da revisão da Constituição, se admitiu que transformações na sociedade portuguesa a produzir-se num espaço de tempo relati-

vamente curto, poderiam vir a obrigar ou a aconselhar a realização ulterior de um Congresso Extraordinário.

«A» — Verificam-se de facto modificações de ordem socioeconómica, política e cultural na sociedade portuguesa, alterações estruturais a nível da produção,

distribuição diferente de riqueza, aparecimento de novas camadas sociais, novos paradigmas sociais e culturais. Não haverá atrasos do PCP na apreciação destes problemas e na formulação de respostas políticas para eles?

AC — Sem dúvida que há atrasos já reconhecidos no XII Congres-

so. Há entretanto apreciações básicas solidamente fundamentadas que possibilitam um aprofundamento das análises que se distingue de certo da teorização especulativa e inconsistente hoje muito em moda.

«A» — A convocação do Congresso Extraordinário tem como

objectivo dar resposta adequada a toda essa problemática?

AC — Sem dúvida a alguns problemas e aspectos essenciais. Mas apresentam-se outras razões para a realização de um Congresso Extraordinário. Desde o XII Congresso não só se produziram modificações na situação nacional, que exigem

novas análises e mais rigorosas definições, como se produziram também modificações na situação internacional, momento nos países socialistas, cujas consequências na vida mundial necessitam de ser examinadas. Daí a necessidade de tomar decisões para o reforço do Partido e o seu ulterior desenvolvimen-

to numa tão complexa situação nacional e internacional.

«A» — Há quem diga que a convocação de um Congresso Extraordinário para o 1.º semestre de 1990 foi uma cedência aos chamados críticos que vinham reclamando tal decisão...

AC — Não. Já de alguns meses





Entrevista com ÁLVARO CUNHAL

para cá, se vinha examinando nos organismos executivos do CC a possibilidade de convocação de um Congresso Extraordinário. Admitiu-se também a realização de uma ou de várias Conferências sobre os vários temas. Acabou por decidir-se a convocação de um Congresso Extraordinário porque se entendeu que seria a forma mais adequada de realizar com êxito debates indispensáveis no Partido, de traçar orientações e tomar decisões sobre matérias tão importantes como aquelas que agora são sujeitas a exame.

«A» — Que papel terá para a preparação do Congresso a reunião do CC convocada para 23 e 24 de Janeiro? Prevê-se propor ao Congresso alterações ao Programa e Estatutos? Encara-se a eleição de novo Comité Central?

AC — A Ordem de Trabalhos não foi ainda elaborada e decidida. Mas não prevemos que o Congresso Extraordinário altere o Programa, os Estatutos ou a composição do Comité Central aprovados no XII Congresso, apenas há um ano. Como sempre há conclusões parciais que não foram confirmadas. Isso não põe porém em causa as orientações fundamentais então decididas.

«A» — Já alguns difundiram a opinião de que um Congresso Extraordinário não teria sentido se fosse o Comité Central e não uma Comissão, independente da direcção do Partido e representativa de várias tendências a dirigir a sua preparação...

AC — Quem assim fala está a contestar o próprio Partido e o seu funcionamento, já está a pensar noutra partido. No cumprimento dos seus deveres o Comité Central assume, como lhe compete, as suas responsabilidades.

«A» — Está assim posto de lado o prosseguimento da renovação da direcção e dos quadros?

AC — Não. A renovação prosseguirá e é necessário que prossiga.



A questão do Secretário-Geral

«A» — Não referiste o tão ventilado problema do Secretário-Geral do Partido. Tem-se falado muito daquilo a que se chama a tua «sucessão» como Secretário-Geral do Partido. Tu próprio tens dito que se trata de uma questão que já foi examinada antes do X e antes do XII Congresso. Agora, por razões óbvias, as decisões não podem ser tomadas a longo prazo. É questão a resolver no Congresso Extraordinário agora anunciado?

AC — Antes de mais é necessário esclarecer que o Secretário-Geral do Partido, nos termos dos Estatutos, é eleito pelo Comité Central e não pelo Congresso do Partido. Considero um bom sistema. O Comité Central muito melhor do que a grande assembleia que é o Congresso conhece as características e qualidades dos dirigentes do Partido. Não sei se essa questão será resolvida por ocasião do Congresso

Extraordinário do presente ano. Mas, a meu ver, seria desejável que o fosse.

«A» — Portanto, vá lá a ironia, a tua «sucessão», não é determinada por seres considerado «o principal obstáculo» à renovação do Partido, como alguns afirmam por aí?

AC — Já tive ocasião de dizer que considero uma referência positiva à minha actuação de militante e de dirigente ser considerado um obstáculo a uma pretensa «renovação» do Partido que, pelas ideias expressas por aqueles que assim falam, seria não uma renovação mas a liquidação do Partido Comunista que somos, que queremos ser, que é a razão da existência, da vida e da luta do PCP: partido revolucionário dos trabalhadores e do povo em geral, um partido marxista-leninista, um partido patriótico e internacionalista, um partido que mantém vivo o seu ideal da construção em Portugal de uma sociedade sem exploradores nem explorados, uma sociedade socialista.

Eu sou naturalmente (e o Comité Central o é também e qualquer futuro Secretário-Geral do PCP será certamente) — um obstáculo a tais projectos e planos. Que ninguém tenha qualquer ilusão a esse respeito. Mas o grande e principal obstáculo é o grande colectivo partidário. É cada vez mais evidente que quem está a ser um obstáculo ao desenvolvimento do Partido, incluindo a sua renovação, não é a direcção do Partido mas aqueles que insistem em entregar-se a actividades fraccionárias.

«A» — Tu continuas a ter uma intensa actividade e participação no trabalho de direcção. Qual a razão da urgência?

AC — Tendo o actual Secretário-Geral 76 anos de idade, é necessário tomar decisões em conformidade com as possíveis previsões. Além disso, existe a opinião de que haverá vantagem para o Partido em que o actual Secretário-Geral participe activamente na decisão que se tomar. Eu compartilho dessa opinião.

«A» — Certos órgãos de comunicação social que conduzem uma sistemática campanha contra o Partido, já têm avançado nomes dos chamados críticos, como se um ou outro pudesse vir a ser o futuro secretário-geral do Partido. Que dizes a isso?

AC — Que tais notícias têm dois absurdos. Um é o de pensar que poderá vir a ser secretário-geral do PCP, Partido Comunista, partido dos trabalhadores, partido marxista-leninista, partido revolucionário, alguém que ponha em causa tudo quanto é essencial no Partido. Outro absurdo é o de pensar que no PCP uma tal questão se resolve ao sabor de pressões e de campanhas, além do mais conduzidas ou divulgadas por inimigos e adversários do PCP.

«A» — Na tua opinião, que «perfil» deverá ter um futuro Secretário-Geral do Partido? A definição desse «perfil» talvez pudes-

se ajudar a estabelecer critérios que preparassem uma escolha.

AC — Cada militante é um ser humano com características individuais que o distinguem dos restantes. São de admitir nessa ou noutra qualquer responsabilidade do Partido camaradas com características pessoais muito diferentes. Mas, já que a pergunta é feita, não quero deixar de dar uma resposta. Não se trata de traçar um perfil, mas de referir algumas características que considero essenciais: firmeza política e ideológica, respeito pela vontade do colectivo, confiança no Partido e no povo, dedicação, prontidão para arrostar provas difíceis e duras. Em síntese e sem alongar mais: ser um revolucionário comunista.

«A» — Isso são virtudes. E feitos que excluem a hipótese?

AC — Ambição pessoal, desrespeito pelas decisões colectivas, auto-suficiência, carreirismo... e outros naturalmente.

«A» — Participaste ao longo de mais de meio século em acontecimentos fulcrais da vida da humanidade. Tencionas escrever as tuas memórias?

AC — De facto tive a felicidade de viver muito de perto, e por vezes no coração dos processos, algumas das mais importantes situações e acontecimentos que marcam o nosso século. Mas estou demasiado empenhado no presente e suficientemente voltado para o futuro para poder pensar no passado além de reflexões e de experiências que ele possa trazer ao pensamento e à actividade. Escrever sobre o passado, na sequência de nova reflexão, sim. Escrever «memórias», nunca pensei nisso. Teria talvez muito que contar. Mas não é decididamente o meu género.



Actividades fraccionárias

«A» — Tanto os documentos do XII Congresso, como outros documentos dos organismos de direcção apontam frequentemente a existência e a condenação de actividades fraccionárias. Seria bom explicar em que consistem afinal tais actividades.

AC — A definição e caracterização de actividades fraccionárias é extremamente simples. Trata-se de membros do Partido que se constituem em grupo ou grupos na base de ideias ou plataformas comuns contrárias à orientação do Partido, que constituem um núcleo ou núcleos dirigentes próprios à margem dos organismos e da organização

do Partido, que fazem aliciamentos e recrutamentos, que estabelecem a sua rede própria de ligações entre os seus seguidores, que desenvolvem uma actividade coordenada contra a orientação e a Direcção do Partido, que elaboram documentos e os distribuem, ou seja, que se constituem e procuram desenvolver-se como uma tendência organizada com chefes próprios e orientações próprias actuando à margem das estruturas partidárias e contra as estruturas partidárias, o seu funcionamento e a sua actividade.

«A» — A Direcção do Partido conhece todas essas actividades?

AC — Conhece o suficiente para afirmar o que acabo de dizer. Deve ainda sublinhar-se que os fraccionistas desenvolvem as suas actividades de forma secreta e conspiratória e ainda por cima afirmam e repetem que não constituem qualquer fracção, assumindo-se como cidadãos acima de toda a suspeita.

«A» — Como já se ouve dizer, essa atitude traduz um certo cinismo.

AC — Não me parece rigorosa a palavra cinismo. Com esse nome existiu uma escola filosófica antiga cuja atitude era a declaração frontal da verdade mesmo que revelando atitude errada ou perversa dos próprios declarantes. Esse elemento de verdade falta aos actuais fraccionistas que, com plena consciência desenvolvem um trabalho fraccionista e, ao mesmo tempo afirmam, juram e trejuram não constituir uma fracção. Que cada qual classifique tal atitude com as palavras que entender.

«A» — Há quem diga que essa situação se verifica porque membros do Partido que têm opiniões diferentes das da Direcção são marginalizados...

AC — O que se tem verificado é coisa diferente. Não são marginalizados mas são eles que se marginalizam. Alguns já se marginalizam tanto, já ultrapassaram de tal forma nas suas atitudes públicas os limites minimamente exigíveis a um membro do Partido que, embora formalmente estejam ainda inscritos no Partido, a situação de facto é como se o não estivessem.

«A» — Não seria possível e útil que esses membros do Partido inserissem a sua reflexão na reflexão colectiva do Partido?

AC — Sem dúvida seria a atitude certa. O mal é que alguns desses não querem inserir a sua reflexão na reflexão, análise e decisões do colectivo partidário. Optaram por constituir um grupo ou grupos à parte que elaboram à parte também as suas opiniões para as contrapor a orientações e decisões do Partido. Pretendem sobrepor a sua vontade a todo o Partido e alguns julgam-se grandes senhores omniscientes. Falta-lhes assim qualquer coisa de essencial na consciência comunista.

«A» — Poderá dizer-se que não são apenas os fraccionistas que com pública arrogância não cumprem os Estatutos do Partido, mas que a própria Direcção não

os cumpre, uma vez que não aplica as medidas disciplinares a que tais actividades sujeitam os seus autores?

AC — Tem de facto havido muita tolerância. A razão fundamental tem sido procurar distinguir aqueles que com plena consciência constituem grupos fraccionários e desenvolvem actividades fraccionárias e camaradas (e alguns valiosos camaradas) que embora compartilhem de muitas das ideias dos fraccionistas entretanto não aprovam a actividade fraccionária e alguns estão mesmo convencidos de que esta não existe como tal.

São de facto muitas as organizações e militantes que reclamam medidas disciplinares contra os fraccionistas e dizem não compreender por que a Direcção as não toma. De facto a arrogância com que alguns fraccionistas multiplicam as suas intervenções públicas contra o Partido vão fechando todas as portas a qualquer outra solução.

«A» — Questão portanto a ser resolvida...

AC — Sem dúvida, a ser resolvida e não o será certamente com a institucionalização que alguns pretendem impor de fracções no PCP, a coberto do direito de tendência, mas com a defesa e garantia simultânea da democracia interna, da unidade e da orientação decidida pelo Partido, no quadro dos seus princípios orgânicos.

«A» — Não está portanto posto em causa o centralismo democrático?

AC — O centralismo democrático continua a ser um princípio fundamental do funcionamento do Partido. Não reduzido esquematicamente a quatro princípios imutáveis e intemporais mas enriquecido criativamente pela experiência e respondendo às situações concretas conforme o nosso Partido há muito considera e traduz na sua vida interna. Aprofundar por um lado a democracia interna; garantir por outro lado uma única orientação do Partido em questões fundamentais.

«A» — O INES (Instituto de Estudos Sociais) poderá considerar-se um grupo fraccionário?

AC — É uma evidência que um Instituto lançado com centenas de assinaturas de democratas de diversas tendências, incluindo membros do Partido, não pode ser considerado um grupo fraccionário. Mas, se tivermos em conta os objectivos declarados e que foi lançado também por iniciativa de membros do Partido envolvidos em actividades fraccionárias e articulada com estas, é útil dizer-se desde já, que, a tornar-se uma organização para-partidária, será legítimo considerar a incompatibilidade com a qualidade de membro do Partido.

«A» — Admites que alguns dos elementos fraccionistas tenham como propósito formar um novo partido?

AC — Alguns colocam em tais termos políticos e ideológicos aquilo a que chamam uma «renovação» do PCP, contestam em tais termos a natureza do PCP, o seu Progra-

ma, os seus objectivos, a sua actividade e a sua Direcção, que é manifesto que pretendiam que o PCP deixasse de ser um partido comunista e passasse a ser um outro partido. Como o PCP não é um partido que seja tomado de assalto por grupos fraccionistas — e como o grande colectivo partidário está determinado a defender e a continuar o seu Partido, Partido Comunista, que cada vez mais se confirma não só necessário, mas indispensável e insubstituível na democracia portuguesa — é de admitir que alguns se inclinem ou venham a inclinar para um outro projecto político.



○ valor do ideal comunista

«A» — No limiar do ano 2000 e considerando o que se tem passado em muitos países socialistas consideras continuarem a ter validade e actualidade os ideais do socialismo e do comunismo?

AC — Enquanto existir no mundo o capitalismo, enquanto existir a exploração do homem pelo homem, enquanto as desigualdades e injustiças sociais dividirem a sociedade em classes antagónicas, enquanto houver Estados dominantes e povos subjugados e submetidos, enquanto existir o imperialismo, o ideal comunista terá validade e actualidade.

«A» — As transformações recentes numa série de partidos comunistas em países socialistas e tendências conhecidas em alguns partidos comunistas de países capitalistas, não poderão vir a traduzir-se numa tendência geral para a autolliquidação dos partidos comunistas existentes?

AC — Alguns partidos, sofrendo as consequências dos seus próprios erros, ou das suas próprias desilusões, estão encaminhados nesse sentido. Tais evoluções não alteram porém a necessidade objectiva da existência e da luta dos partidos comunistas que, estamos certos, abertos para a vida e dando as novas respostas adequadas às realidades, continuam a constituir forças políticas essenciais no mundo contemporâneo.

«A» — Entretanto, um dirigente de um partido de um país socialista dizia há dias que «a época dos partidos comunistas terminou»...

AC — Se dirigentes de um partido comunista, assumindo a derrota da sua acção, entendem dissolver o próprio partido como tal e torná-lo um partido socialista aberto a todas as correntes, isso não lhes dá de nenhuma forma nem direito nem au-

toridade para generalizarem a sua derrota e a sua experiência e proclamarem que a época dos partidos comunistas terminou.

«A» — Ainda se poderá falar em movimento comunista internacional?

AC — O movimento comunista internacional continuará a ser uma realidade na medida em que continuará a ser válido o ideal comunis-

ta, da construção de uma sociedade nova de que sejam erradicadas todas as formas de exploração, de opressão e de injustiças sociais, posto fim à existência de classes antagónicas e onde a liberdade, o progresso, o desenvolvimento e a democracia económica, social, política e cultural sejam assegurados para bem do homem. A autodissolução de tal ou tal partido, a renúncia

por outros ao ideal comunista, a transformação de alguns em partidos social-democratizantes, não alteram o facto de que por todo o mundo há partidos que continuam a lutar pela libertação dos trabalhadores e dos povos. Onde não os há ou deixe de haver será necessário criá-los ou recriá-los. A sua solidariedade recíproca e a sua cooperação continuam a existir e constituem

uma exigência tanto mais válida, quanto mais complexa é a luta libertadora. Em formas novas, com novos limites, nova composição e novas experiências, com respostas novas às novas situações e aos novos fenómenos, o movimento comunista continuará a ser uma força política essencial e determinante da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos do mundo. ■



Dinheiro

Numa sondagem encomendada pelo «Diário de Lisboa» à Euroteste constatava-se que 69,1% dos portugueses consideram que o dinheiro serve para dar segurança, contra apenas 5,2% que o definem como fonte de prazer. Espantosa, entretanto, é a conclusão que o «DL» tira a partir destes dados e acerca dos portugueses: «Esta desvalorização da relação do dinheiro com o prazer é sinal de algum persistente subdesenvolvimento e também de baixo índice cultural».

Quanto ao «subdesenvolvimento», afigura-se-nos que 70% é um pouco excessivo para se quantificar por «algum», enquanto o «baixo índice cultural» descoberto pelo «DL» para esclarecer esta obsessão dos portugueses pelo pé-de-meia tem, no mínimo, cultura a mais. Daquela que enche a boca a alguns... mas não mata a fome a ninguém.

Causas

Os EUA invadiram o Panamá para «repor a legalidade

democrática» ocupando militarmente o país, assassinando centenas de pessoas, destruindo vastas zonas da capital, violando a embaixada da Nicarágua na capital panamiana e tutelando um governo que só os próprios EUA reconhecem. A toda esta barbárie deram o nome de código «Operação Justa Causa».

Deve ser por isso que os EUA, mais tarde ou mais cedo, acabam sempre despedidos de todo o lado...

Reuniões

O PSD anda afadigadíssimo em reuniões; são as Distritais em polvorosa, a Comissão Permanente aos pulos e a Comissão Política nacional de cambalhada para Lisboa, numa corrida de balanços e contas que tira o fôlego a qualquer maratona. Chega-se assim ao absurdo de já nem ser necessária a oposição para isolar o Governo de Cavaco Silva: o seu próprio partido já o cercou com reuniões por todos os lados. Talvez menos por um, chamado saída.

Pontos Cardeais

Modelos

Talvez por achar que os órgãos de comunicação dominados pelo Governo já não dão vazão à sua conhecida verve de estadista, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva deu há dias uma entrevista a um jornal japonês, o «Asahi Evening News», onde declarava que «gostava de ver a Europa, dos Urais ao Atlântico, com um modelo de sociedade que nós, portugueses, sabemos ser o mais correcto e justo». Lá saber, sabemos; ainda há dias fomos de novo lembrados pelo Governo de Cavaco Silva de como é correcto e justo o viver em Portugal, quando ele nos brindou com mais um aumento generalizado dos preços — isto quando a

gente nem tivera tempo para esquecer o outro aumento de há uns meses, o tal dos 56% para os titulares de cargos públicos... Se a Europa sabe disto ainda faz a trouxa, põe os Urais às costas e cai aqui toda, sôfrega de correcção e justiça...

Acertos

Por decreto governamental publicado no «Diário da República», os números do totoloto vão subir de 47 para 49 o que, segundo os cálculos efectuados pela agência Lusa, tomará 30,2% mais difícil acertar na «chave». É a tendência do Governo para não acertar uma...

Gazetilha

por *Ignotus Sum***E vivam os direitos humanos!**

Invasão do Panamá.
Diz o governo olá,
e assina o alvará,
entra no fungagá
a sua bênção, papá!
Quanto aos direitos humanos, o que há?
Diz o Cavaco: pois eu cá
bebo mais uma chávena de chá...

Venha ela!

No Algarve, em geral tão tranquilo,
a chuva trouxe o medo e a desgraça.
Lágrimas, o governo chorou, de crocodilo.
O ministro: «eu vou ver o que se passa...»
Houve a cheia do Douro. O Porto estremeceu.
Os bens desaparecem.
Gordo, o ministro género «o rei sou eu»
comenta que «estas coisas acontecem...»
No Ribatejo foi o que se viu.
Uma desolação.
Ministro, de helicóptero, sumiu:
«Tem de se tomar uma resolução...»
Cavaco já mostrou que alma não tinha.
É de afrontas diárias largo bodo.
Caramba, pois não há uma cheiazinha
que leve este governo, o leve todo?...

Afinal, que somos nós?

O preço do pão aumenta, então.
Já foi estabelecido.
O povo, que come menos pão,
é sempre o mais comido...

O transporte também,
informação exacta.
Manias que o povo tem
faria bem melhor se andasse à pata...

E a luz? É um balúrdio que a aumenta.
Também aqui Cavaco está a jogar
pois quanto mais a escuridão aumenta
menos o povo vê... Toca a aumentar!

O governo «governa» em catadupa.
Chamem-lhe louco.
Subir nos preços? Upa! Upa!
Subir nos salários? Pouco, pouco...

Há um fim certo
no modo que o governo desbarata:
atrair o investimento do estrangeiro
com a mão-de-obra barata...

Meus senhores, com a breca!,
isto é um povo ou é uma hipoteca?

A solução

Vem este, vem aquela
e dizem a Cavaco: — Remodela...

Outro aconselha — Acaba com a querela
não percas tanto tempo, remodela...

Vem outro ainda : — O governo esfarela
depressinha Cavaco, remodela...

Diz Cavaco: — Cadilhe pode andar,
mas quem é que eu vou pôr no seu lugar?...

Mando a Beleza embora, sim senhor,
mas onde é que eu arranjo outro «melhor»?

Claro, há o Deus, o Peneda, o Amaral.
Há por aí «melhores»? Digam, qual?...

Esse tralfulha-mor, esse Barreto.
Onde é que eu vou achar alguém mais indiscreto?

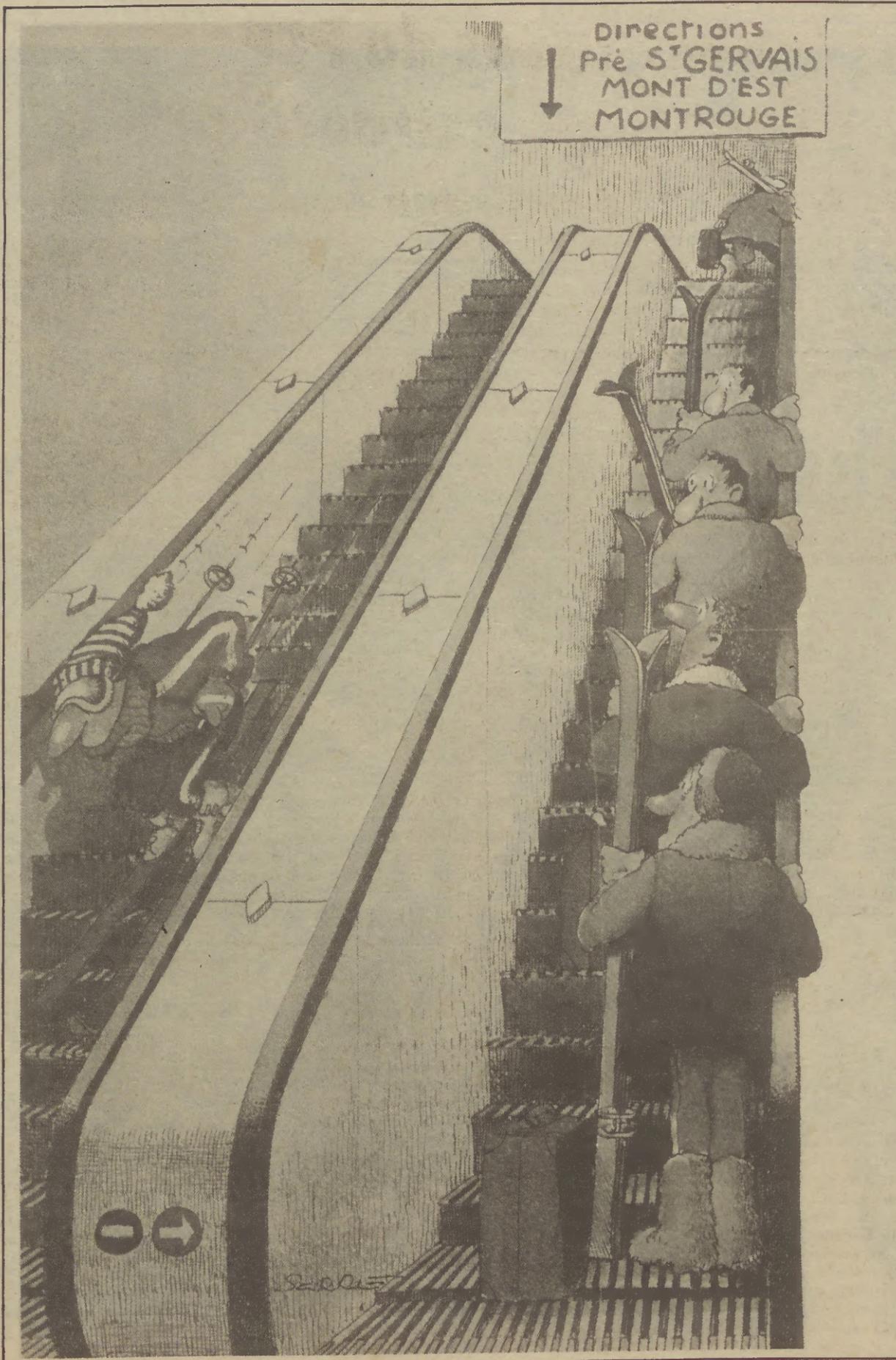
Talvez fosse melhor remodelar-me a mim...

Gritam de todo o lado: — Sim! Sim! Sim!

Ano Novo

Descobre o trabalhador
que é o motor principal
e é nesse instante maior
que o futuro dá sinal.

Voz de Deus é voz do povo.
O governo velho e relho
pois então que o Ano Novo
o leve para o ferro-velho...



Agenda

Avante!

Ano 59 - Série VII
N.º 836

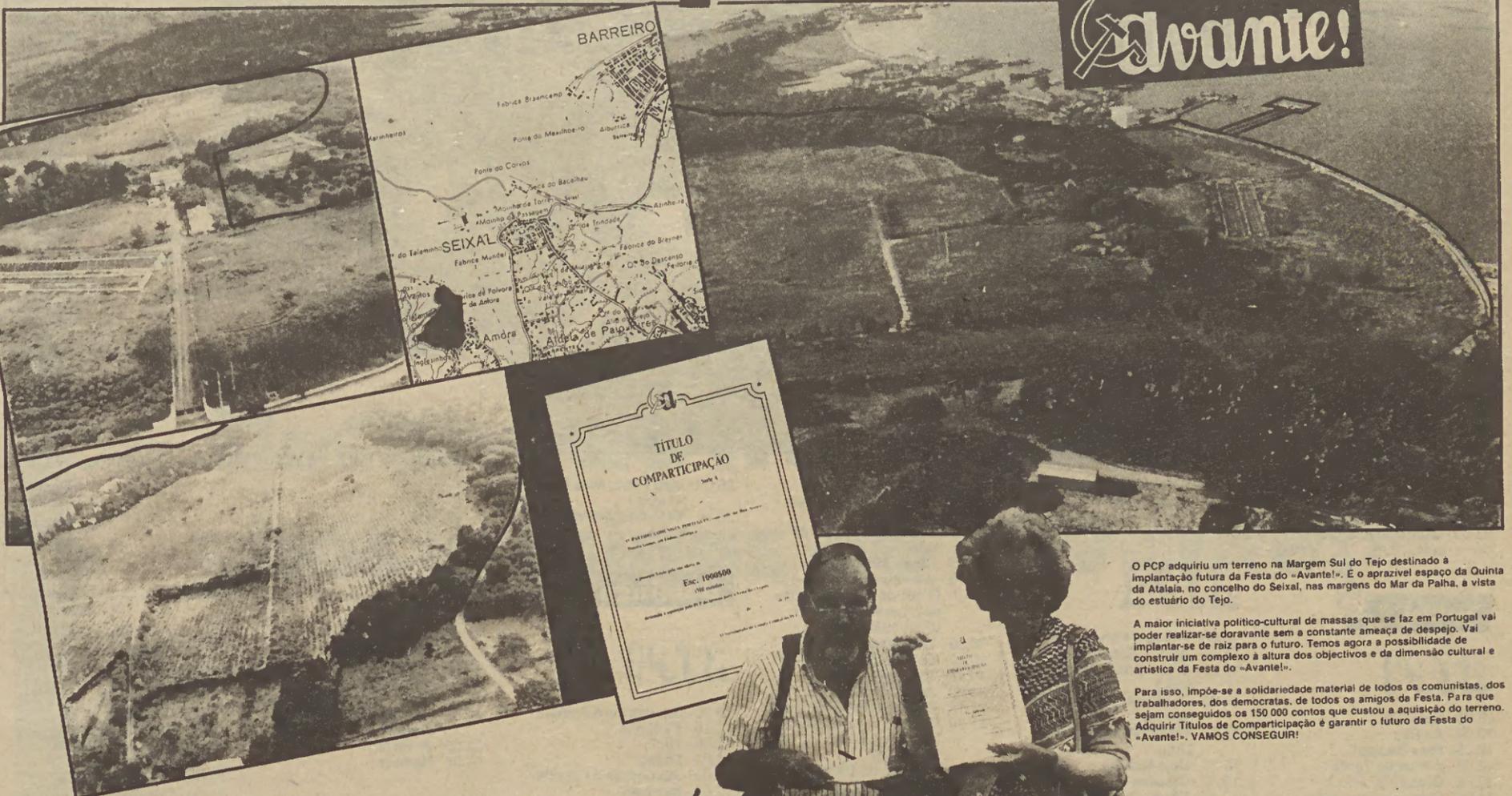
4 de Janeiro de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente

NoSSo Campanha dos 150 Mil contos **O Terreno para a Festa**

Avante!



O PCP adquiriu um terreno na Margem Sul do Tejo destinado à implantação futura da Festa do «Avante!». É o aprazível espaço da Quinta da Atalaia, no concelho do Seixal, nas margens do Mar da Palha, a vista do estuário do Tejo.

A maior iniciativa político-cultural de massas que se faz em Portugal vai poder realizar-se doravante sem a constante ameaça de despejo. Vai implantar-se de raiz para o futuro. Temos agora a possibilidade de construir um complexo a altura dos objetivos e da dimensão cultural e artística da Festa do «Avante!».

Para isso, impõe-se a solidariedade material de todos os comunistas, dos trabalhadores, dos democratas, de todos os amigos da Festa. Para que sejam conseguidos os 150 000 contos que custou a aquisição do terreno. Adquirir Títulos de Participação é garantir o futuro da Festa do «Avante!». VAMOS CONSEGUIR!

Participe!

Desenhos da Prisão foram publicados pela primeira vez pelas Edições «Avante!» em 1975 no quadro das iniciativas de recolha de fundos para o Partido Comunista Português. Foram executados de 1951 a 1959 nas cadeias da Penitenciária de Lisboa, onde Álvaro Cunhal passou sete anos de rigoroso isolamento, e do Forte de Peniche, de onde se evadiu em 3 de Janeiro de 1960. Tendo-se esgotado a edição e havendo sugestões para uma reedição considerou-se ser de maior interesse editar uma coleção de desenhos ainda não publicados.

2900\$00

Estes são livros fundamentais!

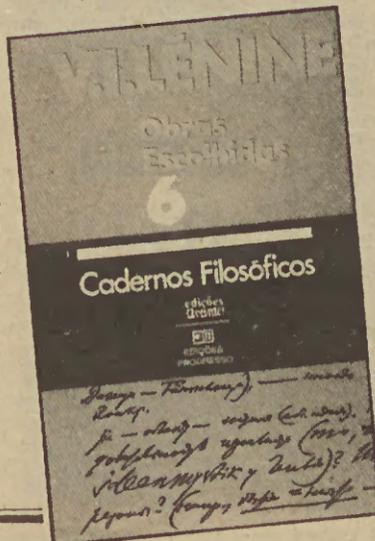
A par do livro *Materialismo e Empirio-crítico*, os cadernos *Filosóficos* contêm uma inestimável riqueza ideológica, têm uma excepcional importância teórica e política e constituem a base da etapa leninista do desenvolvimento do pensamento filosófico marxista.

17.006 / 706 pp. / 1400\$00

a Melhor Oferta

ALVARO CUNHAL
desenhos da prisão

II Série



A época das civilizações mais antigas do Oriente e do Ocidente é um dos períodos mais brilhantes da história mundial. Nesta época a humanidade alcançou êxitos notáveis no desenvolvimento da cultura material e espiritual: domesticou animais, começou a utilizar metais, inventou a escrita; começaram a formar-se os conhecimentos científicos. A esta época está ligado o aparecimento de religiões universais como o budismo e o cristianismo. Surgiu o Estado, estabeleceram-se relações estreitas entre os países da Antiguidade Clássica e Oriental. A obra fundamenta-se em fontes escritas, na arqueologia, na numismática. O quadro cronológico deste trabalho é imenso: desde o aparecimento do homem até ao início da época feudal; é também ampla a área geográfica: da Espanha, no Ocidente, até à China, no Oriente.

18.001 / 362 pp. / 3500\$00

JOSE CARLOS
ARY
DOS SANTOS

AS PALAVRAS DAS CANTIGAS



edições Avante!

A organização desta obra seguiu rigorosamente o esquema elaborado por José Carlos Ary dos Santos. Esse esquema manuscrito, cuja reprodução se encontra na presente edição, constitui o único elemento deixado pelo autor sobre este seu projecto.

As *Palavras das Cantigas* conta com um prefácio de Natália Correia sendo a organização, coordenação e notas de Ruben de Carvalho.

99.071 / 204 pp. / 1700\$00

edições Avante!



TV **O Programa**

Quinta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez (inclui «Rua Sésamo»)
- 12.05 - Fera Radical (12º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Um Anjo na Terra (25º epis.)
- 14.15 - Palavras Cruzadas (67º e 68º epis.)
- 15.15 - Um Olhar sobre a Natureza (6º epis.)
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.25 - Rua Sésamo (44º epis.)
- 18.55 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Vale Tudo (20º epis.)
- 21.10 - «Who Am I This Time»
- 22.10 - Jean-Michel Jarre
- 23.10 - 24 Horas
- 23.40 - Remate

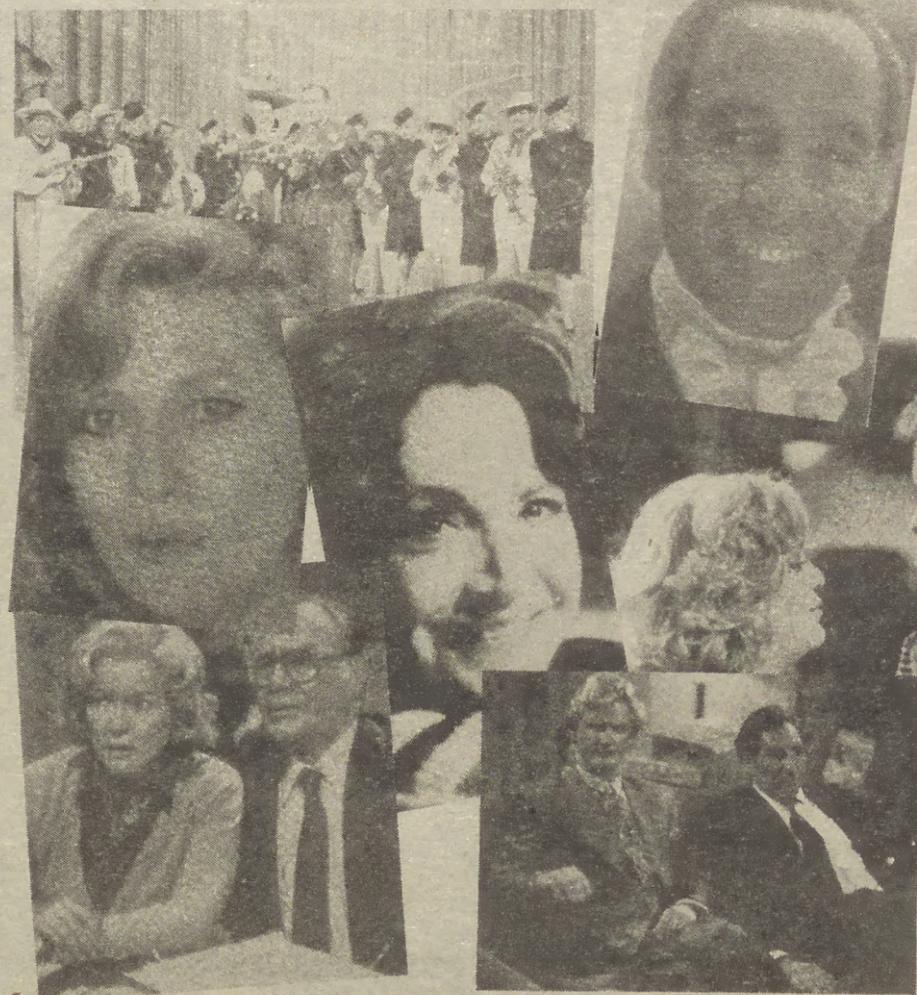
RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas (378º epis.)
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Benji e o Príncipe Extraterrestre (série, 1º epis.)
- 17.20 - Um Bilhete para o Mundo
- 17.50 - Meu Pé de Laranja Lima (11º epis.)
- 18.30 - Os Handerson (3º epis.)
- 19.30 - Clássicos da TV («O Homem da Carabina»)
- 20.25 - Primeiro Andamento
- 20.45 - Obras-Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude (139º epis.)
- 22.00 - Hora Verdade
- 23.00 - Quinta Dimensão (4º epis.)

Sexta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gloss (28º epis.)
- 14.25 - Palavras Cruzadas
- 15.20 - Um Olhar sobre a Natureza
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - Rua Sésamo
- 18.50 - Chegar, Apostar e Vencer (concurso)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Vale Tudo
- 21.30 - Missão Impossível (15º epis.)
- 22.35 - Telemundo
- 23.30 - 24 Horas
- 24.00 - Remate



00.45 - Pela Noite Dentro - «O Julgamento de Jean Harris», real. George Schaefer (EUA/1981)

13.00 - Notícias
13.10 - Oito e Basta (15º epis.)
14.00 - Parlamento
14.30 - Crime, Disse Ela (27º epis.)

20.00 - Meu Filho, Meu Filho (4º epis.)
20.45 - Estádio/Edição da Noite

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - 3, 2, 1 Contact (15º epis.)
- 17.20 - Um Bilhete para o Mundo
- 17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 18.30 - Haja Música
- 19.30 - Clássicos da TV
- 20.45 - Obras-Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - D. Beija (16º epis.)
- 23.00 - Acerto de Contas
- 23.30 - Rotações

15.15 - Caixa Alta (últ. epis.)
16.10 - Sessão da Tarde - «Um Génio de Palma e Meio», real. Leslie Martinson (EUA/1982, 99 min.)

18.00 - Vivamúsica
19.10 - Sete Folhas
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
21.15 - Boletim Meteorológico
21.30 - Teatro - «Cama, Mesa e Roupa Lavada» (comédia)
23.25 - Vicente da Câmara
00.25 - Pela Noite Dentro - «Querida Mãe», real. Frank Perry (EUA/1981, 124 min.)

Sábado

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 12.00 - Solti dirige Beethoven

RTP2

- 09.00 - Via Rápida
- 09.55 - TV 101 (14º epis.)
- 10.50 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»
- 15.00 - Estádio
- 19.00 - Music Box Especial

Filmes

- «O Julgamento de Jean Harris» - 6º, 00.45, RTP-1
- «Um Génio de Palma e Meio» - sáb., 16.10, RTP-1
- «Querida Mãe» - sáb., 00.25, RTP-2
- «Sinfonia de Estrelas» - dom., 14.30, RTP-1
- «Pather Panchali» - dom., 21.55, RTP-2
- «O Menino Selvagem» - 3º, 21.30, RTP-2
- «Reds» - 4º, 21.30, RTP-1

Música

- Quinta
20.25, RTP-2: Primeiro Andamento
22.10, RTP-1: Jean-Michel Jarre
- Sexta
18.30, RTP-1: Haja Música
- Sábado
18.00, RTP-1: Vivamúsica
19.00, RTP-2: Music Box Especial
22.25, RTP-1: Vicente da Câmara
- Domingo
09.00, RTP-2: Music Box
16.20, RTP-1: Video Music Awards 1989
- Terça
18.40, RTP-2: Music Box
- Quarta
23.05, RTP-2: Som da Surpresa

Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (23.40), 6ª (24.00), 2ª (00.05), 3ª (23.45), 4ª (01.05)
- Rotações - RTP-2, 6ª, 23.30
- Estádio - RTP-2, sáb., 15.00
- Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 15.00
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.20

Domingo

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 10.15 - TV Rural
- 10.30 - 70x7
- 11.00 - Missa
- 12.00 - Juventude e Família
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - A Conquista do Espaço
- 14.10 - Primeira Matinée - «Sinfonia de Estrelas», real. Busby Berkeley (EUA/1943, 99 min.)
- 16.20 - Music Video Awards 1989
- 17.55 - Ricardina e Marta (15º epis.)
- 18.55 - McGyver (15º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Querido John
- 21.15 - Christabel (série, 1º epis.)
- 22.20 - Domingo Desportivo

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Os Cinco (17º epis.)
- 17.20 - Um Bilhete para o Mundo
- 17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 18.45 - Sida - Um inimigo entre nós
- 19.30 - Clássicos da TV
- 20.25 - Elogio da Leitura
- 20.45 - Obras Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Teatro - «Por um Fio»

Quarta

- 17.20 - Um Bilhete para o Mundo
- 17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 18.40 - Music Box - Via Rápida
- 19.30 - Clássicos da TV
- 20.25 - Cine Magazine
- 20.50 - Obras-Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Clássicos da TV - «O Menino Selvagem», real. François Truffaut (França/1969, 81 min.)

Quarta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Colt em Acção (29º epis.)
- 14.15 - Palavras Cruzadas
- 15.15 - Um Olhar sobre a Natureza
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.25 - Rua Sésamo
- 18.55 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Vale Tudo
- 21.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.25 - Lotação Esgotada - «Reds», real. Warren Beatty (EUA)
- 00.25 - 24 Horas
- 00.10 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Os Campbells (14º epis.)
- 17.20 - Um Bilhete para o Mundo
- 17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 18.25 - Telefilme
- 19.30 - Clássicos da TV
- 20.25 - Lusitânia Expresso (30º progr.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - «The One Game» (série, 1º epis.)
- 22.30 - Século XX - A Revolução Genética
- 23.05 - Som da Surpresa

Teatro **O Cartaz**

LISBOA

Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Margarida do Monte**, de Marcelino Mesquita, adapt. e encen. Heider Costa, pelo grupo A Barraca.

Clube Estefânia, Rua Alexandre Braga, 24-A. 3ª, 4ª e 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 19.00, dom. às 17.00. **Balancé**, de William Gibson, enc. António Caldeira Pires.

Comuna, Pr. de Espanha. Sala 1 - As 21.30 (fecha 4ª); dom. às 17. **A Pécora**, de Natália Correia, enc. João Mota. Sala 2 - 6ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16. **A Pregação**, baseado no Sermão de Stº. António aos Peixes, enc. João Brites, pelo grupo O Bando.

IFICT, Rua de Santiago, 19. De 5ª a sáb. às 21.30. **A Companhia**, texto e encen.

de Adolfo Gutkin (até 20/1)

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Al Cavaquinho**, de E. Damas. C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Happy End**, de Dorothy Lane/Bertold Brecht, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro da Politécnica, Rua da Escola Politécnica, 58. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **D. João e a Máscara**, de António Patrício, enc. Mário Feliciano, interpr. Eunice Muñoz, João Grosso, Estrela Novais, entre outros.

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Verão**, de Edward Bond, enc. Carlos Fer-

nando, pelo Grupo de Teatro Hoje

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. 3ª, 4ª e 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16.00 e 21.30. **Ora Bate... Batman'so** (revista)

ESTORIL

Casino. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **What Happened to Madalena Iglésias?**, texto e encenação de Filipe La Féria.

LOURES

Teatro Malaposta, Olival Basto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Render dos Heróis**, de José Cardoso Pires, dramaturgia de Mário Barradas, encenação de José

Martins, pela companhia do CDIAG.

PORTO

Teatro, Rua do Heroísmo. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Jardim das Cerejeiras**, de Anton Tchekov, dramaturgia Carlos Porto, enc. Rogério de Carvalho.

Teatro Sá da Bandeira, Rua Sá da Bandeira, 105. De 3ª a dom. às 21.45, dom. também às 16. **Gota D'Água**, de Chico Buarque e Paulo Pontes, enc. Ulysses Cruz.

Para crianças

LISBOA

Teatro Malzum, Rua Poiais de S. Bento, 75-B. Sáb. e dom. às 16. **A Linguagem dos Animais**, de António Botto.

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. **O Sabor dos Sonhos**, texto e enc. de Carlos Correia.

RTP2

- 09.00 - Music Box Especial
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 14.00 - Veterinário da Província
- 15.00 - Troféu
- 17.00 - Sobrevivência (16º epis.)
- 18.00 - Quem Sai aos Seus...
- 19.00 - Café Central
- 20.00 - Os Trintões (13º epis.)
- 21.00 - Artes e Letras - «Pandi Ravi Shankar»
- 21.55 - Cineclub - «Pather Panchali», real. Satyajit Ray, música Ravi Shankar (Índia/1955, 110 min.)

Segunda

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - A Rota de Howard
- 14.20 - Palavras Cruzadas
- 15.15 - Um Olhar sobre a Natureza
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 18.25 - Rua Sésamo

Terça

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas (66º epis.)
- 14.15 - Palavras Cruzadas
- 15.15 - Um Olhar sobre a Natureza
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.25 - Rua Sésamo
- 18.55 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Vale Tudo
- 21.10 - Primeira Página
- 22.20 - Crónica do Crime (16º epis.)
- 23.15 - 24 Horas
- 23.45 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Os Novos Caça-Fantasmas (5º epis.)

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	O Amor é uma grande Aventura	—	★★★	—	★★
B	A Bela de Dia	—	★★★★★	—	★★★★★
C	Perigosa Sedução	—	★★★	—	★★★
D	Recordações da Casa Amarela	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
E	Sexo, Mentiras e Vídeo	★★★	★★★	★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A—Real. Blake Edwards — Quarteto/4 (14.30, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — Lisboa.
- B—Real. Luis Buñuel — Forum Picoas (14.00, 16.00, 18.00, 20.00 e 22.00) — Lisboa
- C—Real. Harold Becker — Alfa/Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
- D—Real. João César Monteiro — Forum/Picoas (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45) — Lisboa.
- E—Real. Steven Soderbergh — Amoreiras/6 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00), Quarteto/2 (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 24.00) — Lisboa

...e ainda

Música, debates, etc.

Nova Música Portuguesa

Na Sala Polivalente do ACARTE tem hoje início uma curta série de concertos agrupados sob a designação de Encontros de Nova Música Portuguesa, com a participação de músicos portugueses de várias áreas, todos convidados em virtude do carácter considerado inovador do seu trabalho.

No primeiro concerto, a realizar hoje, intervêm Jorge Lima Barreto e Victor Rua - o grupo Telectu; amanhã, dia 5, Paula Azguime e Miguel Azguime - o Miso Ensemble; no sábado o violinista Carlos Zingaro - sempre às 21.30.

No domingo, às 16

horas, realiza-se o último concerto da série - uma sessão de música improvisada com o concurso de Rui Azul, na primeira parte, e na segunda de Rui Amado, Luis Desirat e músicos convidados.

Bilhetes a 300\$00, com desconto de 50% a estudantes e jovens até aos 18 anos.

Mais música

Entretanto, recomeça na Gulbenkian a temporada de Música e Dança 89-90 com dois concertos pela Orquestra Gulbenkian dirigida por Frans Bruggen, com o pianista Ronald Brautigam. No programa: «Idomeneo», de Mozart; Concerto nº 2 para piano e orquestra, de

Beethoven e Sinfonia nº 88, de Haydn. No Grande Auditório - hoje às 21.30 e amanhã às 18.30.

Na mesma sala, no dia 8 às 18.30, recital por Christian Tetzlaff (violino) e Stefan Litwin (piano), com obras de Bartók, Mozart, Webern e Brahms.

No dia 9, ainda no Grande Auditório, recital do pianista Andras Schiff, em programa inteiramente preenchido com composições de J.S. Bach.

patente ao público, das 10 às 17 horas, na zona de Congressos da Fundação Gulbenkian, por iniciativa da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e de um vasto grupo de personalidades da cultura portuguesa, uma exposição evocativa de Alves Redol, a propósito do 50º aniversário da publicação de «Gaibéus», romance-marco do neorealismo português e da obra do grande escritor.

A exposição é constituída por documentação biográfica e bibliográfica, e por reproduções e originais de obras de arte que grandes vultos da cultura incorporaram na sua obra. Da exposição constam ainda pinturas, desenhos e esculturas que o próprio Redol inspirou.

Redol na Gulbenkian

Até meados da próxima semana está

Exposições

LISBOA

Alves Redol - Exposição biblio-icónográfica comemorativa dos 50 anos de «Gaibéus». Museu da Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17

Amália Rodrigues - 50 Anos - A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a

sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até Março).

Colectiva de pintura - (Manuel Botelho, Pedro Casqueiro, Gil Heitor Cortesão, Pedro Maia, João Jacinto, Pedro Sousa Vieira, Marta Wengorovius). Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A.

Colectiva de tapeçaria - Galeria Tapeçarias de Portalegre, Rua Academia das Ciências, 2-J. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

Costa Pinheiro - «Os Reis» (1964-66) e «La Fenêtre de ma Tête» (1982-89) - pintura, desenho, gravura. Centro de Arte Moderna e Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian, Av. de Berna. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 14/1)

Cruzeiro Seixas - Pintura, desenho, escultura. Ga. Soctip, R. D. Estefânia, 195-D. De 2ª a 6ª das 10 às 20, sáb. das 10 às 14

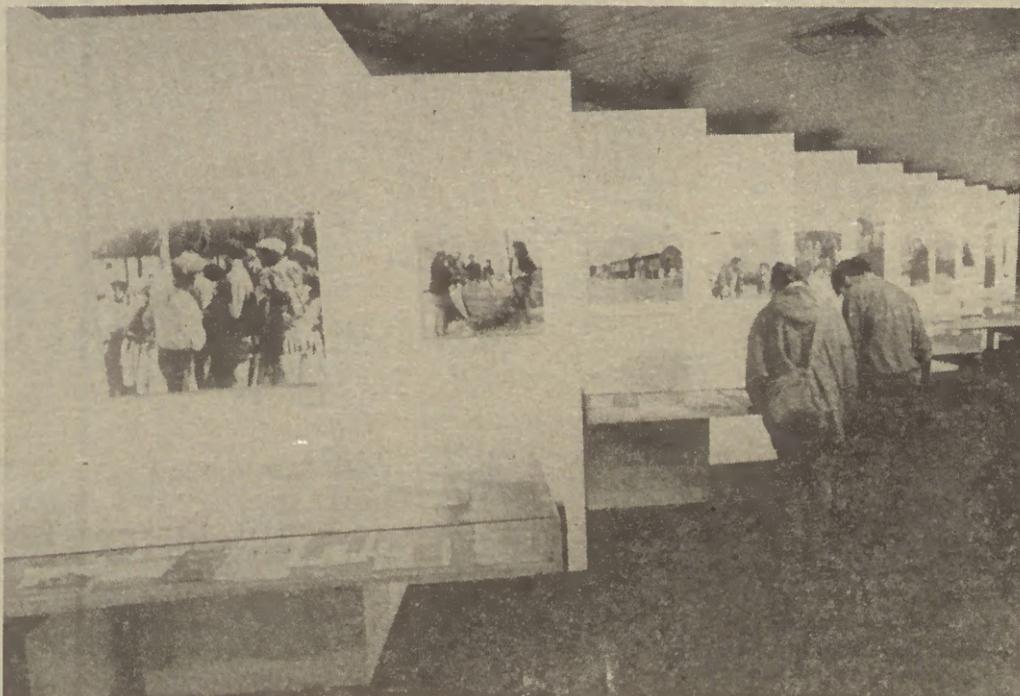
Eduardo Batarda - Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 12/1)

Gerardo Burmester - Objectos em madeira e couro. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1-F. De 2ª a sáb das 15 às 20

Glória Elena - «Retratos de Flores», pintura, e **Silvia Westphalen**, escultura. Galeria Diversa, Rua de Sapadores, 85. De 2ª a sáb. das 14.30 às 20 (até 13/1)

Gravuras de Rembrandt e Arte Contemporânea Portuguesa - (Eduardo Nery, João Hogan, Nadir Afonso, Noronha da Costa, João Cutileiro, entre outros). Galeria Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13. De 2ª a 6ª das 9.30 às 20, sáb. das 9.30 às 13 (até 5/1)

Hervé Dangla - Fotografia em duas exposições: no Instituto



Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (de 2ª a 6ª das 9 às 20) - até 26/1 - e na Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101 (de 3ª a 6ª das 15 às 20) - até 8/1.

Ida David - Pintura. Gal. Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169. De 2ª a 6ª das 15 às 20.

Joaquim Saraiva - Colectiva. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3ª a 6ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 16 às 19 (até 6/1)

Jorge Mealha - Escultura em grés.

Galeria Moira, R. Nova da Piedade. De 2ª a 6ª das 14 às 19.30 (até 19/1)

Mantas de Retalhos - Patchwork de Zélia Barata. Museu Nacional do Traje (Sala de Artesanato), Parque do Monteiro-Mor, Paço do Lumiar. De 3ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 (até 31/1)

Margarida Vicoço - Pintura. Gal. Euroarte, R. Rodrigo da Fonseca, 107-C (até 22/1)

Pedro Saraiva - Pintura e desenho. Módulo-Centro Difusor de

Arte, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 4/1)

Rui de Azevedo - Pintura. Galeria Arteia, R. Prof. João Barreira, Loja 15 (Telheiras). De 3ª a dom. das 15 às 20 (até 14/1)

Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.

A Vida das Imagens - Fotografias dos arquivos do «Diário de Notícias», no 125º aniversário do jornal.

Palácio Galveias, Campo Pequeno.

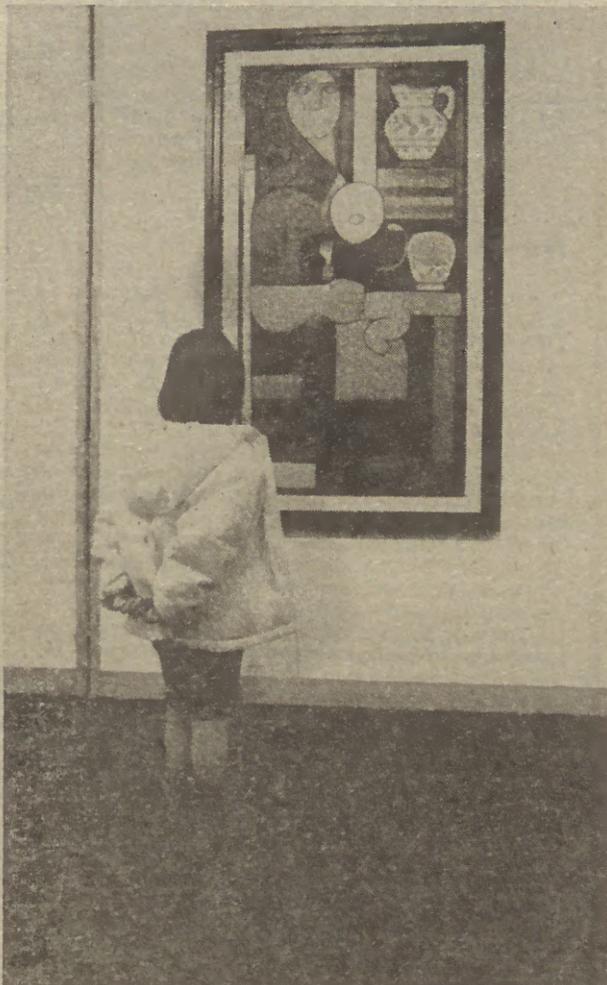
PORTO

João Jacinto - Pintura. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2ª a 6ª das 16 às 20 (até 10/1)

Gravuras de Goye e Gravuras de Picasso - Casa de Serralves, Rua de Serralves. De 3ª a dom. das 14 às 20 (até 7/1).

Nadir Afonso - Pintura. R. Costa Cabral, 777. De 2ª a sáb. das 10 às 12 e das 15 às 22.

Pedro Proença -



das 14.30 às 20 (até 12/1).

OUTRAS LOCALIDADES

28º Salão de Arte Fotográfica - Sala do Conselho de Moredores (ex-Cordoaria Nicola), das 16 às 19 e das 21 às 23 - BARREIRO

Catherine Henke - Pintura. Galeria de Colares, Rua Fria, 6ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 7/1) - COLARES

Salão de Pequeno Formato - Colectiva de pintura, desenho, escultura e cerâmica. Galeria de Arte do Casino. Das 15 às 24 (até 7/1) ESTORIL

Azulejos do Concelho de Loures - (Sécs. XVI a XX). Casa do Adro, Rua Fria. De 3ª a dom. das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30 - LOURES

O Desenho Animado - Exposição inter-

nacional comemorativa do 50º aniv. do «Office National du Film du Canada». Galeria de Exposições do Teatro Malaposta - LOURES

Arqueologia Industrial do Vidro - Fábrica-Escola Irinaus Stephens - MARINHA GRANDE

Pintura Portuguesa 1842-1979 - (Da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria

de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 - QUELUZ

Américo Marinho - «63 anos de pintura». Forum, Rua Dr. Joaquim Luís Martins, 16. Das 14 às 19 (até 7/1) - SANTARÉM

João Viola - «Os Verdes do Outono em Sintra», pintura. Palácio Nacional da Pena. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 6/1) - SINTRA



Tempo Fim de Semana



Para sábado e domingo céu geralmente pouco nublado, vento fraco, neblinas ou nevoeiros matinais, pequena descida da temperatura mínima.

a TV

Uma afronta

Já falámos aqui da maneira fraudulenta como a informação da RTP tem tratado a invasão do Panamá pelos Estados Unidos.

Receamos, porém, não termos sido capazes de dar uma ideia, embora aproximada, da dependência da RTP. Nem tal seria possível descrever, recorrendo à mais variada panóplia dos adjetivos em que a nossa língua, aliás, é tão rica. Só mesmo vendo. E ouvindo.

Um dos elementos mais esclarecedores assenta neste pormenor: a RTP não achou necessário destacar um enviado especial! Tudo quanto sabemos assenta, principalmente, na produção das agências internacionais - cujas ligações aos grandes interesses julgamos desnecessário sublinhar. Foi-se ao ponto de sabermos o que se passava através dos correspondentes da RTP... nos Estados Unidos! Em variada informação internacional, um repórter de «El País» foi assassinado pelos americanos. Pois na RTP a notícia foi dada de passagem, com imensa água benta *made in USA*. Para a RTP valeu mais 50 mil rosas mandadas para Praga, do que 50 mil bombas mandadas para o Panamá...

Não é uma informação: é uma afronta.

Assim se prova

Nos últimos dias de 1989 intensificaram-se os «Tempos de Antena», com a finalidade de não deixarem cair no vazio um direito que a lei garante a certas associações e em certos limites. Diga-se que esses limites são tão, tão apertados que muitas associações aproveitaram os poucos segundos para, a ritmo de galope, desejarem boas-festas aos seus membros!

Sucedeu que, este ano, um grande número de associações se agruparam e juntaram, num único bolo, os seus tempos. Assim tiveram tempo para mostrar o seu descontentamento pela política do governo, pela sua orientação económica, pelo seu autoritarismo e total ausência de diálogo, o que redundava inevitavelmente em fracasso, já que os governantes não escutam nem procuram a opinião de quem está dentro dos assuntos.

Trata-se, como disse, de elevado número de associações patronais ou de trabalhadores, não ligadas entre si por quaisquer vínculos sindicais ou partidários. E só este simples pormenor dá ideia de como o governo de Cavaco Silva se encontra isolado. Assim se prova.

Não é uma apreciação subjectiva, com o fim de obter dividendos partidários. É a própria realidade expressa num simples aglomerado de **tempos de antena**. Essa realidade seria ainda mais clara, entraria melhor pelos «olhos dentro» se a informação não fosse, **toda ela**, um gigantesco **tempo de antena** do governo...

Tempo de antena traduzido em várias horas por dia - enquanto inúmeras associações não valem mais do que alguns segundos anuais, para dar as boas-festas...

Tal pai...

E já que estamos com a mão na massa, que não fique sem referência outro **tempo de antena**, o do CDS, todo ele preenchido com uma intervenção do Prof. Freitas do Amaral.

Quero aqui destacar aquela sua afirmação segundo a qual «o PSD tudo fez para destruir o CDS nas autárquicas: aliciamento de Presidentes de Câmara, ameaças, perseguições, tudo foi tentado para riscar do mapa o CDS».

Não é a primeira vez que o Prof. Freitas do Amaral dirige ao PSD acusações tão graves. Pela sua voz ouvimos nós na Televisão que o PSD, nessas tentativas de aliciamento, prometia auxílios, ajudas, financiamentos especiais...

Uma televisão minimamente interessada no esclarecimento da realidade nacional agarraria na matéria para o devido aprofundamento, dada a extrema gravidade, dada a sua extrema imoralidade.

Nada se fez. O PSD calou-se e a RTP (claro!) fez o mesmo. Tal pai, tal filha...

A testemunha

Esprei.
Pacientemente, esperei.
Esprei até aos limites da compreensão e da condescendência.

Esprei que a RTP não deixaria morrer o ano sem tratar, com a devida dimensão, os resultados das eleições autárquicas. O facto deu-se no dia 17 e corriam 15 dias até ao fim do mês para a informação da RTP cumprir a sua obrigação. Ninguém diga que não é tempo bastante...

Pois sucedeu... que nada sucedeu. Não houve mesmo discussão, nem debate, nem programa especial. O resto do mês fluiu, o ano acabou.

A RTP não teve para dar aos portugueses, na hora apropriada, senão o silêncio.

Silêncio, testemunha eloquente de informação criminosa...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Os aumentos da quadra

Ai estão de novo os aumentos administrativos de boa parte dos produtos e serviços essenciais. O Governo de Cavaco Silva entendeu ser esta a melhor maneira de começar a década de 90.

As Boas-Festas

Já devíamos estar habituados a este cartão de Boas-Festas. Chega sempre nesta quadra o «pacote do aumento de preços», fixados administrativamente, sobre bens e serviços essenciais.

Assim, o pão, a água de Lisboa, os passes sociais, o gás, as taxas da RTP e RDP, as cartas, os telegramas, os telefones serão, a partir de segunda-feira, mais caros. O aumento médio desta vez foi de cerca de 8%, o dobro do ano passado.

Mesmo assim foi «ponderado» para ser «inferior à inflação esperada para 1990» e que o Governo situa entre 9,5 e 10,5%.

A primeira vista, não parecem «grande coisa». Se uma família de 4 pessoas gastava em passes à volta de 10 mil escudos, tem de reservar agora mais 900\$00. Se quer ver televisão (a preto e branco ou a cores, tanto faz) em vez de 3200\$00 pagará 3500\$00. E para ouvir a RDP, em vez de 180\$00 mensais desembolsará 197 (aumentos percentuais de 9,3 e 9,4).

Para instalar telefone e pela assinatura mensal pagará mais 8,3% e cada impulso em vez de 7\$80 custará 8\$50. Só telefonar para a CEE não será agravado.

O consumidor médio da EPAL de Lisboa verá acrescentadas às suas facturas de consumo de água em 7,7%, enquanto a quota de serviço passa de 320\$00 para 450\$00. Só os que gastarem menos de 6 metros cúbicos mensais serão favorecidos. Passam de 66\$50 para 19\$00 por metro cúbico.

Se qualquer família da província reservava 74\$50 por cada quilo de gás (butano ou propano, para o caso tanto dá), bem pode rever os gastos, pois a partir de Janeiro sofrerá um acréscimo de 9,4%, ou seja, passará a custar-lhe 81\$50.

Um a um, estes aumentos não são dos mais gravosos. Já tivemos outros bem mais

puxados. Só que os seus efeitos multiplicadores na economia nacional vão tornar os valores projectados para a inflação em 1990 (entre 9,5 e 10,5% como anunciou já o Governo) «ainda mais afastados da realidade». Assim o vaticinaram já as estruturas sindicais.

Interessa também notar que, nestas previsões da inflação, o Governo espera sempre menos do que a verificada. A começar pelo cotejo literal daqueles números com os que a Comunidade Europeia já previu para Portugal em 1990: 11,3%. Além disso, normalmente, estas

projeções comunitárias têm pecado sempre por defeito.

Pior do que tudo isto, é que as contas macroeconómicas não batem certo com as contas comecinhas do pacote cidadão, às voltas com o seu orçamento familiar. Estica e não dá.

A Comissão das Comunidades dá-lhe uma explicação. Simples. Enquanto o aumento médio dos salários, nos países da CEE foi em 1988 de 2% e a previsão para este ano, agora no fim, é de 1,3%, em Portugal — segundo a mesma fonte — o crescimento salarial nesses mesmos anos foi, respectivamente, de 0,9 e de 0,8%. Isto é, o fosso dos ordenados portugueses é cada vez maior em relação aos europeus.

Outra explicação (também vinda de além-fronteiras) deriva daquilo que se designa por política de rendimentos: quando o rendimento do trabalho, na maioria dos países da CEE, chega aos 70% do Produto Interno Bruto (PIB), entre nós aquele valor queda-se nos 43%, para dar maior percentagem (57%) ao capital.

(«Semanário», 30.12)

ÁGUA

	Preços anteriores	Preços actualizados
Lisboa		
— Consumos domésticos	22\$00	19\$00
Até 5 metros cúbicos/mês	66\$50	19\$00
6 metros cúbicos/mês	66\$50	66\$50
Mais de 6 metros cúbicos	320\$00	450\$00
— Quota de serviço		
Até 15 metros cúbicos		

TAXAS DA RTP E DA RDP

	Preços anteriores	Preços actualizados
Taxa de utilização		
Radiotelevisão:		
(Preto e branco ou a cores)	3200\$00	3500\$00 (+9,3%)
Rádiodifusão:		
Até 270 kwh	Isento	Isento
Mais de 270 kwh	180\$00	197\$00 (+9,4%)

PÃO

	Escudos/quilo	
	Preços anteriores	Preços actualizados
Tipo 75 — Até 333 gramas	119\$00	126\$00
Mais de 333 gramas	110\$00	116\$00
Tipo 95 — Até 333 gramas	110\$00	116\$00
Mais de 333 gramas	104\$50	111\$00
Tipo 115 — Até 333 gramas	110\$00	116\$50
Mais de 333 gramas	102\$50	109\$00

Média ponderada de aumento 5,9 por cento

GÁS

	Preços anteriores	Preços actualizados
Gás butano e propano:		
Em garrafa de mais de 3 quilos	74\$50 por quilo	81\$50 por quilo (+9,4%)
Canalizado, no local de consumo	68\$50 por quilo	68\$50 por quilo
Gás de cidade: (metro cúbico)	26\$50	29\$50 (+11,3%)

PASSES SOCIAIS

	Preços anteriores	Preços actualizados
Região de Lisboa		
Passes intermodais		
L	2195\$00	2392\$50 (+9%)
L1	2915\$00	3175\$00 (+8,9%)
L12	3500\$00	3815\$00 (+9%)
L123	3965\$00	4320\$00 (+9%)
Passes combinados (L/CP)		
Lisboa/Cascais	4620\$00	5035\$00 (+9%)
Lisboa/V.F. de Xira	4760\$00	5190\$00 (+9%)
Passo Transtejo	1385\$00	1510\$00 (+9%)
Região do Porto		
Passes dos STPC		
Cidade (A)	1985\$00	2162\$50 (+8,9%)
Periferia Norte (B)	2650\$00	2887\$50 (+9%)
V. Nova de Gaia (C)	1985\$00	2162\$50 (+8,9%)
Rede geral (ABC)	3165\$00	3450\$00 (+9%)

CORREIOS E TELEFONES

	Preços anteriores	Preços actualizados
Correios		
Porte mínimo de carta ordinária nacional	29\$00	32\$00 (+10,3%)
Telegrama		
Palavra	3\$00	3\$20 (+6,7%)
Taxa fixa	86\$00	90\$00 (+4,7%)
Telefones		
Taxa de instalação	9 680\$00	10 700\$00 (+8,3%)
Assinatura mensal	1 260\$00	1 365\$00 (+8,3%)
Impulso	7\$80	8\$50 (+9,0%)
Conversas telefónicas internacionais		
CEE (excepto Espanha)		Sem aumento (0)
Países do Leste e Nórdicos		Aumento (+2%)
Restantes países		Aumento (+9%)

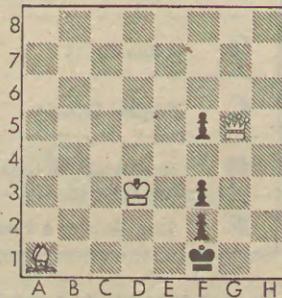
(«Semanário», 30.12)

Xadrez

CCXXXV — 4 de Janeiro de 1990
Proposição N.º 235/A

Por: W. von Hoshhausen
«Schachminiaturen», 1903

Pr.: [4]: Ps. f2, f3, f5-Rf1
Br.: [5]: Ba1-Dg5-Rd3

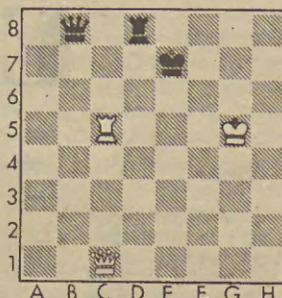


Mate em 3 lances

Proposição N.º 235/B

Por: Henri Rinck
«Baller Nachrichten», 1926

Pr.: [3]: Td8-Db8-Ré7
Pr.: [3]: Tç5-Dç1-Rg5



Branças jogam e ganham

Soluções do N.º CCXXXV

N.º 235/ (W. von H.): 1. Bh8, f4; 2. Dg7, Ré1; 3. Da1++
N.º 235/B (H.R.): 1. Tç7+, Td7; 2. Dç5+, Rd8; 3. Rh6 e G.

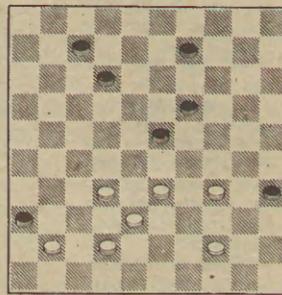
A. de M.M.

Damas

CCXXXV — 4 de Janeiro de 1990

Proposição N.º 235
Por: Albert Lecocq — 1937

Pr.: [7]: 7-9-12-19-23-35-36
Br.: [7]: 32-33-34-38-41-42-44

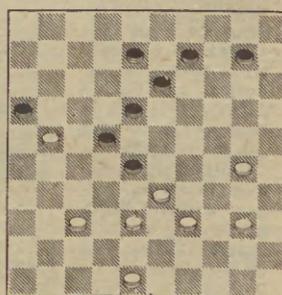


Branças jogam e ganham em 4 tempos

Golpe N.º 235

Por: A. Baud — 1931

Pr.: [8]: 8-9-10-13-16-18-22-28
Br.: [8]: 21-30-33-37-38-39-40-48



Branças ganham em 6 tempos

Soluções do N.º CCXXXV

N.º 235 (A.L.): 32-28 (23x43), 44-40 (36x29), 34x3 = D 5x (35x44), 3x40

Golpe N.º 235 (A.B.): 30-25 (16x27), 37-32 (28x37), 38-32 (27x29), 48-42 (37x48)=D, 39-34 (48x30), 25x5 = D +

A. de M.M.

Dossier

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 836

4 de Janeiro de 1990

5.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

1989

**Um ano de trabalho do PCP
nas páginas do «Avante!»**



1989



N.º 784 5 de Janeiro

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu subscrevem um projecto de declaração sobre as «leis eleitorais relativas à eleição de deputados ao Parlamento Europeu», através da qual se pretende que o PE se pronuncie no sentido de que «em nenhum caso se deve proceder a mudanças nas leis eleitorais» para aquele órgão «durante o semestre que precede as eleições».

A Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP faz um balanço de 1988 onde refere as dificuldades das empresas do sector têxtil, da crise e das perspectivas de encerramento de várias empresas da região para 1989.

O grupo Parlamentar do PCP apresenta na Assembleia da República a «Carta de Direitos dos Cidadãos Deficientes» e um projecto de lei tendente a pôr cobro ao acesso indiscriminado de estrangeiros à propriedade rústica e ao exercício da actividade agrícola.

Debate na AR das ratificações solicitadas pelo PCP ao decreto-lei que define a atribuição de alvarás e licenciamento de estações emisoras de radiodifusão.

O Comité Local de Lisboa do PCP divulga em comunicado os resultados do seu plenário realizado em finais de Dezembro.

A Direcção Nacional da JCP divulga um requerimento ao ministro da Educação sobre o regime de faltas a aplicar aos trabalhadores estudantes e uma tomada de posição sobre o «pacote laboral».

Uma delegação do PCP encontra-se com uma delegação do Partido Renovador Democrático na sede deste último.

Por ocasião do 30º aniversário da Revolução cubana, o CC do PCP envia ao CC do Partido Comunista de Cuba uma mensagem de solidariedade em que se salienta a necessidade do reforço da aliança de todas as forças do progresso social e da paz.

O PCP envia ao Partido Comunista da Argentina um telegrama expressando a sua condenação do atentado terrorista de que aquele Partido foi alvo e reiterando a activa solidariedade dos comunistas portugueses com os comunistas da Argentina.

N.º 785 12 de Janeiro

A Direcção da Organização Regional do Alentejo (DORA) do PCP divulga um comunicado sobre o Plano de Desenvolvimento Regional do Governo e anuncia um debate público sobre o mesmo tema, em Évora.

ASIP do PCP divulga uma nota em que denuncia os sucessivos fracassos da política externa do Governo e critica o discurso de Deus Pinheiro, em inglês, na conferência de Paris.

O Comité Local de Lisboa do PCP anuncia a realização da 2ª Assembleia da Organização; numa análise da situação municipal, tendo em vista as eleições autárquicas, reitera a disponibilidade para, com outros partidos democráticos, lutar por uma alternativa para a gestão da Câmara Municipal de Lisboa.

Uma delegação do PCP reúne em Faro com industriais de conservas da região e com a Comissão Executiva da Região de Turismo do Algarve.

A Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do PCP pronuncia-se contra os aumentos das rendas nos chamados bairros sociais.

Anuncia-se a realização de encontros do PCP com emigrantes temporários e sazonais em Lisboa, Beja, Viseu e Vila Real.

Os deputados comunistas criticam na AR a política de saúde do Governo responsável pelo surto de sarampo na Grande Lisboa; debatem o horário da função pública; denunciam ameaças de despedimento na MDF e na Cometna.

Realiza-se um encontro de quadros do PCP sobre o concelho de Sintra.

O PCP subscreve um documento de solidariedade com o Partido Tudeh do Irão.

A SIP condena o ataque dos EUA à Líbia.

O CC do PCP envia ao CC do Partido Comunista Alemão uma mensagem por ocasião do 70º aniversário do PCA e do seu IX Congresso.

N.º 786 19 de Janeiro

A Comissão Coordenadora Nacional da CDU divulga em conferência de imprensa as suas reservas em relação à possível alteração da lei eleitoral e as suas iniciativas preparatórias das eleições para o Parlamento Europeu e autarquias locais.

O Grupo Parlamentar do PCP promove um debate público sobre a revisão da Constituição e a Comunicação Social.

A DORLEI aprova um vasto calendário de iniciativas, em que se destaca a realização de inúmeras assembleias concelhias de organização.

Dirigentes da JCP apresentam em conferência de imprensa as conclusões da reunião da Direcção Nacional e anunciam a realização do III Congresso da organização para Abril.

A Comissão Distrital de Coimbra do PCP analisa a situação no distrito e decide promover um debate sobre o desenvolvimento regional.

Comunistas de Olhão reúnem e aprovam um calendário de iniciativas.

A Comissão concelhia de S. João da Madeira do PCP apela à participação dos trabalhadores na luta contra o pacote laboral.

A célula do PCP nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo promove uma campanha de fundos a favor do Partido.

CDU de Gondomar denuncia actuação pouco séria do respectivo presidente da Câmara.

O PCP faz-se representar no Congresso da Unidade do Partido Comunista de Espanha.

N.º 787 26 de Janeiro

A Comissão Política do PCP divulga um comunicado em que analisam os aspectos mais importantes da evolução da situação política e social e da vida e actividade partidárias.

A Comissão Distrital de Viseu do PCP reúne em plenário.

A Comissão Concelhia de Braga do PCP emite um comunicado denunciando a demagogia do PSD e os seus propósitos eleitoralistas.

Nota da SIP do PCP sobre a destruição do sector público da Comunicação Social.

Deputada comunista faz visita de trabalho ao distrito de Castelo Branco.

Reúne a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP.

São divulgadas as linhas de trabalho a debater na Assembleia de Organização da Comissão Concelhia do PCP do Entroncamento.

Reunião plenária da DORP divulga uma resolução sobre a preparação da sua 2ª Assembleia de organização.

Iniciativa dos camaradas de Loredelo do Ouro para angariação de fundos para o pagamento do seu novo Centro de Trabalho.

A DORP anuncia que terminou com êxito a sua Campanha de Fundos de Natal/88.

Reúne o Comité Local do Porto.

O organismo de direcção do Sector de Empresas da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP emite um comunicado sobre o horário de trabalho na administração pública.

Realiza-se a 1ª Assembleia de Organização do Partido em Azevedo.

Realiza-se na Siderurgia uma reunião nacional dos secretariados das células do PCP.

Dirigentes da DORL e deputados do PCP na AR decidem propor a elevação de Alverca a cidade, a realização de um debate público sobre os transportes da linha de Sintra e um debate sobre as questões sociais e laborais no distrito de Lisboa.

A Comissão Concelhia de Chaves do PCP emite um comunicado sobre as ilegalidades cometidas pelo PSD na gestão autárquica local.

Deputados comunistas alertam em colóquio para as tentativas de instrumentalização da comunicação social.

Realiza-se um plenário de trabalhadores-estudantes comunistas.

A Direcção Distrital de Aveiro da JCP reúne para preparar a sua participação no 3º Congresso da organização.

Deputados comunistas acusam na AR o PSD de viciar as regras do jogo para atingir a CDU, com a alteração da legislação relativa aos símbolos e às siglas das coligações.

O PCP apresenta na AR um pedido de inquérito parlamentar à actuação dos serviços oficiais no processo de aquisição de um andar nas Amoreiras pelo ministro das Finanças, Miguel Cadilhe.

A CDU de Santo Tirso emite um comunicado acusando a Câmara Municipal de incompetência.

No Parlamento Europeu, em Estrasburgo, os deputados do PCP intervêm sobre a coesão económica e social.

Realiza-se um encontro da CDU do concelho de Sintra preparatório das eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias.

Delegações do Partido Comunista Romeno e do Partido Comunista da URSS, que vieram a Portugal participar no Congresso do Partido Socialista, são recebidas na sede do PCP.

Uma delegação do Comité de Segurança e Cooperação Europeia e do Conselho da Paz da Checoslováquia, de visita a Portugal a convite do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, é recebida na sede do PCP.

Ainda durante o mês de Janeiro realizaram-se sessões de esclarecimento, debates, assembleias, plenários de militantes, etc., em Évora, Arraiolos, Estremoz, Reguengos, Lavre, Maia, Alcácer do Sal, Beja, Vialonga, Cacém, Montemor-o-Novo, Escoural, Cabrela, Foros de Vale Figueira, Silveiras, Vendas Novas, S. Cristóvão, S. Domingos de Rana, Portel, Monte do Trigo, Bencatel, Vila Viçosa, Santana do Campo, Aldeia da Serra, Anadia, Marvila, Mealhada, Queijas, Lisboa, Palmela, S. Iria de Azóia, Algés, Olhão, Viana do Castelo, Braga, Barcelos, Alhandra, Borba, Faro, Montijo, Porto, Sintra, Canha, Almada, Viseu e Vila Real.

N.º 788
2 de Fevereiro

O Executivo da Comissão Política do CC do PCP emite uma nota de protesto contra a degradação dos serviços de saúde.

A JCP toma posição contra a criação do Instituto da Juventude na dependência do Governo.

Os deputados comunistas eleitos pelo círculo do Porto dão uma conferência de imprensa para informar da sua actividade em prol da resolução dos problemas daquele distrito.

É divulgado um comunicado da DORP com 12 acusações ao Governo de Cavaco Silva.

A Direcção da Organização Regional do Minho do PCP convoca as Assembleias distritais de Braga e Viana do Castelo e anuncia a decisão de não realizar este ano a Festa da Alegria.

A Comissão Distrital de Bragança do PCP alerta para os perigos da eucaliptização desregrada nos concelhos de Mirandela, Vila Flor, Alfândega da Fé, Mogadouro e Carraceda de Ansiães.

São divulgadas as conclusões do encontro regional de quadros da Beira Interior.

A Comissão Concelhia do Montijo do PCP manifesta a sua solidariedade para com os moradores vítimas de brutais aumentos de rendas de casa e condena a falta de solidariedade da Câmara Municipal.

Realiza-se em Espinho um debate sobre Fundos estruturais e a acção dos comunistas no Parlamento Europeu.

São divulgadas as conclusões do encontro de quadros das concelhias da Organização Regional do Alentejo.

Deputados comunistas visitam a Associação de Municípios de Beja e o Núcleo de Empresas da Região, bem como o concelho de Almada.

São divulgadas as propostas do PCP na AR sobre programas escolares e apoios à edição de livros escolares; dá-se conta das propostas do PCP sobre a Lei-Quadro da Cultura Física e Desporto, bem como do regime jurídico das Associações de Municípios e da necessidade de alteração da política de habitação.

Encontro de activistas da CDU no concelho de Loures decide voltar a apresentar Severiano Falcão como cabeça de lista para a Câmara Municipal.

Uma delegação do PCP recebe uma delegação da OLP.

O CC do PCP recebe um telegrama do PCUS agradecendo a solidariedade manifestada para com as vítimas do terramoto na Arménia.

N.º 789
9 de Fevereiro

O Executivo da Comissão Política do CC do PCP emite uma nota em que manifesta a sua solidariedade à justa luta dos trabalhadores.

Outra nota do mesmo organismo pronuncia-se contra a Lei dos Baldios aprovada na AR com os votos do PSD e do CDS.

O Secretariado do CC do PCP critica em comunicado as especulações feitas sobre o estado de saúde do secretário-geral do PCP.

O CC do PCP envia ao CC do MPLA-PT uma saudação por ocasião do 28º aniversário do 4 de Fevereiro que marca o início da luta armada pela libertação de Angola.

Uma delegação do PS, dirigida por Jorge Sampaio, é recebida por dirigentes do PCP. A nova direcção do PS apresentou cumprimentos e debateu com a delegação do PCP a situação política nacional.

Uma delegação do PSR é recebida por uma delegação do PCP.

A direcção do sector da Saúde de Lisboa do PCP apresenta aos órgãos de comunicação social um balanço das consequências da política de saúde do Governo.

A Comissão Concelhia de São João da Madeira do PCP divulga uma nota denunciando a incompetência e irregularidades na Câmara Municipal local.

A Comissão Distrital de Aveiro do PCP analisa a situação política e social no distrito.

A DORL do PCP toma posição sobre as tentativas de extinção das orquestras sinfónicas.

O executivo da Direcção Regional de Trás-os-Montes divulga uma nota em que denuncia a situação de abandono a que está votada a região, agravada com a destruição de duas empresas, o que força a população a emigrar.

Na AR, por iniciativa dos deputados comunistas, é debatido o sistema de comparticipação do Estado no custo dos medicamentos e a lei quadro do ensino superior politécnico. Também os deputados comunistas pediram à Procuradoria-Geral da República a instauração de um processo criminal contra o ministro Cadilhe por indiciado peculato de uso.

A Coordenadora da CDU de Lisboa reúne e decide convocar jornadas de reflexão e debate sobre os problemas da capital.

Reúne a Comissão de Apoio à CDU de Torres do Mondego.

A Coordenadora da CDU do Porto anuncia as conclusões de uma reunião realizada para preparar as eleições autárquicas.

A Comissão Concelhia de Chaves do PCP divulga um comunicado em que acusa o executivo camarário do PSD de ter aberto «a caça ao voto» e denuncia situações de caciquismo e má gestão.

O professor Armando de Castro dá a sua última lição no Salão Nobre da Faculdade de Economia do Porto.

Subordinados aos temas «Portugal e a CEE» realizam-se debates no Porto, Olhão, Viana do Castelo, Braga, Évora, Bragança e Portalegre.

N.º 790
16 de Fevereiro

O Grupo Parlamentar do PCP acusa o Governo de elaborar o PDR no segredo dos gabinetes, à margem das autarquias, dos agentes económicos, culturais e estruturas sindicais.

Interpelação ao Governo por iniciativa dos deputados comunistas.

Traçado da via rápida do Algarve é criticado na AR pelos deputados do PCP.

A Comissão Política do CC do PCP reúne para análise da situação social e preparação das eleições para o Parlamento Europeu e autarquias locais.

A DORA divulga os resultados da sua reunião para preparação das batalhas eleitorais.

A Concelhia de Castelo Branco do PCP recorda que os agricultores de Malpica do Tejo continuam à espera do prometido apoio do Governo para fazer face à catástrofe de Setembro de 1988 que provocou a morte de abelhas e ovelhas com prejuízos de dezenas de milhar de contos.

O Grupo Comunistas e Afins no PE promove em Lisboa um debate sobre a criação do Mercado Único.

A Comissão Concelhia do PCP de Soure divulga um comunicado de apoio à reivindicação popular de uma estação ferroviária.

O organismo do PCP da zona da Serra do distrito de Coimbra alerta para os perigos que ameaçam a floresta.

Integradas na preparação do 3º Congresso da JCP, realizam-se reuniões de jovens comunistas no Porto, Lisboa e Setúbal.

Uma delegação do PCP participa num encontro de Partidos Comunistas de Estados membros da CEE.

No âmbito da preparação das eleições para o PE realizam-se sessões de esclarecimento no Porto, Bragança, Faro e Moura.

A Comissão Executiva da Direcção do Partido na Região Autónoma dos Açores reúne na Horta.

Realiza-se o plenário da DORAL (Algarve) para análise da situação política e social e preparação das campanhas eleitorais.

N.º 791
23 de Fevereiro

São divulgadas as conclusões da reunião do Comité Central do PCP.

Nota do Executivo da Comissão Política do CC do PCP denuncia como falsa e artificial a meta da inflação anunciada pelo Governo.

Reúne o executivo da DORL.

Realiza-se a Assembleia da célula do PCP na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, no concelho de Almada.

O plenário distrital de fundos da Organização Regional de Setúbal considera necessário aumentar as receitas do Partido.

A Comissão Concelhia da Lousã do PCP critica, em comunicado, a gestão da Câmara, da responsabilidade do PS.

Assembleia de organização (extraordinária) de militantes na freguesia portuense de Cedofeita.

Os comunistas do Montijo denunciam apoio logístico do Governo a uma iniciativa do PSD.

Realiza-se em Lisboa um plenário de reformados comunistas.

Reúne o organismo de direcção das freguesias da margem direita do concelho de Coimbra.

Delegação do PCP efectua visita de trabalho a Guimarães.

Realiza-se em Lisboa uma reunião de quadros do PCP dos distritos de Santarém, Setúbal, Évora, Beja e Portalegre, para análise da situação na zona da Reforma Agrária.

Realiza-se em Mourão um encontro distrital da CDU de Beja.

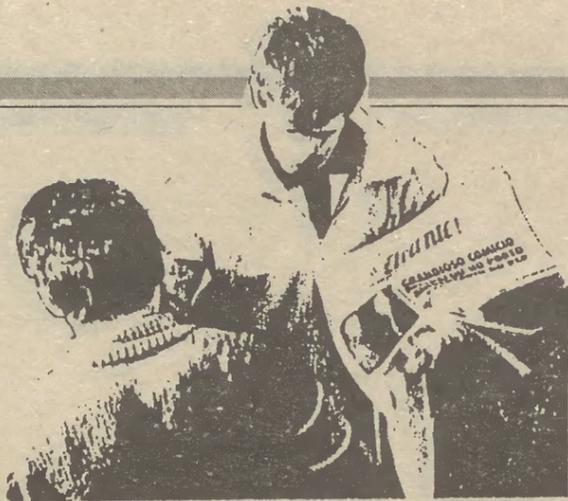
Uma nota da SIP do PCP anuncia que o Partido vai propor uma nova fórmula de cálculo das pensões na Segurança Social.

A organização da CDU em França promove uma conferência de imprensa em Paris.

Seminário sobre a «Área Metropolitana de Lisboa - Anos 90» promovido pela CDU de Lisboa e Setúbal realiza-se na capital.

Neste mês realizaram-se ainda as seguintes iniciativas do PCP: visita de estudo de Aboim Inglês ao Minho, com sessões públicas em Caminha e Famalicão; debate em Aveiro sobre o Acto Único Europeu e Constituição da República Portuguesa; seminário em Olhão sobre a Ria Formosa e a CEE; e diversas reuniões de células de empresas, bairros, freguesias em Lisboa, Maia, Algés, Vila Franca de Xira, Évora, Porto, Amadora, Setúbal, Ílhavo, Oliveira de Azeméis, Coimbra, Estarreja, Ovar, Viseu, Mangualde, Mealhada, Parede, Abrantes, Sintra, Vila Real, Ramalde, Matosinhos, Montijo, Faro, Queluz, Aveiro.

1989



N.º 792 2 de Março

Uma nota do Executivo da Comissão Política do CC do PCP saúda o êxito da jornada de mobilização geral decidida pela CGTP-IN, analisa a situação política e social e considera a recusa do PS às propostas de unidade do PCP com vista às eleições autárquicas como indicativo da disposição deste partido para continuar a aliar-se à direita.

O Grupo Comunistas e Afins no PE promove em Lisboa um debate sobre «Portugal, a comunidade europeia e a cultura».

Deputados do PCP na AR acusam o Governo de não ter um projecto nacional para enfrentar o Mercado Interno.

Realiza-se a 5ª Assembleia da Organização Concelhia do Montijo do PCP.

Reúne a Comissão Distrital do PCP de Aveiro.

Realiza-se o 2º Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP.

Por iniciativa da CDU de Lisboa, realizam-se as «Jornadas de reflexão e debate sobre a cidade».

Reúne o Comité Local do Porto.

Realiza-se a Assembleia de organização de Ramalde, no Porto.

São divulgados os resultados da reunião da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP com a Federação Distrital do Porto do PS onde, como se sabe, não foi possível chegar a acordo sobre um entendimento interpartidário.

Reunião da Comissão Distrital da Guarda do PCP alerta para o aumento da emigração na região, fruto do agravamento das condições de vida.

Executivo da DORL do PCP divulga uma nota em que «lamentava vivamente a recusa manifestada pela FAUL do PS em contribuir para criar condições mais favoráveis para assegurar à cidade de Lisboa uma gestão democrática».

Reúne em Faro o plenário distrital da CDU para preparação das eleições para o PE e as autarquias.

Vereadores da CDU em Gondomar apresentam proposta de Plano e Orçamento alternativos aos da gestão socialista.

N.º 793 9 de Março

Comemora-se por todo o país o 68º aniversário do PCP.

Delegações do PCP e do Partido «Os Verdes» reúnem-se para analisar questões relacionadas com a composição da lista de candidatos da CDU para o Parlamento Europeu.

Realiza-se a 2ª Assembleia (extraordinária) da Organização Regional do Porto do PCP.

Realiza-se a 2ª Assembleia da Organização Regional de Santarém do PCP.

Realiza-se a 2ª Assembleia da Organização Concelhia de Sintra.

O Secretariado do CC do PCP divulga um comunicado sobre a saúde e o regresso ao país do secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal.

A Comissão do PCP para o Trabalho entre a Emigração acusa o Governo de seguir uma política de abandono dos emigrantes.

A Comissão Distrital de Coimbra do PCP alerta para as consequências do encerramento, durante a noite, do serviço de urgência do Hospital de Covões.

Uma delegação da Direcção da Organização do PCP para a Região Autónoma dos Açores é recebida, a seu pedido, pelo ministro da República.

A Comissão Concelhia do PCP na Amadora alerta a população para as consequências da política do Governo e exorta à luta contra o pacote laboral e pelo direito ao emprego.

A Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP manifesta a sua solidariedade com a luta dos trabalhadores do Centro Fabril de Ródão da Portucel/EP pela salvaguarda do meio-ambiente e a modernização da empresa.

Reunião de quadros do PCP em Montemor-o-Novo para preparação das eleições para o Parlamento Europeu.

O Grupo Parlamentar do PCP pede a ratificação do decreto-lei que define a estrutura orgânica da Universidade do Algarve.

Os deputados comunistas manifestam a sua solidariedade com a luta dirigida pelo Sindicato dos Músicos.

Reúne a Direcção Nacional da JCP.

O Tribunal de Justiça da CEE dá razão ao PCP na questão relativa aos abonos de família de emigrantes.

O deputado do PCP no Parlamento Europeu Joaquim Miranda efectua visita de trabalho ao distrito de Aveiro.

Uma delegação do PCP participa nos trabalhos do XIV Congresso do Partido Comunista da Índia.

O Secretariado do PCP envia um telegrama ao Partido Comunista Colombiano condenando o assassinato do camarada Antequera e de muitos outros comunistas e democratas.

N.º 794 16 de Março

É divulgada uma nota do CC do PCP sobre questões da actualidade política. Na mesma reunião do CC é aprovado um comunicado sobre o debate acerca das tarefas do Partido em relação à juventude.

Álvaro Cunhal é recebido em Moscovo por Mikhail Gorbatchov.

É anunciada a participação do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, no comício comemorativo do 68º aniversário do PCP, em Lisboa.

Realizam-se iniciativas do PCP em Bragança, Chaves e Vila Real para assinalar o aniversário do Partido.

Na Guarda reúnem os activistas da CDU para preparar as eleições.

A Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP divulga um comunicado sobre o problema da dívida acumulada da Região e a participação dos comunistas nas eleições.

Realiza-se a 2ª Assembleia da Organização Local de Lisboa.

Os deputados comunistas alertam em conferência de imprensa para os perigos decorrentes do processo de revisão constitucional que podem dar ao PSD os instrumentos para o controlo da vida política, económica e social.

Na AR os deputados comunistas pronunciam-se a favor da paz e do desanuviamento, saúdam o 8 de Março, criticam o uso e abuso das autorizações legislativas por parte do Governo, defendem a redução do horário de trabalho normal e dão um contributo importante para a aprovação do estatuto da Condição Militar.

Realiza-se na Azambuja um encontro concelhio da CDU para preparação das eleições autárquicas.

Realiza-se em Vila Franca de Xira um encontro concelhio da CDU em que participam mais de 200 activistas.

A Comissão da DORP do PCP para as questões da CEE promove uma série de encontros, visitas e debates com o deputado Joaquim Miranda.

Em Estrasburgo, Barros Moura intervém em defesa dos direitos dos cidadãos na Comunidade e José Magalhães representa o PCP na sessão solene do PE sobre o racismo e a xenofobia.

O PCP participa, através do seu deputado Vidigal Amaro, na 81ª Conferência da União Interparlamentar, em Budapeste.

É anunciada a vinda a Portugal, a convite do PCP, de uma delegação do PC da China.

N.º 795 23 de Março

O Executivo da Comissão Política do CC do PCP divulga uma nota sobre as medidas de política económica do Governo.

A DORL realiza um comício no Pavilhão Carlos Lopes em que participa o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal.

Realiza-se na Guarda um encontro distrital de militantes comunistas e activistas da CDU.

A Comissão Distrital de Viseu do PCP aprova os documentos preparatórios da sua 2ª Assembleia (extraordinária).

A Comissão Distrital de Vila Real do PCP condena a intervenção violenta da GNR em Valpaços, onde a população protesta contra a plantação indiscriminada de eucaliptos.

Os comunistas de Oeiras realizam a sua 3ª Assembleia de organização.

De todas as organizações do Partido, quer no país como no estrangeiro, chegam informações sobre iniciativas comemorativas do 68º aniversário do PCP.

Realiza-se em Aveiro uma sessão evocativa de Mário Sacramento por ocasião do 20º aniversário da sua morte.

Realiza-se a 4ª Assembleia da organização do PCP na freguesia de Campanhã, no Porto.

Realiza-se um encontro nacional da CDU, em Loures, para preparar a participação nas eleições para o Parlamento Europeu e autarquias locais.

Na AR os deputados do PCP pedem esclarecimentos sobre o processo de privatização da UNICER, alertam para as irregularidades no processo de atribuição de alvarás às estações de rádio e defendem a redução do horário de trabalho.

Os deputados do PCP no PE apresentam uma proposta de recuperação da zona histórica do Porto e intervêm em defesa da prioridade da coesão económica e social.

Delegações do PCP e do PCE debatem em Lisboa a situação económica de Portugal e da Espanha.

Delegação do PCP participa no XVII Congresso do Partido Comunista Italiano.

Delegação do PCP participa no XXVI Congresso do PC da Bélgica.

O CC do PCP envia uma saudação ao IV Congresso do PC Dominicano.

O CC do PCP envia uma mensagem de condolências ao Partido Suíço do Trabalho por ocasião da morte do seu presidente honorário.

Sam Nujoma, presidente da SWAPO, encontra-se com Álvaro Cunhal.

É recebido na sede do PCP o secretário-geral do PT do Brasil, Luís Inácio da Silva (Lula).

N.º 796 30 de Março

Delegação do PC da China, de visita a Portugal a convite do PCP, mantém conversações com uma delegação do Partido chefiada por Álvaro Cunhal, visita uma cooperativa da Reforma Agrária e participa num comício no Barreiro.

Conferência de Imprensa do PCP dá conta das críticas dos comunistas à política económica e agrícola do Governo.

Realiza-se no Porto um encontro entre delegações da Direcção da Organização Regional do PCP e do Conselho Regional da UDP.

O Gabinete de Imprensa do PCP divulga uma nota a propósito da demissão do secretário de Estado da Saúde.

Reúne a Comissão Distrital de Beja do PCP.

Deputados comunistas, juntamente com deputados dos restantes partidos da oposição, criticam em conferência de imprensa o modo como o Governo elaborou o Plano de Desenvolvimento Regional.

O Grupo Parlamentar do PCP apresenta na AR um projecto sobre «Condição de plantações de eucaliptos».

Neste mês realizaram-se ainda reuniões de militantes de células de empresa, bairro, freguesia e outras em Lisboa, Amadora, Covilhã, Estremoz, Aveiro, Beja, Castelo Branco, Coimbra, Matosinhos, Vila Franca de Xira, Cascais, Faro, Funchal, Oeiras, Portalegre, Santarém, Porto, Setúbal, Sintra, Vila Real, Bragança, Mangualde, Vila Flor, Póvoa de Sta Iria, Santiago do Cacém, Alvalade-Sado, Sines, Palmela, Ílhavo, Oliveira de Azeméis, Santo Tirso, Lousada, S. Pedro do Sul, Odemira, Oliveira do Hospital, Resende, Tavira, Cascais, Leiria, Loures, S. Domingos de Rana, Estarreja, Sesimbra, Bragança, Castro Daire, Açores, Azambuja, Marinha Grande, Moita, Barreiro, Gondomar, Vila do Conde, Angra do Heroísmo, Águeda, Sacavém, Paredes, Carapalhão, Viseu, Montijo, Lousã, Alameda, Évora, Cova da Piedade, Portimão, Vialonga, Miranda do Corvo, Alverca, Azeitão, Paio Pires, Cacilhas, Lamego, Figueira da Foz, Soure, Sarilhos Grandes, S. João da Pesqueira, Tondela, Algueirão-Mem Martins, Seixal, Constância, Alcábaldeche, Vila Nova de Poiares.

N.º 797
6 de Abril

Realiza-se a 1ª Assembleia da Organização Distrital de Braga do PCP, que culmina o debate sobre o trabalho dos comunistas no distrito que se iniciou com a preparação do XII Congresso.

Como outros dirigentes do Partido durante o fim-de-semana, Luís Sá participa na 3ª Assembleia da célula do PCP na Câmara Municipal de Loures, onde destaca a estrita ligação de todas as batalhas políticas de 1989.

A poucos dias da realização de um encontro distrital (Castelo Branco) de militantes comunistas e outros activistas da CDU, a direcção regional da Beira Interior do PCP pronuncia-se sobre a situação económica e social na região, reafirmando que o atraso da Beira Interior foi culpa do fascismo e continua a ser culpa dos governos de direita.

Com o trabalho eleitoral para 18 de Junho por pano de fundo, realiza-se a 2ª Assembleia do Sector Público da Organização Regional de Lisboa, englobando militantes comunistas dos CTT, TLP, Marconi, EDP, EPAL, EPAC, AGA e Silopor.

Durante uma visita ao concelho de Vila Pouca de Aguiar o deputado e dirigente comunista António Mota encontra-se com trabalhadores da Tabopan, com elementos da Comissão de Defesa da Linha do Corgo e com a população de Sabroso de Aguiar.

A Comissão Distrital de Coimbra, como várias organizações do Partido noutros locais, assinala o 13º aniversário da Constituição, afirmando a necessidade de lutar pela sua defesa e pela democracia política, económica, social e cultural que ela institucionaliza.

Uma delegação do Partido Comunista da China visita Portugal, a convite do PCP, de 26 a 31 de Março. Dia 29 Song Ping e Álvaro Cunhal intervêm num comício de amizade no Barreiro.

Em Campo Maior, Cacém, Lisboa, Loures, Oeiras, Queluz, Porto, Castelo Branco, Faro, Funchal, Chaves, Coimbra, Coruche, Cascais, Avis e Grândola reúnem assembleias plenárias para discussão dos documentos do Congresso da JCP e eleição de delegados.

A direcção regional do Alentejo do PCP acusa o Governo de ignorar as forças económicas, sociais e políticas da região na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional, documento que, afirma a DORA, não serve o Alentejo e não tem em conta as suas necessidades e realidades.

O deputado comunista Fernando Gomes apresenta na AR uma declaração política denunciando as ilegalidades e irregularidades cometidas pela equipa do Ministério da Saúde. Sobre o assunto falou também na AR Jorge Lemós, enquanto Jerónimo de Sousa criticou a publicação recente, no «Diário da República», de um decreto-lei que introduz alterações à lei da contratação colectiva.

A maioria PSD recusa na AR um projecto de lei do PCP sobre o aproveitamento dos recursos geológicos; o debate demonstrou a importância do tema e o valor do documento pôs em evidência o sectarismo laranja, já que todos os demais partidos votaram a favor da iniciativa comunista.

Uma nota da Comissão Política do CC do PCP reafirma os traços fundamentais da situação política definidos pelo Comité Central, sublinhando o profundo descrédito do Governo, a falência da sua política económica e os sucessivos escândalos em que está envolvido.

O Gabinete de Imprensa do PCP considera as declarações de Leonor Beleza na conferência de imprensa de 30 de Março como uma tentativa de lançar uma cortina de fumo sobre factos, comportamentos e responsabilidades de ostensiva gravidade. Informa ainda que o Partido protestou formalmente junto do director de informação da RTP contra os critérios discriminatórios da Televisão no tratamento de actividades, iniciativas e tomadas de posição do PCP e da CDU.

Denunciando as fraudes nos serviços da Câmara que tutelam o licenciamento de obras particulares, a CDU do concelho de Coimbra convide os vereadores do PS e do PSD para, em conjunto, encontrar a via que melhor defenda os interesses dos municípios e dos funcionários não envolvidos.

A Comissão Concelhia do Montijo pronuncia-se sobre as ilegalidades que se estão a verificar no concelho do Montijo, gerido por uma maioria PS/PSD.

Joaquim Miranda, Barros Moura e Aboim Inglês fazem, em conferência de imprensa, o balanço da sua actividade como deputados do PCP no Parlamento Europeu, salientando a necessidade da presença e da voz dos comunistas portugueses no PE. Ainda neste «Avante!» noticia-se uma série de iniciativas destes deputados, nomeadamente em Loures, no LNEC (Lisboa), no Porto e em Madrid - além de iniciativas na sede do PE relativas à protecção ecológica do distrito de Aveiro e à proliferação do trabalho infantil em Portugal.

N.º 798
13 de Abril

Após a primeira reunião do Conselho Consultivo Nacional da CDU, composto por mais de duzentas personalidades, a coligação faz no dia 8 a apresentação pública dos seus candidatos ao Parlamento Europeu.

No PE são discutidos programas comunitários para a Madeira e os Açores, a partir de um relatório elaborado com a participação activa dos deputados do PCP. Por iniciativa do PCP, o Grupo Comunista e Afins reclama que o Conselho e a Comissão intervenham para apoiar a UNTAG e garantir o cessar-fogo e o normal desenvolvimento do processo eleitoral na Namíbia.

Em Évora realiza-se o Forum CDU - Desenvolver o Alentejo. Em Sintra a CDU concelhia promove um encontro afirmando que «O progresso de Sintra é possível». Em Santarém a coligação realiza um encontro concelhio para preparação das eleições de 18 de Junho.

O Grupo Parlamentar do PCP apresenta um pedido de interpelação ao Governo sobre política geral, que se vai centrar na preparação do País para 1992. Os deputados comunistas pronunciam-se na AR contra a governamentalização do Tribunal de Contas e pela transparência na movimentação dos dinheiros públicos, bem como a favor da possibilidade de presidentes de juntas de freguesia exercerem o mandato em regime de permanência. Por outro lado, anunciam que vai ser requerida ao TC a declaração de inconstitucionalidade da lei dos despedimentos.

Inicia-se a discussão da revisão constitucional em plenário, com o PS e o PSD a imporem restrições ao debate.

A CDU divulga as suas listas de candidatos aos órgãos das autarquias locais de Lisboa.

Em Almada realiza-se a 2ª Assembleia (extraordinária) da Organização Regional de Setúbal do Partido, que tem por lema «Com o PCP, defender a democracia, desenvolver o distrito». Reúne pela primeira vez a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, eleita na 2ª Assembleia da Organização. Em Viseu reúne a 2ª Assembleia Distrital (extraordinária) do Partido.

Visita Espanha, a convite do CC do PCE e com o objectivo de conhecer melhor a actividade dos camaradas espanhóis na frente de trabalho das mulheres, uma delegação do PCP.

N.º 799
20 de Abril

Cerca de 700 delegados participam em Loures no 3º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa que debate durante dois dias as linhas fundamentais da actividade da JCP e elege a sua Direcção Nacional. No Congresso participa uma delegação do PCP dirigida por Álvaro Cunhal. Presentes também organizações juvenis de 18 países e da FMJD, além de vários convidados nacionais.

O PCP reclama transparência e dignidade nos debates da revisão constitucional na AR. No Parlamento são ainda discutidos os problemas da Área Metropolitana de Lisboa.

No Parlamento Europeu os deputados do PCP manifestam-se contra a União Económica e Monetária, a política restritiva nos preços agrícolas e propõem medidas para o combate à desertificação do Alentejo.

A CDU apresenta no Tribunal Constitucional as suas listas de candidatos às eleições para o PE.

São anunciados os candidatos da CDU às câmaras de Setúbal, Montijo, Santiago do Cacém, Ourique, Cuba, Arruda dos Vinhos, Azambuja.

As comissões concelhias da CDU promovem um seminário sobre a Área Metropolitana do Porto. A DORAL do PCP promove em Silves as terceiras Jornadas Algarvias.

Por ocasião do 11º aniversário da revolução, o CC do PCP envia ao CC do Partido Democrático Popular do Afeganistão uma mensagem de solidariedade.

Chega a Lisboa, para uma visita a convite do PCP, uma delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha.

N.º 800
27 de Abril

Por todo o País comemora-se o 15º aniversário da Revolução de Abril.

Quatro meses depois do XII Congresso, o Palácio de Cristal do Porto volta a reunir milhares de comunistas e simpatizantes do Partido num comício com Álvaro Cunhal e no qual participa também a delegação do PSUA.

Mais democracia, mais desenvolvimento - propõe o PCP para Portalegre, na 3ª Assembleia da Organização Distrital do Partido.

A CDU promove em Almada um seminário sobre «Desenvolvimento regional, regionalização e CEE».

Os deputados jovens do PCP interrogam o Governo sobre o programa IJOVIP. Deputados do PCP e de toda a oposição entregam na mesa da AR um pedido de inquérito parlamentar sobre o caso Cadilhe.

Por iniciativa do deputado do PCP Barros Moura, a plantação de eucaliptos em Trás-os-Montes, substituindo outras culturas, é levada ao Parlamento Europeu. No âmbito das actividades da comissão do PE para a América Latina, Joaquim Miranda encontra-se em Bruxelas com Daniel Ortega. Carlos Carvalhas, cabeça-de-lista da CDU nas eleições de 18 de Junho, participa num seminário em Lisboa sobre a indústria portuguesa e a integração europeia.

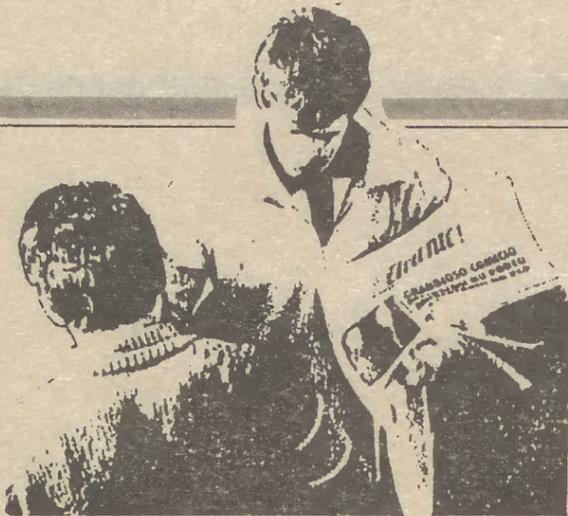
O Gabinete de Imprensa condena as intoleráveis acções repressivas desencadeadas por ordem do Governo contra a concentração, no Terreiro do Paço, de agentes da PSP em luta pelo reconhecimento dos seus direitos sindicais. O Gabinete emite ainda notas sobre o agravamento do défice comercial, as infrações criminais no Ministério da Saúde e a posição da Procuradoria Geral da República, e uma ronda de reuniões da Associação Nacional de Municípios com o Governo.

A JCP protesta contra declarações de Euríco de Melo aceitando a possibilidade de instalação de armas nucleares em Portugal.

Entrevistado pelo «Avante!», Rui Godinho considera lamentável o deplorável espectáculo público que a direita está a dar com o caso da destruição do hospital Júlio de Matos.

Enquanto se seguem em ritmo acelerado as apresentações dos candidatos da CDU já para as eleições autárquicas, as organizações do PCP e os activistas da coligação realizam assembleias, reuniões de trabalho, debates, como sucedeu durante este mês em Viseu, Chaves, Póvoa de Santa Iria, na Mague, em Portalegre, Loures, Oeiras, Vila Franca de Xira, Porto, Marinha Grande, Cascais, Amadora, Coruche, Condeixa-a-Nova, Évora, Soure, Alcabideche, Almeirim, Santiago do Cacém, Seixal, Palmela, Coimbra, Barreiro, Moita, Lisboa, Bragança, Ovar, Figueira da Foz, Vila Real, São Domingos de Rana, Torres Novas, Aveiro, Mira, Viana do Castelo, Alhandra, Braga, Guimaráes, Vialonga, Setúbal, Tires, Carcavelos, Figueira da Foz, Covilhã, Sintra, Sacavém, Alverca.

1989



N.º 801 4 de Maio

O Executivo da Comissão Política do PCP saúda a extraordinária manifestação de unidade e confiança que foram as comemorações do 1º de Maio promovidas pela CGTP-IN.

Num momento em que a revisão da Constituição entra numa fase crucial, Carlos Brito escreve no «Avante!» sobre este processo, o seu significado, as cedências do PS e a intervenção dos deputados comunistas na AR. No Porto o PCP realiza as suas IV Jornadas Parlamentares.

A Direcção Nacional da JCP elege os seus organismos executivos, na primeira reunião após o 3º Congresso da Juventude Comunista.

A CDU apresenta os seus candidatos às eleições de Dezembro para a CM de Évora. Luís Sá recorda na altura quem confia na CDU para as autarquias tem todas as razões para votar CDU nas eleições para o Parlamento Europeu.

Respondendo a uma pergunta de Aboim Inglês, a Comissão da CEE dá razão às críticas feitas ao Governo do PSD pela forma como elaborou o PDR. Uma resposta a outra pergunta do mesmo deputado comunista revela que o Governo está a atrasar a reestruturação da Setenave, fazendo já com que a empresa fosse excluída do plano de auxílio aos estaleiros navais portugueses.

Para o fim-de-semana a CDU anuncia uma jornada nacional de propaganda, de forma a divulgar amplamente a candidatura da coligação às eleições de 18 de Junho.

ADORS do PCP analisa a situação social no distrito de Setúbal e as tarefas do Partido face às próximas batalhas eleitorais. O organismo do Partido dos concelhos do sul do distrito (Alcácer, Grândola, Santiago e Sines) alerta os rendeiros ameaçados pelo Governo de lhes serem retiradas terras distribuídas em 1980 para que se unam e lutem em defesa dos seus interesses.

O secretariado da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP dá uma conferência de imprensa sobre a revisão constitucional e o sistema autonómico.

A comissão executiva da direcção regional do Porto divulga uma nota de imprensa sobre a negociação da privatização da Unicer.

Uma delegação do PCP visita Espanha, a convite do CC do PCE.

N.º 802 11 de Maio

Organizada pelas comissões celulares do PCP e da JCP, realiza-se em Almada, no Parque Urbano, a Festa da Amizade. No início de domingo à tarde interveio o secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal.

Reunião da Comissão Política do CC do PCP que, entre outros aspectos da situação nacional, analisou o andamento do trabalho eleitoral da CDU para o Parlamento Europeu. Em Aveiro, Viseu, RA dos Açores, Setúbal, Lisboa, Coimbra, Portimão, Porto, Alentejo, Minho, Trás-os-Montes, intensifica-se a pré-campanha.

O executivo da DORSA do PCP anuncia o lançamento de um movimento de opinião para a criação de uma região administrativa tendo como ponto de partida o território do distrito de Santarém. Nas II Jornadas sobre o Desenvolvimento Económico e Social do distrito de Portalegre, iniciativa da comissão distrital do PCP aberta a todos os interessados, Joaquim Miranda afirma a necessidade de promover a regionalização e dar corpo urgentemente à Associação de Municípios do distrito.

Comentando a comunicação do Primeiro-Ministro, o Gabinete de Imprensa do PCP sublinha que «o exercício de direitos sindicais pelos agentes da PSP não só não é contra o Estado, como será um elemento favorável ao fortalecimento do Estado democrático». Uma delegação da pró-Associação Sindical da PSP encontra-se, a seu pedido, com o secretário-geral do PCP.

A Comissão para as Questões da Saúde junto do CC do PCP protesta contra o acordo de revisão constitucional PS/PSD, que faz depender o direito à saúde das condições socioeconómicas dos cidadãos. Com pedido de prioridade, o Grupo Parlamentar comunista apresenta na AR, na sequência das jornadas parlamentares, um requerimento para que seja interrompido o processo de revisão até 1 de Julho. O «Avante!» publica artigos de Carlos Brito, José Magalhães, Octávio Teixeira, João Amaral e Jorge Lemos sobre diferentes aspectos da revisão.

Humilhação e afronta aos profissionais do ensino é como os docentes comunistas de Coimbra classificam a nova grelha salarial apresentada por Roberto Carneiro.

Representantes de todas as forças do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu reúnem em Lisboa para debater a coesão económica e social na perspectiva do Mercado Único de 1993.

N.º 803 18 de Maio

O PCP divulga o seu programa eleitoral para as eleições de 18 de Junho. Iniciativas da pré-campanha alargam-se a Setúbal, Santarém, Guimarães, Viana do Castelo, Elvas, Badajoz, Vila Franca de Xira, Alcântara, Sintra, Montijo, Vila Real. Realiza-se ainda no fim-de-semana o encontro nacional da Juventude CDU, em que participa o deputado do PCP no PE Barros Moura. Em Badajoz e Elvas comunistas portugueses e espanhóis debatem o desenvolvimento das regiões fronteiriças do Alentejo, Andaluzia e Estremadura; na iniciativa participa, entre outros camaradas, Carlos Carvalhas.

A concretização da dimensão social do desenvolvimento deveria contemplar a luta contra a precarização do emprego e pela eliminação do desemprego - defende Carlos Carvalhas na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em Estrasburgo.

Prossegue na AR a discussão da parte económica da revisão constitucional. António Filipe, entretanto, denuncia no plenário o facto de o Governo, na sua prática, virar as costas à juventude e aos problemas dos jovens. No Tribunal Constitucional o PCP requer a declaração de inconstitucionalidade do pacote laboral.

Álvaro Cunhal, acompanhado por Vidal Pinto, recebe uma delegação da Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos.

No Porto realiza-se a 2ª Assembleia da Organização de professores comunistas do ensino básico e secundário. Também na capital nortenha o encontro distrital de activistas e apoiantes da CDU reúne cerca de duas mil pessoas no Palácio de Cristal. A DORAM do PCP, por seu turno, divulga uma série de propostas para que a reconversão da cultura da banana na Madeira seja feita com êxito, enquanto o executivo da DORA denuncia uma nova escalada na agressão às UCPs/cooperativas da reforma agrária.

Num telegrama ao rei Hussein, o Secretariado do CC do PCP condena a repressão do Governo da Jordânia às manifestações populares contra os aumentos de preços.

N.º 804 24 de Maio

Na sua violenta ofensiva contra a reforma agrária, o Governo Cavaco/PSD viola e subverte a Constituição e a legalidade democrática - afirma o Executivo da Comissão Política do CC do PCP. O executivo da Direcção da Organização Regional do Alentejo, por sua vez, saúda calorosamente a decisão dos trabalhadores da zona de intervenção de efectuarem no dia 7 de Junho uma concentração regional de protesto contra os ataques às UCPs/cooperativas.

Mais de uma centena de jovens activistas da CDU reúnem-se num encontro distrital em Peniche, no qual participa também Ângelo Veloso. Deputados, candidatos, dirigentes e apoiantes da CDU desdobram-se em múltiplas iniciativas de pré-campanha, nomeadamente em Aveiro e Ilhavo, no Porto, em Faro, Évora, Ponte de Sôr, Lisboa, Viana do Castelo, Queluz, Lousã, Seixal, Almada, Coimbra. A Comissão de Artistas de Lisboa de apoio à CDU manifesta em conferência de imprensa o seu apoio aos objectivos do «Comboio chamado Cultura», que levou a Estrasburgo intelectuais que protestam contra supressão das quotas obrigatórias de produção europeia no projecto da Televisão sem Fronteiras.

PS e PSD fazem avançar à viva força e violentando regras básicas do debate parlamentar os trabalhos da revisão constitucional - acusa o líder do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, ao comentar o novo calendário da AR.

São anunciados os cabeças-de-lista da CDU para as câmaras do Grande Porto e algumas assembleias municipais.

O CC do PCP envia ao CC da Fretilin uma mensagem saudando-a fraternalmente pela passagem do 15º aniversário da sua fundação.

Na «Agenda» política do «Avante!», tal como no seu noticiário, aumenta o número das iniciativas do Partido e da CDU ligadas às eleições para o PE, que neste mês tocaram praticamente todo o País.

N.º 805 1 de Junho

O Comité Central do PCP anuncia que votará na AR contra a lei de revisão constitucional e divulga uma resolução sobre a revisão. Na Assembleia da República chega o dia da votação final global.

Com os trabalhos normais da AR ainda limitados a um dia por semana, é no entanto claro, após o debate, que o PSD não quer a regionalização - como salienta o Executivo da Comissão Política do CC do Partido. O Grupo Parlamentar entrega na Mesa do Parlamento um projecto de lei sobre a garantia do direito de constituição de associações sindicais pelos profissionais da PSP. Nesta semana realizou-se ainda, por iniciativa do PCP, uma interpelação parlamentar, que demonstra não ter o Governo uma estratégia nacional capaz de preparar a economia para o Mercado Único.

A campanha eleitoral para o PE acelera. A Juventude CDU organiza no Porto um café-concerto, num hotel de Lisboa a coligação realiza um debate sobre segurança social e CEE, a coordenadora regional do Algarve da CDU aprova o programa que vai ser levado ao Parlamento Europeu, deputados, dirigentes e candidatos participam noutras iniciativas na Marinha Grande, em Torres Vedras, em Leiria, Loures, Couço, Alpiarça, Viseu, Porto, Seixal, Sacavém, Covilhã, Sobralinho (Vila Franca de Xira), Almada, Moita.

A CDU de Trás-os-Montes e a Izquierda Unida da Galiza promovem acções comuns no âmbito das eleições para o PE.

O Parlamento Europeu reúne pela última vez antes das eleições. Particularmente activos, os deputados portugueses intervêm sobre vários assuntos e fazem aprovar resoluções sobre a necessidade de adoptar medidas para travar a desertificação do Alentejo, sobre um plano ecológico para Aveiro, a recuperação da zona histórica do Porto e a Carta dos Direitos Sociais Fundamentais.

Analisando a situação financeira extremamente grave da Região Autónoma da Madeira, a DORAM do PCP interroga-se sobre o futuro da economia regional à luz do Orçamento do Governo de João Jardim, para 1989.

O organismo dos professores da ORL do PCP saúda calorosamente a luta dos professores no ano lectivo em curso. Os bancários de Lisboa do PCP alertam para o facto de as últimas medidas do Governo para o sector da banca poderem provocar um violento estrangulamento da economia nacional.

No Porto reúne o plenário da DORP do PCP, que aprova resoluções sobre a região administrativa com sede no Porto, as infraestruturas rodoviárias e a preparação para o Mercado Único.

Os Pioneiros de Portugal assinam o 1 de Junho com um encontro entre crianças e jornalistas, na Sociedade Portuguesa de Autores.

**N.º 806
8 de Junho**

A comissão de apoio ao CC do PCP para os problemas dos deficientes, comentando declarações de Cavaco Silva, lembra que sempre que o PSD esteve no Governo os deficientes viram restringidos os seus direitos.

O PCP, juntamente com outros partidos comunistas e operários dos países da NATO, assina uma declaração opondo-se à «modernização» dos mísseis de curto alcance.

Álvaro Cunhal envia a Mikhail Gorbachov um telegrama felicitando-o pela sua eleição para Presidente do Soviete Supremo da URSS.

Com um comício no Campo Pequeno, a CDU inicia em força a campanha eleitoral para o Parlamento Europeu. Na iniciativa intervêm Álvaro Cunhal, Carlos Carvalhas, Maria Santos, Blasco Hugo Fernandes e Jorge Zacarias. Outras iniciativas de massas são promovidas pela CDU em Coimbra, no Porto, em Santarém, em Felgueiras, Aveiro, Viseu, Alcácer do Sal, Grândola, Vila Nova de Famalicão, Monção, Viana do Castelo, Braga, Vizela.

O Gabinete de Imprensa do PCP denuncia a fúria destruidora e a demagogia do Governo, que anuncia novas medidas contra o sector empresarial do Estado e a reforma agrária, o Serviço Nacional de Saúde, o sistema eleitoral.

Os deputados jovens do PCP apresentam o balanço da sua actividade na AR e anunciam para breve a apresentação de projectos de lei sobre a droga e as organizações juvenis. A Direcção Central do Ensino Superior da JCP comenta a situação nas universidades, tratando nomeadamente questões ligadas à autonomia e ao aumento das propinas.

Na AR o Grupo Parlamentar comunista entrega um projecto de lei para actualização do salário mínimo e das pensões. O deputado do PCP Luís Roque acusa o Governo de levar a Marinha Mercante nacional a pique com a política que aplica no sector.

João Amaral, que foi impedido pelas autoridades turcas de contactar os dirigentes comunistas da Turquia Haydar Kutlu e Nihat Sargin, para quem levava uma carta do secretário-geral do PCP, denuncia o regime policial que faz sofrer aquele país.

A convite do CC do PCP, visita Portugal uma delegação de estudo do MPLA-PT.

Os recentes acontecimentos na RP da China não podem deixar de suscitar profunda inquietação dos comunistas portugueses - afirma o Gabinete de Imprensa numa nota que se segue aos confrontos na Praça de Tien An Men.

**N.º 807
15 de Junho**

O último número do «Avante!» antes das eleições. O noticiário da campanha da CDU fala de iniciativas no Porto e em Guimarães - onde, no âmbito de uma deslocação ao Norte, estiveram Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal, que também foram à Marinha Grande -, em Lisboa (encontro com empresários e distribuição de propaganda nas festas dos santos populares), em Algés, em Beja, em Vila Real, no Seixal, na Maia, nos Olivais, na Guarda, em Bragança, na Madeira, nos Açores.

O Executivo da Comissão Política do CC do PCP divulga uma nota manifestando sérias preocupações por afirmações de responsáveis do Governo (Cavaco Silva e Eurico de Melo) e afirma a oposição dos comunistas à instalação de armas nucleares em Portugal.

O Grupo Parlamentar do PCP denuncia como um escândalo a intenção do PSD de fechar a Assembleia da República para férias após 30 de Junho.

A CDU de Vila Real apela à unidade, ao protesto e à luta dos agricultores de Chaves e Valpaços vítimas dos temporais do final de Maio.

O Gabinete de Imprensa do PCP, numa nota sobre a política de habitação, salienta a clara desconformidade entre a propaganda do Governo e os factos.

Na Junta de Freguesia de Alcântara realiza-se um encontro nacional das células do PCP na Quimigal, sob o lema «Discutir o presente, assegurar o futuro».

O PCP faz-se representar na festa do «Neues Deutschland», em Berlim, e numa manifestação do PC Francês em Biscarossa pelo desarmamento e pelo fim dos ensaios do foguetão Hades.

O Secretariado do CC do PCP emite uma nota assinalando o 15º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a União Soviética.

**N.º 808
22 de Junho**

A CDU obtém 14,4 por cento dos votos nas eleições para o Parlamento Europeu e passa de 3 para 4 deputados. Os resultados fazem das eleições de 18 de Junho um sério desaire para o PSD e a direita, um importante êxito da CDU e um golpe na estratégia da «bipolarização» - afirma o Comité Central do Partido. Agora há que prosseguir a luta contra a política do Governo, preparar as autárquicas e erguer a Festa do «Avante!».

Realiza-se a Assembleia da célula do PCP no Banco Fonsecas e Burnay.

É anunciada a próxima visita de Álvaro Cunhal, acompanhado por Albano Nunes, à Checoslováquia, Hungria e Polónia.

**N.º 809
29 de Junho**

Uma nota do Executivo da Comissão Política do CC do Partido denuncia a ofensiva do Governo contra o poder local.

Dirigentes e organizações do Partido comentam no «Avante!» os resultados das eleições de 18 de Junho. Depõem também os novos deputados Carlos Carvalhas e Maria Santos.

João Amaral, Odete Santos e José Magalhães dão a conhecer a posição do PCP sobre o facto de a Procuradoria Geral da República ter decidido arquivar a queixa-crime contra Cadilhe: reconhece-se que o ministro cometeu o crime, mas não responde por ele por inconsciência. José Manuel Mendes afirma que o diagnóstico do Governo sobre segurança interna, no seu relatório anual, não corresponde à situação do País. Na AR deputados comunistas pronunciam-se ainda sobre os obstáculos no acesso ao Ensino Superior, a política florestal, os problemas da Área Metropolitana do Porto, as novas limitações impostas pelo Governo à contratação colectiva, a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais e os trágicos acontecimentos de Barqueiros.

A morte de um jovem de 20 anos e a luta da população de Barqueiros contra a exploração de caulino no centro da localidade são também objecto de análise num comunicado da Comissão Distrital de Braga do PCP.

A Concelhia de Almada divulga uma nota sobre a expulsão de Francisco Simões.

1989



Aniversário do PCP, comício no Pavilhão Carlos Lopes



Assinatura da coligação «Por Lisboa»



13.ª Festa do «Avante!», em Loures



Terreno para a Festa no Selxal



3.º Congresso da JCP



Eleições autárquicas

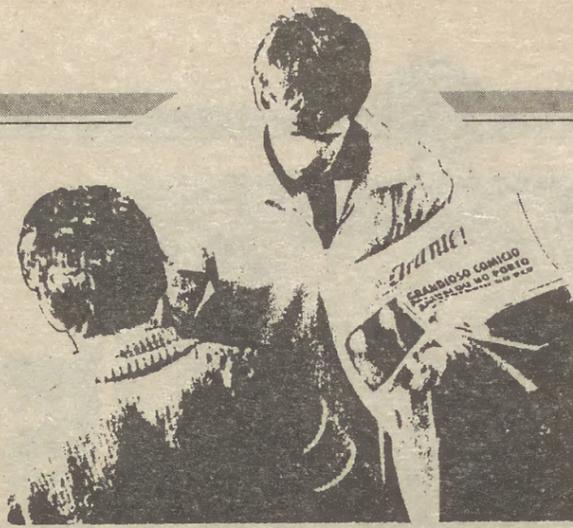


Eleições para o Parlamento Europeu



Encontro de Álvaro Cunhal com Sam Nujoma

1989


N.º 810
6 de Julho

A comissão concelhia de Évora do PCP realiza uma conferência de imprensa no primeiro fim de semana do mês, onde comenta o facto de o PSD, na Assembleia da República, ter impedido a reestruturação administrativa da cidade, prevendo a criação de cinco novas freguesias, ao argumentar «razões políticas locais» para a inviabilização do agendamento da votação da proposta apresentada pelos deputados do PCP eleitos pelo distrito de Évora. Esta proposta já havia merecido o parecer favorável da subcomissão permanente da AR, o que tornou esta situação única na história do parlamento português, contrariando as necessidades impostas pelo crescimento urbano de Évora, onde numa só freguesia reside 79,5 por cento da população.

A Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP reúne a 3 de Julho a sua terceira sessão plenária debatendo os resultados das eleições para o Parlamento Europeu e as próximas eleições autárquicas.

No princípio do mês reúne o Conselho Consultivo Nacional da CDU onde as 300 personalidades que o compõem, metade dos quais sem qualquer filiação partidária, reafirmam a vontade de «trabalhar intensamente» para reforçar a unidade em torno da Coligação, ao mesmo tempo que a declararam «aberta ao apoio e adesão dos democratas de outros quadrantes e de outros partidos». Luís Sá, da Comissão Política do PCP, reafirma após esta reunião, a abertura do partido para um acordo com o PS para a cidade de Lisboa, com base numa coligação, sem dependência de um acordo global a nível nacional.

No dia 28 do mês anterior, o Gabinete de Imprensa do PCP divulga um comunicado sobre a entrada em vigor da lei dos despedimentos individuais imposta pelo Governo PSD/Cavaco Silva.

A Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP (DORS), emite um comunicado onde considera que a perspectiva da futura instalação de uma fábrica da Ford/Electronic no concelho de Palmela, «confirma as potencialidades do distrito e também, no caso da gestão CDU, que as autarquias criaram condições e infraestruturas necessárias» ao desenvolvimento da região, ao contrário das «campanhas que pretendem fazer crer que os comunistas não servem para implementar o desenvolvimento económico».

Depois de contados os votos da emigração é anunciada a eleição para o Parlamento Europeu de Maria Santos, do Partido Ecologista «Os Verdes», quarta candidata da CDU.

As deputadas comunistas na Assembleia da República denunciam em conferência de imprensa a «tentativa deliberada de silenciar a luta e os problemas das mulheres» por parte do Grupo Parlamentar do PSD, que não permitiu o agendamento da discussão de numerosos projectos elaborados pelas deputadas comunistas sobre problemas concretos das mulheres portuguesas.

O deputado Lino de Carvalho denuncia as ilegalidades cometidas pelo ministro Alvaro Barreto na sua política de reconstituição do latifúndio e destruição da Reforma Agrária.

O deputado Álvaro Brasileiro apresenta um requerimento a propósito do aparecimento de milhares de peixes mortos no rio Tejo, a montante de Tancos, pelo despejo de efluentes químicos, facto que não acontece pela primeira vez.

Cláudio Percheiro, deputado do PCP, classificou de «boicote» e «atestado de descrédito ao trabalho da subcomissão», o não agendamento imposto pelo PSD dos projectos de lei que previam a elevação de algumas vilas a cidades.

O PCP votou a favor o projecto lei que ao abrigo das isenções fiscais seja beneficiada a importação de automóveis para deficientes.

Rui Godinho, vereador da CDU na Câmara de Lisboa, apresenta uma proposta de classificação do edifício do cinema Tivoli como imóvel de interesse público.

Reunindo Presidentes de Junta e outros autarcas da CDU realiza-se o encontro «Pelo Reforço do Papel das Freguesias» onde foi apresentado o projecto de lei do PCP «sobre o regime de competências e meios financeiros das Juntas de Freguesia».

Em entrevista ao «Avante», Rui Godinho, vereador da CDU em Lisboa, reafirma a vontade da sua coligação para um acordo com o PS na capital.

O balanço do trabalho dos vereadores da CDU na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia é apresentado neste número do «Avante!».

Os deputados comunistas eleitos para o Parlamento Europeu comentam a cimeira de Madrid que reuniu os responsáveis comunitários, considerando que o «PSD e o seu Governo continuam a não potenciar o poder negocial português encarando os assuntos da CEE como se de couda sua se tratasse».

A comissão CDU de Santa Cruz das Flores (Açores) denunciou as ilegalidades e manifestou a sua discordância quanto a processo de instalação de uma bomba e depósito de combustíveis no centro da vila e junto à vedação da pista do aeroporto.

A CDU do Porto manifesta a sua preocupação pelo conjunto de problemas vividos pela LIPOR, empresa intermunicipal de tratamentos de lixos da região.

O secretariado do Comité Central do PCP emite um comunicado manifestando solidariedade com a população de Barqueiros, repudiando «as acções repressivas contra a população».

A JCP denuncia o facto de ainda não terem sido apresentadas as contas de 1987 do Conselho Nacional de Juventude.

O Comité Central do PCP envia um telegrama a José Eduardo dos Santos e ao MPLA-PT felicitando-os e congratulando-se pelos acordos de Gbadolite.

N.º 811
13 de Julho

Álvaro Cunhal é entrevistado pelo «Avante!» na sequência de uma visita do secretário-geral do PCP à Hungria, Polónia, RDA e Checoslováquia.

O PCP apresenta na Assembleia da República um conjunto de medidas com vista a minorar os prejuízos causados pelos temporais de Junho último.

Os deputados João Amaral e José Manuel Mendes acusam os projectos apresentados por outros partidos sobre a sindicalização da PSP de advogarem «uma polícia fechada sobre si mesma, separada dos cidadãos, abúlica e funcionando como um autómato».

Octávio Teixeira critica na Assembleia da República a política económica do Governo.

Uma delegação de mulheres deputadas soviéticas visita o nosso país.

«Um aborto legislativo» foi como o deputado do PCP José Manuel Mendes qualificou o projecto do PSD sobre sanções às infracções fiscais, que segundo aquele deputado permitirá que «o crime compense».

Odeté Santos defende no Parlamento a adopção de medidas de prevenção rodoviária em vez do aumento das multas imposto pelo Governo.

Uma subvenção vitalícia, apresentada pelo PCP, a favor dos que participaram nas acções revolucionárias da greve geral de 18 de Janeiro de 1934 é aprovada por unanimidade na AR.

Delegações do PCP e do PS encontram-se para discutir uma possível coligação concorrente às eleições autárquicas lisboetas.

Pedro Canário é o candidato escolhido pela CDU para a presidência da Câmara do Barreiro, substituindo Helder Madeira que concorre à Assembleia Municipal.

Os deputados comunistas Lino de Carvalho e Álvaro Brasileiro visitam o Redondo e Armamar, zonas afectadas pelos temporais de Junho.

Uma proposta de apoio aos pescadores do Montijo apresentada pela CDU na Câmara local, foi recusada pela maioria PS/PSD.

Regressam de Pyongyang os jovens portugueses que participaram no 13º Festival Mundial de Juventude.

A Comissão Política do PCP analisou a situação político-social, saudando os trabalhadores inseridos nas grandes lutas em curso. Entre outros assuntos, numa nota distribuída à imprensa, responsabiliza o Governo pelo aumento das tensões sociais, condena o diminuto aumento do salário mínimo, alerta para os perigos do aproveitamento da Revisão Constitucional para impor alterações à Lei Eleitoral, acelerar o leilão do património público, e promover a liquidação do Serviço Nacional de Saúde. A Comissão Política analisou ainda a preparação das eleições autárquicas e a possibilidade de acordos com outras forças políticas.

N.º 812
20 de Julho

O Gabinete de Imprensa do PCP divulga um comunicado sobre a formação de um grupo comunista no Parlamento Europeu, reafirmando os esforços do PCP no «reforço e cooperação com todos os partidos comunistas, assim como no alargamento da cooperação com outras forças democráticas e progressistas» do PE.

Carlos Brito intervém na Assembleia da República em nome do PCP no encerramento da sessão legislativa, condenando a política do Governo e do PSD.

O PCP realiza encontros com «Os Verdes», Intervenção Democrática, PRD, PSR, UDP, MDP/CDE e PPM no âmbito da preparação das próximas eleições autárquicas.

Reúne a coordenadora da CDU de Lisboa para apreciar as principais linhas de acção da campanha para as autárquicas.

Reúne a Direcção Nacional a Juventude Comunista Portuguesa que debate iniciativas e linhas de orientação futuras e propõe uma lei de combate à droga.

Parte uma delegação do PCP para Moçambique para assistir ao V Congresso do Partido Frelimo.

O Comité Central do PCP envia uma mensagem de saudação à Direcção Nacional da Frente Sandinista pelo 10º aniversário da Revolução Nicaraguense.

No Forte de Peniche reúne o Encontro Distrital da JCP enquanto em Alcacer do Sal realiza-se a Festa dos Cravos Vermelhos.

**N.º 813
27 de Julho**

O PCP assina com o PS, MDP/CDE, e «Verdes» um acordo de formação de uma coligação para as autárquicas na capital com o nome de «Por Lisboa».

Reúne o Comité Central do PCP que analisa a situação política, económica e social do País, com destaque para a preparação das eleições autárquicas e o acordo estabelecido para a formação da coligação «Por Lisboa».

O «Avante!» anuncia candidaturas autárquicas da CDU nos distritos e concelhos de Coimbra, Setúbal, Guimarães, Famalicão, São João da Madeira, Porto, Fiães, Arganil, Santa Maria da Feira, Ilhavo, entre outras.

São anunciados os novos acessos e parqueamentos da Festa do «Avante!».

A DORAL do PCP comenta em comunicado o turismo e a economia do Algarve, alertando para o facto de o mau ano turístico estar a servir de pretexto para a concretização de despedimentos de trabalhadores efectivos.

A DORS do PCP comentou o acidente no Porto de Sines (com o derrame de milhares de toneladas de crude nas praias da região), responsabilizando o Governo por ainda não ter dotado Sines de meios eficazes de combate a estas situações.

O Gabinete de Imprensa do PCP emite um comunicado de felicitações aos «Verdes» por a deputada europeia, Maria Santos, ter sido eleita presidente do Grupo dos «Verdes» do Parlamento Europeu.

Outra nota do Gabinete de Imprensa do PCP comenta o aumento do preço dos combustíveis decretado pelo Governo.

Uma delegação do PCP está presente no Congresso do Partido Congolês do Trabalho.

O Comité Central do PCP envia uma saudação ao V Congresso da Frelimo.

Durante o mês de Julho as organizações concelhias do PCP de Vila Nova de Ourém e Ferreira do Zêzere promovem um encontro de militantes no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa. Registam-se plenários de militantes com a presença de membros do Comité Central em Oeiras e Barcarena. Reúne o Comité Local de Lisboa e realiza-se um plenário da 4ª zona no centro de trabalho de Arroios.

Em Loures arranca uma nova fase da implantação da Festa do «Avante!».

**N.º 814
3 de Agosto**

O «Avante!» divulga mais candidaturas CDU em diversos concelhos e freguesias, entre os quais Amarante, Santo Tirso, Felgueiras, Póvoa do Varzim, Alenquer, Águeda, Braga, Oeiras.

Uma nota do Gabinete de Imprensa do PCP esclarece a posição do Partido no que toca a alianças autárquicas.

A coordenadora da CDU de Lisboa manifesta o seu apoio à coligação «Por Lisboa».

ACDU do Montijo denuncia e exige a reposição da legalidade na Assembleia Municipal, onde querelas entre dirigentes e eleitos do PSD impedem o seu normal funcionamento.

O Gabinete de Imprensa do PCP emite uma nota onde comenta a elaboração do PDR (Plano de Desenvolvimento Regional), responsabilizando o Governo pelas suas consequências negativas.

A comissão para o trabalho no Porto de Leixões do PCP exige «transparência total» por parte do Governo em relação aos projectos aprovados.

O Comité Central do PCP envia uma saudação ao congresso do Partido Congolês do Trabalho.

A convite do Comité Central da ZANU-FP uma delegação do PCP visita o Zimbabwé.

A Comissão para as Questões da Educação e Ensino junto do Comité Central do PCP reúne e analisa a situação, criticando a actuação do Governo nesta matéria.

Realizam-se Festas do PCP em Sines, Costa da Caparica, Casebres, Melides e Ermidas.

**N.º 815
10 de Agosto**

Os vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa protestam contra o despejo dos comerciantes do Martim Moniz.

A coligação «Por Lisboa» é registada no Tribunal Constitucional.

Os eleitos do PCP na Câmara Municipal de Setúbal divulgam uma nota onde respondem a acusações do Presidente da Câmara, Mata Cáceres, que assumiu «um comportamento insultuoso» e constitui «uma mau exemplo».

Está em distribuição o «Verão 89», uma edição do departamento de propaganda do PCP.

ACDU apresenta os seus candidatos em Espinho, depois do PS ter recusado um entendimento que derrotasse a gestão PSD/CDS.

Paulo Valadão, deputado regional do PCP nos Açores, visita as ilhas do Pico e Graciosa.

A coordenadora concelhia da CDU de Coimbra visitam São Martinho de Árvore, onde não há água nem saneamento.

O Gabinete de Imprensa do PCP comentou o problema dos incêndios florestais e adiantou algumas propostas, «linhas essenciais para uma verdadeira política de defesa da floresta nacional».

O PCP de Sintra comenta a situação vivida pelos trabalhadores do concelho, cuja situação laboral se agrava. Por outro lado saudou a actuação dos bombeiros no ataque a um incêndio na serra de Sintra e apoiou a luta dos moradores de Maceira, que não têm abastecimento de água.

A JCP comentou as irregularidades com as verbas do Fundo Social Europeu e exigiu o prosseguimento das investigações até ao apuramento total de responsabilidades.

A DORAM do PCP denuncia a situação económica e financeira vivida na ilha da Madeira, estando o Governo Regional a dever a empreiteiros e fornecedores perto de quinze milhões de contos.

O Gabinete de Imprensa do PCP comenta a recente decisão do Governo de Cavaco Silva de aumentar o preço do leite.

A convite do Comité Central do Chama-Cha-Mapenduzi, uma dele-

**N.º 816
17 de Agosto**

Álvaro Cunhal presta algumas declarações ao «Avante!» após uma viagem à Bulgária e à Jugoslávia.

A coligação «Por Lisboa» apresenta uma programa para a dignificação da zona oriental da cidade, enquanto reúne pela primeira vez a comissão executiva desta coligação autárquica.

A coordenadora da CDU de Valença emite um comunicado onde condena os atentados à harmonia paisagística permitidos pela Câmara local.

**N.º 817
24 de Agosto**

São anunciadas as candidaturas da CDU em Vila Flor e Torres Novas, depois de o PS ter recusado entendimentos que permitissem a derrota da direita.

A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP reafirma a sua disponibilidade para o diálogo com outras forças partidárias nas eleições autárquicas do Porto.

Em Coimbra é anunciada a candidatura pela CDU de Jorge Veiga, vice-reitor da Universidade, à presidência da Assembleia Municipal.

Os candidatos da «Por Lisboa» mantêm encontros com a administração da CARRIS.

Em Trás-os-Montes são apresentados os candidatos da CDU de Alijó e Sabrosa.

Reunido em Évora o executivo da DORA procede a um balanço do trabalho para as próximas eleições autárquicas e à participação dos comunistas alentejanos na preparação da Festa do «Avante!», mostrando-se confiantes na obtenção de um resultado positivo nas próximas autárquicas.

O Gabinete de Imprensa do PCP toma posição sobre a questão do gás canalizado considerando que o transporte e distribuição deste produto «não pode estar à mercê de interesses privados que procuram reverter a seu favor aquilo que já foi apelidado de *negócio do século*».

O Comité Central do PCP saúda o 70º aniversário da independência do Afeganistão

1989


N.º 818
31 de Agosto

Reúne o Comité Central do PCP para analisar os desenvolvimentos mais recentes da situação política, económica e social, a preparação das eleições autárquicas e a realização da Festa do «Avante!».

A coligação «Por Lisboa» realiza uma visita ao Chiado, no dia do primeiro aniversário do incêndio naquela zona histórica, e reúne com o arquitecto Siza Vieira.

O «Avante!» anuncia mais candidaturas autárquicas da CDU no distrito do Porto e de Coimbra, enquanto a CDU de Gondomar se apresenta como a «alternativa no concelho ao PS e PSD», condenando os acordos estabelecidos pelos actuais eleitos socialistas com os social-democratas.

O Gabinete de Imprensa do PCP desmente notícias veiculadas por alguns semanários de que o PCP teria «oferecido lugares de deputados ao PPM», referindo que os contactos do PCP com aquele partido se mantiveram na área autárquica.

Neste mês de Agosto todas as organizações do PCP encontram-se envolvidas na preparação da Festa do «Avante!».

Apesar disso, em várias freguesias de Lisboa realizam-se plenários diversos de militantes discutindo a participação na Festa e no processo eleitoral, como as reuniões dos militantes de Santa Engrácia, Penha de França e Arroios.

Também na Póvoa de Santa Iria e em Santa Iria de Azóia realizam-se plenários de militantes, bem como no Estoril, Alcabideche e São Domingos de Rana.

N.º 819
7 de Setembro

Em conferência de imprensa, a CDU-Coligação Democrática Unitária, apresenta o novo símbolo e designação desta formação política, «resultante apenas da votação da actual maioria PSD», numa interpretação da Lei 5/89 que «procurou visar unicamente a CDU».

Um acordo entre o PCP e o PSR permite o alargamento a este partido da coligação «Por Lisboa».

Também em Amarante a CDU e o PSR estabelecem um acordo eleitoral para as eleições autárquicas.

São apresentadas as candidaturas da CDU em Mourão e Vila Pouca de Aguiar.

Rui Godinho, vereador e candidato «Por Lisboa», reúne com outros elementos da coligação e a direcção do SITESE a propósito dos interesses dos trabalhadores lesados pelo incêndio do Chiado.

A Comissão Concelhia do PCP de Setúbal reúne para debater as eleições autárquicas e a evolução de uma situação que permita um acordo para uma coligação no concelho com o PRD e outras forças democráticas.

A CDU de Vila Nova de Gaia denuncia aspectos obscuros da actual gestão camarária do PSD e faz o ponto da situação sobre a preparação das próximas eleições autárquicas.

Os vereadores da CDU da Câmara de Cascais conseguem fazer aprovar uma proposta de não urbanização da zona recentemente ardida com vista à sua reflorestação.

A Comissão Concelhia do PCP de Alpiarça denuncia uma entrega de reserva ao abrigo da lei Barreto.

O Gabinete de Imprensa do PCP divulga uma nota onde esclarece, face a notícias veiculadas por alguns órgãos de informação, não fazer qualquer sentido falar-se em «afastamento de José Luís Judas» do Comité Central do PCP, uma vez que aquele militante nunca fez parte desse órgão.

O Comité Central do PCP envia ao Comité Central do PC Romeno uma saudação pelo seu 45º aniversário. Nas celebrações esteve presente Sérgio Teixeira, suplente da Comissão Política do Comité Central.

N.º 820
14 de Setembro

Realiza-se a décima terceira edição da Festa do «Avante!» onde é anunciada a compra de um terreno na Quinta da Atalaia, no concelho do Seixal, para a realização da futura Festa, que assim se liberta das incertezas quanto à sua localização.

No comício da Festa o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, fala das eleições autárquicas, da crise do governo PSD/Cavaco Silva, do papel do PCP na sociedade portuguesa, da situação internacional e da *perestroika*. Uma afirmação: «os comunistas marcam o século em que vivemos como a força política que inverteu o sentido da história».

N.º 821
21 de Setembro

Reúne a Comissão Política do PCP que aprecia a situação política e social, a preparação das eleições autárquicas e as tarefas do PCP no momento actual.

É formada a coligação «Desenvolver Setúbal», resultante de um acordo estabelecido para o distrito entre o PCP, PEV, PRD e Intervenção Democrática. A cabeça de lista à presidência da Câmara de Setúbal é Odete Santos, deputada do PCP na Assembleia da República.

Reúne pela terceira vez o Conselho Consultivo Nacional da CDU.

Neste «Avante!» são anunciadas mais candidaturas dos distritos de Coimbra e Bragança.

Rui Godinho, vereador do PCP na Câmara de Lisboa, parte para Luanda chefiando uma delegação da UCLA.

Oliveira Dias, candidato CDU à Câmara do Porto, dá uma conferência de imprensa sobre a sua candidatura às autárquicas.

A DORT do PCP reúne em Vila Real e anuncia que a CDU de Trás os Montes irá concorrer em todos os municípios da região.

O Parlamento Europeu aprovou uma proposta dos deputados do PCP de solicitar à Comissão Europeia uma ajuda financeira de 1,7 milhões de contos para os agricultores vitimas de temporais.

Os deputados comunistas ao PE fazem propostas de resolução sobre «adopção de medidas tendentes a pôr fim à desertificação do Alentejo», «recuperação da zona histórica do Porto», «plano integrado no domínio ecológico e ambiental para o distrito de Aveiro» e «plano de desenvolvimento e ordenamento da área metropolitana de Lisboa».

Reúne o Grupo Parlamentar do PCP nas vésperas da abertura da nova sessão legislativa, sublinhando a falta de rigor das respostas do Governo quanto à apresentação do Orçamento de Estado.

É agendado na Assembleia da República um debate de iniciativa comunista sobre o sistema retributivo da Função Pública.

Os deputados da juventude do Grupo Parlamentar do PCP dirigem um requerimento ao Ministério do Emprego sobre os direitos dos trabalhadores-estudantes na Administração Pública.

A Coordenadora Aberta da CDU de Coimbra toma posição sobre a rede de gás canalizado na região.

Uma nota do PCP condena o assassinato na Namíbia de Anton Lubowski, destacado dirigente branco da SWAPO, e saúda o regresso de Sam Nujoma à sua terra natal, depois de trinta anos de exílio forçado pela África do Sul.

N.º 822
28 de Setembro

A Reforma Agrária e as eleições autárquicas são os temas centrais da intervenção de Dias Lourenço, do Comité Central do PCP, na homenagem no Escoural a Caravela e Casquinha no 10º aniversário do seu assassinato.

Os deputados comunistas na Assembleia da República reúnem em Jornadas Palamentares e aprovam um plano de acção tendente a concentrar os seus esforços em quatro áreas fundamentais: Poder Local e Regionalização; Orçamento, questões económicas e financeiras, Educação e Juventude; Área laboral e Segurança Social.

O deputado europeu comunista Barros Moura questiona a Comissão Europeia sobre o trabalho infantil na CEE.

O PCP na AR apresenta a reformulação do seu projecto de Lei Quadro das Regiões Administrativas, forçada pela revisão constitucional.

Em Almada realiza-se um seminário sobre «estratégia de comunicação para as próximas eleições autárquicas» promovido pelo PCP.

O Gabinete de Imprensa do PCP divulga uma nota a propósito de na alegada «reestruturação» da RTP, feita em tempo eleitoral, terem sido nomeados directores do primeiro e segundo canal, as figuras que dirigiam a informação da TV e que «como é notório, ostentam um longo currículo de serviços prestados à causa da instrumentalização pela direita da informação televisiva».

Na Soeiro Pereira Gomes, sede do PCP, encontram-se delegações deste partido e do PS, chefiadas pelos respectivos secretários-gerais, Álvaro Cunhal e Jorge Sampaio, para conversações a propósito da coligação «Por Lisboa».

A Comissão Distrital de Aveiro do CP procede ao balanço (considerado positivo) das acções realizadas para cumprimento dos objectivos definidos para as autárquicas no distrito, no âmbito da CDU.

A CDU de Gondomar diz que o acordo para a Câmara firmado entre o PS e o PSD continuará a gestão incompetente daquele concelho.

A CDU divulga os nomes dos cabeças de lista para a Câmara e Assembleia Municipal de Matosinhos, bem como de outras candidaturas em localidades de Coimbra, Guarda, Santarém e dos concelhos de Monção e Vila Nova de Cerveira.

A VI Bienal da Festa do «Avante!» apresenta-se no Palácio de Cristal, no Porto.

O organismo da direcção do Sector dos Transportes de Lisboa do PCP constata em reunião a degradação dos transportes colectivos na capital em resultado da política do Governo e a sua intransigência na resposta às justas reivindicações dos trabalhadores.

Os responsáveis da CDU de Vila Franca de Xira promovem uma visita guiada à região para os jornalistas, mostrando o trabalho realizado pelos autarcas eleitos por esta coligação.

N.º 823 4 de Outubro

Realiza-se em Almada um encontro nacional de quadros do ensino secundário da JCP sobre as próximas eleições autárquicas, acesso a ensino superior, a organização e o trabalho de direcção.

O deputado europeu do PCP Joaquim Miranda regressa de uma viagem no Canadá onde contactou com a comunidade portuguesa ali residente, nomeadamente com os 15 mil emigrantes considerados em situação ilegal.

O Comité Central do PCP envia mensagens de saudação aos partidos comunistas de Israel e dos Estados Unidos da América, por ocasião dos seus 70 anos.

Durante este mês toda a organização do PCP esteve envolvida na Festa do «Avante!».

Em Lisboa realizaram-se plenários na 6ª Zona/Lumiar, Graça, Ajuda, Benfica, Alcântara, Campo Grande, Queluz, Santo Condestável, Campolide, Sete-Rios, Lumiar.

Os militantes do PCP estiveram ainda reunidos em Algueirão e Belas (Sintra), Alhos Vedros (Moita), Charneca (Almada), Bela Vista (Setúbal), Areias do Montijo (Montijo).

No Centro Vitória em Lisboa reúnem-se os militantes residentes na capital, naturais dos concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra e Tábua.

O Secretário Geral do PCP, Álvaro Cunhal, participa no encerramento da 12ª Conferência da Reforma Agrária, onde afirma que face aos últimos desenvolvimentos, «o Governo PSD de Cavaco Silva está cada vez mais isolado e a terra foge-lhe debaixo dos pés», reafirmando o facto de a Reforma Agrária ser uma das «componentes essenciais da democracia portuguesa».

Realiza-se em Alcântara um Encontro de Quadros do PCP na Cidade de Lisboa que mobiliza acções em favor da coligação «Por Lisboa» e apresenta os candidatos do PCP integrados nas diversas listas dessa coligação.

O executivo da DORA e a Comissão Distrital de Beja do PCP apreciou o andamento da preparação das eleições autárquicas no Alentejo.

A CDU de São João da Madeira denuncia a situação na Câmara e dos seus serviços, numa terra onde as escolhas não têm água, a edilidade deve um milhão e oitocentos mil contos à EDP e prepara-se para fazer despedimentos nos seus serviços de Água e Saneamento.

«Os desafios do presente, as propostas da CDU» foi o tema para um debate promovido pela CDU de Matosinhos onde esteve a candidata à presidência da edilidade, Olívia Ferreira.

Centenas de Mulheres da CDU do Porto reúnem-se em Viana do Castelo, com a presença do candidato à presidência, Oliveira Dias.

A «Desenvolver Setúbal» entrega a sua documentação no Tribunal Constitucional, apresentando Odete Santos e Marques Júnior (este do PRD) como cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal. É anunciado que o acordo com o PRD no distrito abrange também o concelho de Almada.

Decorre um encontro sobre autárquicas entre delegações do PCP e PRD, chefiadas, respectivamente, por Álvaro Cunhal e Hermínio Martinho.

No Montijo a CDU apresenta José Garcia e Sérgio Pinto como cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal.

A «Por Lisboa» inaugura a sua sede de candidatura.

Numerosas personalidades independentes, dirigentes do PCP, da ID e dos «Verdes» participam num convívio CDU do distrito de Lisboa.

O Grupo Parlamentar do PCP requer a presença de um membro do Governo na comissão especializada para discutir o projecto da CEE genericamente intitulado de «televisão sem fronteiras».

Deputados do PCP e presidentes de Câmara e outros eleitos da CDU reúnem e definem prioridades de trabalho para a política legislativa e orçamental - defender o Poder Local na AR é o objectivo.

É anunciada a inauguração formal do novo Centro de Trabalho do PCP em Lordelo do Ouro, freguesia do Porto.

Na Assembleia Regional dos Açores o PCP apresenta diversos projectos, entre eles a criação do «Conselho Consultivo Regional da Juventude».

Uma delegação do PCP com Carlos Carvalhas e Octávio Teixeira visita, a convite do Comité Central do PCUS, a União Soviética para se informarem e tomarem contacto directo com a reestruturação económica em curso.

A CDU de Aveiro e de Ílhavo manifesta preocupação quanto ao futuro da pesca portuguesa depois da Comissão Europeia ter aprovado a cota zero para a pesca do bacalhau na zona 3M.

O Primeiro Ministro é questionado pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre as dívidas de Cadilhe ao Estado Português.

A JCP considera serem preocupantes os moldes em que está a ser organizado o III Encontro Nacional de Juventude, que indiciam a possibilidade de uma fraude governamental, sem a discussão real dos problemas dos jovens.

Carlos Carvalhas e Joaquim Miranda denunciam no Parlamento Europeu a situação grave que a pesca portuguesa vai viver depois da aprovação comunitária do estabelecimento da cota zero para a pesca do bacalhau na zona 3M.

Carlos Carvalhas e Barros Moura apresentam no Parlamento Europeu as suas preocupações relativas ao decréscimo de produção na indústria de calçado da comunidade.

O Secretariado do Comité Central do PCP envia um telegrama de saudações ao PC da China pela passagem do 40º aniversário da fundação da República Popular da China.

N.º 824 12 de Outubro

Reúne a Comissão Política do PCP que aprecia o quadro eleitoral existente depois dos acordos estabelecidos para as autárquicas; saúda a realização da Conferência da Reforma Agrária; aprecia o processo de privatizações; a crescente conflitualidade e radicalização que caracteriza a situação social; a manipulação por parte do PSD das comissões de inquérito da AR; a instrumentalização da RTP; a visita de João Paulo II a Timor-Leste.

Realiza-se o Encontro Nacional do PCP sobre Autárquicas que mobiliza cerca de 700 quadros do Partido de todo o país onde é aprovado o documento «O PCP As Eleições Autárquicas e o Mandato 1990-1993 do Poder Local». Na sua intervenção neste Encontro, Álvaro Cunhal afirma que «a acção do nosso Partido pela unidade dos partidos democráticos pode afirmar-se exemplar». A CDU concorrerá em todos os concelhos do país, excepto onde realizou coligações com outras forças, como a «Por Lisboa» (PS-PCP-Verdes-MDP); «Desenvolver Setúbal» e «Mãos à obra pela Covilhã» (PCP-VERDES-PRD).

Neste número do «Avante!» são divulgadas candidaturas da CDU no grande Porto (com referência para diversas freguesias), Vila Nova de Gaia, Sintra, Almada e Santo Tirso.

No Porto realiza-se um debate sobre habitação e urbanismo, com a presença de Oliveira Dias e de, entre outros, o arquitecto Siza Vieira.

A CDU da Maia vai requerer à Assembleia Municipal um inquérito ao Presidente da Câmara sobre irregularidades no licenciamento da construção de um banco.

Mais de mil trabalhadores filiados na CGTP e UGT participam num jantar na Estufa Fria de apoio à coligação «Por Lisboa».

No Algarve, a Direcção Regional do PCP aprecia a situação política e social da região e a preparação das eleições autárquicas, comentando a falsa ideia de desenvolvimento que alguns defendem existir na região com o crescimento imobiliário desordenado.

A Estação de Rastreio de Almodôvar e as manobras do Governo sobre este assunto, na tentativa de conceder aos Estados Unidos essa instalação militar, são motivo para uma nota do Gabinete de Imprensa do PCP.

A situação social dos jovens portugueses agrava-se, conforme conclui a Direcção Nacional da JCP que na sua última reunião analisa também a participação dos jovens nas listas CDU.

Também reúne a Direcção Distrital de Leiria da JCP.

O Parlamento Europeu está reunido em sessão plenária, discutindo a concretização do Mercado Único. O grupo Coligação de Esquerda, onde se integra o PCP, apresenta questões sobre o desaproveitamento dos Fundos Comunitários.

Carlos Carvalhas, em nome do grupo Coligação de Esquerda, apresenta no Parlamento Europeu uma questão escrita onde interroga a Comissão Europeia se esta tenciona «corresponder positivamente» às propostas de cooperação multifacetada entre a URSS e a CEE apresentadas por Mikhail Gorbatchov na sua visita de 6 de Julho a Estrasburgo.

O PCP faz-se representar nas comemorações oficiais do 40º aniversário da RDA por Octávio Pato, membro do Comité Central do PCP.

A convite de dois Comités Distritais do PSUA, delegações da DORM e DORP do PCP visitam a RDA, visando a participação no 40º aniversário da fundação daquele país.

1989



N.º 825 19 de Outubro

Realiza-se um grande comício de abertura de campanha da «Por Lisboa» no Campo Pequeno.

Neste número do «Avante!» são apresentadas as candidaturas CDU nos distritos de Coimbra, Santarém, Setúbal, Guarda, Aveiro, Beja, Caldas da Rainha e ainda na Região da Madeira bem como em Ermesinde, Penafiel e Lousada.

No Porto realiza-se uma homenagem a Armando Castro, pelo seu trabalho científico e filosófico, empenhamento político-partidário e intervenção cultural, onde participam numerosas personalidades de diversos quadrantes políticos, bem como alguns dirigentes do PCP.

O Centro de Formação da DORP do PCP, no Porto, retoma a sua actividade com a realização de uma conferência-debate subordinada ao tema «A Revolução Francesa».

A célula dos trabalhadores comunistas da CP/Entroncamento alerta a opinião pública para as ilegalidades que estão a ser cometidas pelo Governo ao constituir empresas privadas a operar dentro daquela empresa pública.

Inicia-se o novo ano parlamentar com toda a oposição a tecer fortes críticas ao Governo.

O Grupo Parlamentar do PCP apresenta um projecto de diploma que defende aumentos das pensões de reforma.

Na AR o PSD iliba o ministro Miguel Cadilhe sobre as aquisições dos andares nos prédios do Lumiar e Amoreiras, com os votos contra de toda a oposição.

A bancada do PCP na AR elege a nova direcção do Grupo Parlamentar.

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu prestam contas, publicamente, da sua actividade, e exigem do Governo que informe quais os caminhos que seguem as negociações sobre o Mercado Interno e a União Económica e Monetária. Nessa conferência de imprensa foi também apresentada a posição do PCP sobre a Carta Social Europeia e o Orçamento das Comunidades para 1990.

O Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu, onde se integram os deputados comunistas portugueses, reúne em Atenas.

Em resposta a uma pergunta do eurodeputado Carlos Carvalhas, a Comissão Europeia diz que em relação aos têxteis, os mecanismos comunitários permitirão ao Governo português, se este tomar a iniciativa, obter mais ajudas para o sector.

Os deputados comunistas no PE subscrevem, com todos os outros deputados portugueses, uma proposta de resolução que defende a instalação em Portugal da Agência Europeia do Ambiente.

N.º 826 26 de Outubro

Uma nota da Comissão Política do PCP, condena os recentes aumentos dos titulares dos cargos políticos.

É estabelecido um acordo com o PRD para as autárquicas de Dezembro para todo o distrito de Beja.

Uma delegação da Confederação Cooperativa Portuguesa é recebida pelo PCP, na sua sede nacional.

Realiza-se o Encontro Concelhio de Sintra da CDU, que estabelece os objectivos eleitorais e delinea os programas da coligação para o concelho.

É revelada a constituição de listas CDU em diversas regiões do país, nomeadamente, Algarve, Portalegre, Vila Franca de Xira, Setúbal, Lisboa e Vila Real.

No Porto apresenta-se a totalidade dos candidatos da CDU aos órgãos autárquicos da cidade, com um programa apostado na renovação e na audácia.

Em Gaia sob o lema «Mudar o presente, construir o futuro, desenvolver para viver melhor» apresenta-se a candidatura liderada por Ilda Figueiredo, deputada do PCP, num Encontro Concelhio local.

Em três importantes concelhos da área metropolitana do Porto, os cabeças de lista da CDU são mulheres: Gaia - Ilda Figueiredo; Matosinhos - Olívia Ferreira; Valongo - Eduarda Ferreira.

Realiza-se o Plenário Nacional do PCP sobre a caça que exige a alteração da actual Lei da Caça.

A JCP divulga as suas iniciativas próprias no âmbito da «Por Lisboa», enquanto os candidatos desta coligação visitam os locais do Metro afectados por cheias após as primeiras chuvas de Outono.

Realiza-se uma Festa dos Pioneiros de Portugal na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa.

Os votos do PSD na Assembleia da República derrotam a moção de censura apresentada pelo PS ao Governo. O Parlamento define um novo quadro legal para o seu funcionamento, enquanto o PSD tenta impedir a discussão da proposta do PCP sobre os aumentos das reformas e pensões.

A Coligação de Esquerda no Parlamento Europeu reivindica uma Carta Social Europeia vinculativa a todos os países, numa perspectiva de progresso.

O secretário geral do PCP envia a Egon Krenz, do PSUA, saudações pela sua eleição para secretário-geral. Por ocasião do 20º Congresso do PC da Irlanda, o Comité Central do PCP envia saudações a este partido.

Neste mês o «Avante!» dá conta de Encontros Concelhios da CDU em Elvas, Sintra, Loures, Gaia.

Realizam-se sessões de esclarecimento e outras iniciativas com Álvaro Cunhal em Barreiro, Lisboa, Pontinha, Almada, Vila Franca de Xira e Amadora. Iniciativas da «Por Lisboa» em Campo de Ourique, Sta. Engrácia, Penha de França, Marvila, Beato, Prazeres, Ajuda, Alcântara, Casal Ventoso. Realizam-se plenários de militantes e outras sessões do PCP e CDU em Elvas; Nisa; Brandoa (Amadora), Santa Íria de Azóia; Prior Velho; Moscovide; Porto, Boavista, Vialonga, Lórdelo do Ouro (Porto); Apelação, Lousa (Loures); Costa da Caparica, Charneca da Caparica, Cova da Piedade, Almada (Almada); Barreiro, Estoril (Cascais); Queluz, Cacém, Alguei-

rão, Pero Pinheiro, São Pedro, Belas e Rio de Mouro (Sintra); Vila Franca de Xira, Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira); Alcochete, Unhos, Loures, Camarate e Sacavém (Loures); Porto Salvo (Oeiras); Elvas, Chelas (Lisboa); Montijo, Sintra, Seixal, Alcabideche (Cascais); Sesimbra, Quinta do Conde, Santiago, Castelo (Sesimbra); São Brás de Alportel; Campo Maior; Torres Vedras; Faro, Olhão (Faro); Afonsoeiro; Sobral de Monte Agraço; Moita; entre outros.

N.º 827 3 de Novembro

Reunião do CC do PCP aprova uma resolução sobre a situação política.

Encontro Nacional da Juventude CDU, no Pavilhão da Académica da Amadora, prepara campanha autárquia. Os trabalhos terminam com uma intervenção de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Realiza-se uma Convenção autárquica da coligação «Por Lisboa».

CDU promove uma visita à Área Metropolitana de Lisboa.

Coligação «Por Lisboa» desafia Marcelo Rebelo de Sousa para debates públicos.

A CDU de Loures acusa candidatura do PSD à Câmara Municipal de jogo sujo e de alheamento dos problemas e realidades do concelho.

Encontro da CDU em Coimbra apresenta propostas para a gestão autárquica.

Em Olhão, candidatos e activistas da CDU reúnem em plenário distrital.

A coordenadora da CDU do distrito de Aveiro denuncia a política do Governo do PSD como lesiva dos interesses da população.

A CDU no Porto reclama a criação da região administrativa com centro no Porto.

A CDU do Montijo promove encontro com a comunicação social.

A Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP anuncia que a CDU é a única força política que concorre a todos os órgãos autárquicos do Alentejo.

A Comissão Distrital do PCP em Castelo Branco critica a gestão autárquica desenvolvida no distrito pelo PSD e PS.

Nota do Executivo da Comissão Política da PCP critica a retirada de verbas ao Poder Local, salientando que o Governo impõe assim mais dificuldades às autarquias.

O Gabinete de Imprensa do PCP condena os escandalosos aumentos de 56 por cento dos titulares de cargos políticos.

O PCP condena e lamenta o assassinato do dirigente do PSR por neonazis.

A Comissão Coordenadora Nacional da CDU apresenta um primeiro balanço da sua participação nas eleições autárquicas, revelando que estará presente em 302 dos 305 municípios do País, apresentando-se em coligações diferentes em Lisboa, Setúbal e Covilhã.

Regressa da URSS uma delegação do PCP que ali se deslocou em visita de estudo.

O PCP envia ao PCE uma saudação pelos resultados eleitorais alcançados pela Esquerda Unida.

N.º 828 9 de Novembro

Comício do PCP no Pavilhão Carlos Lopes, no âmbito da campanha eleitoral, com a participação dos candidatos do Partido à Câmara de Lisboa, responsáveis autárquicos no distrito e Álvaro Cunhal.

Álvaro Cunhal participa em sessões de esclarecimento eleitoral em Vila Real de Santo António, Ourique, Alvíto, Silves, Messines, Beja e Monte Gordo.

A CDU denuncia o facto de a Câmara Municipal de Oeiras mandar retirar pendões de propaganda da CDU em Carnaxide.

Vereadores da CDU na Câmara de Cascais exigem reanálise do processo de entrega de chaves a famílias no Bairro da Cruz do Guia.

Candidatos da CDU em Braga aprovam manifesto eleitoral.

Em Vila Nova de Famalicão a CDU reclama da Câmara Municipal o cumprimento da deliberação da Comissão Nacional de Eleições que a obriga à reposição de um placard com propaganda política ilegalmente retirada.

Realiza-se um encontro de candidatos e activistas da CDU do distrito de Santarém, na Casa do Povo de Almeirim.

Candidatos da CDU à Câmara do Porto promovem uma visita ao Porto e debate dos seus problemas com o arquitecto Siza Vieira.

«A região do Porto na Europa» foi tema de debate, naquela cidade, com a participação dos deputados do PCP no Parlamento Europeu e candidatos da CDU às eleições autárquicas.

O deputado do PCP na Assembleia Regional dos Açores alerta para o facto de as crianças das Flores não terem transporte para se deslocarem de casa para a escola e vice-versa.

A CDU apresenta os seus candidatos aos órgãos autárquicos do concelho de Almada.

O Grupo Parlamentar do PCP exige na AR revogação da lei da tutela sobre as autarquias e apresenta projecto alternativo.

Os deputados comunistas denunciam na AR a «caça às bruxas» com os inquéritos do PSD às Câmaras de Loures e do Seixal.

A DORS organiza uma visita ao seu novo Centro de Trabalho, em fase adiantada de construção, anunciando que a campanha de fundos continua.

A Direcção Central do Ensino Superior da JCP reúne em Lisboa para debate de questões relacionadas com o sector.

A JCP comemora o seu X aniversário com uma sessão/convívio no Rock Rendez-Vous em que participa Álvaro Cunhal.

**N.º 829
16 de Novembro**

O Secretariado do CC do PCP envia ao CC da SWAPO um telegrama de felicitações pela sua vitória eleitoral na Namíbia.

O Secretariado do CC do PCP emite uma nota sobre os acontecimentos na RDA e noutros países socialistas.

Álvaro Cunhal participa em sessões de esclarecimento eleitoral em Loures, Azambuja, Peniche e Marinha Grande.

Realizam-se por todo o distrito do Porto encontros, debates, festas e convívios no âmbito da pré-campanha para as autarquias locais, em que eleitos e candidatos da CDU debatem com a população a resolução dos problemas locais: cita-se a título de exemplo, uma iniciativa no mercado Ferreira Borges, um debate em Vila Nova de Gaia sobre cultura, outro em Valongo.

A Coordenadora da CDU nos Açores critica a RTP/Açores por falta de pluralismo.

Realiza-se em Miranda do Corvo um encontro de candidatos e activistas da CDU.

Encontro concelhio da CDU da Amadora aprova programa de desenvolvimento do concelho para os anos 90.

A CDU de Oeiras propõe 35 medidas prioritárias para o concelho e um debate público com todos os candidatos àquela autarquia.

Realizam-se encontros da CDU em Sines, Penacova e Vila Nova de Cerveira.

Em Cascais, o candidato da CDU à Câmara Municipal salienta a grande unidade em torno da lista, que conta com o apoio do PRD, MDP e UDP.

Realiza-se em Beja um encontro de quadros do PCP para preparação das eleições autárquicas.

A CDU do Montijo denuncia que a maioria PS/PSD na Câmara Municipal tentou impedir um debate promovido pela Coligação sobre o Centro de Arte e Cultura.

A Organização concelhia do Seixal do PCP organiza um magusto na Quinta da Atalaia, iniciativa que permitiu o convívio e serviu para angariação de fundos para pagamento dos terrenos na Festa do «Avante!».

Os presidentes das CMs de Loures e do Seixal denunciaram em conferência de imprensa as falsas argumentações do inquérito parlamentar que lhes foi movido pelo PSD.

A CDU reúne em Lisboa com activistas associativos, sindicalistas, deputados e outros especialistas para debater a defesa dos direitos dos cidadãos nas autarquias locais.

A direcção dos Sectores Profissionais de Matosinhos do PCP organiza um encontro com trabalhadores do porto de Leixões.

A CDU do Porto apresenta à comunicação social as suas propostas sobre regionalização.

As propostas do PCP na AR para prolongar os trabalhos da Comissão Eventual de Inquérito às fraudes com verbas do Fundo Social Europeu são rejeitadas pela maioria PSD que apresenta à pressa um relatório para tentar «limpar» o Governo de responsabilidades.

Os deputados comunistas acusam na AR o Governo de discriminar o Alentejo no Orçamento do Estado para 1990.

Deputados do PCP no PE acusam o Governo de não preparar o País para a União Económica e Monetária.

Uma delegação do PCP desloca-se a Madrid para participar no funeral de Dolores Ibarruri e Álvaro Cunhal, em nome do Secretariado do Partido, envia ao CC do PCE um telegrama de condolências.

**N.º 830
23 de Novembro**

Nota da Comissão Política do CC do PCP apela à participação de todos os militantes na batalha política das eleições autárquicas.

Álvaro Cunhal participa, durante três dias, em dezanove iniciativas de esclarecimento nos distritos de Coimbra, Castelo Branco e Portalegre.

Realiza-se em Ponte de Sor uma sessão de apresentação dos candidatos da CDU.

Numerosos intelectuais manifestam o seu apoio a Celorico Moreira, candidato da CDU à Câmara de Oeiras.

A CDU de Póvoa do Varzim faz a apresentação pública dos seus candidatos.

Realiza-se em Santa Cruz das Flores, nos Açores, um encontro concelhio da CDU.

Realiza-se em S. João da Madeira um encontro de candidatos e activistas da CDU.

A CDU do Porto divulga as medidas que considera necessárias para melhorar o concelho, defende uma participação mais forte e activa das mulheres nas autarquias e propõe medidas para a dinamização da cultura e melhoria do ensino na capital nortenha.

Encontro concelhio da CDU no Seixal apresenta programa e manifesto eleitoral.

Por iniciativa da CDU realiza-se no Montijo uma «Grande noite de poesia e de fado».

O Grupo Coligação de Esquerda do PE reúne em Lisboa para debater os problemas da regionalização, desenvolvimento e mercado interno.

Técnicos e candidatos da coligação «Por Lisboa» debatem os problemas de trânsito e de acesso à capital, propondo medidas de emergência para 1990.

São divulgadas as conclusões da reunião da Comissão Executiva da Direcção da Organização do PCP da Região Autónoma dos Açores sobre a situação política específica da Região e as eleições autárquicas.

Coligação «Por Lisboa» recorre para o Tribunal Constitucional por ser ilegível o seu símbolo no boletim de voto.

O Gabinete de Imprensa do PCP divulgou uma nota em que se critica a actuação de membros do Partido que insistem em retomar publicamente questões no essencial já tratadas no XII Congresso. Outra nota, sobre a eventual realização de um Congresso Extraordinário, esclarece o sentido em que o secretário-geral do PCP admitiu a sua convocação.

Reúne a Comissão Concelhia do Seixal do PCP.

Dando cumprimento às deliberações do seu III Congresso, a Direcção Nacional da JCP convoca para Março de 1990 o I Encontro Nacional dos Jovens Trabalhadores Comunistas.

**N.º 831
30 de Novembro**

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, participa em sessões, encontros e contactos com a população na Damaia, Guimarães, Braga, Viana do Castelo, São Pedro da Cova, Porto, Matosinhos e Avintes.

A comissão eleitoral de Évora da CDU afirma-se confiante nos resultados eleitorais.

Em São João da Madeira e Sever do Vouga as comissões respectivas da CDU consideram que a sua actividade faz falta para melhorar a gestão autárquica.

A Coligação «Desenvolver Setúbal» promove um encontro de candidatos com membros de organizações representativas de trabalhadores do concelho.

Reúne em Lisboa o Conselho Consultivo Nacional da CDU.

ACDU da ilha do Faial protesta por ter sido discriminada pela RTP/Açores de um debate pretensamente com os candidatos à Câmara da Horta.

O gabinete de imprensa da CDU em Viseu revela que cerca de 60 por cento dos dois mil candidatos da coligação no distrito não têm filiação partidária.

A CDU de Braga alerta a população para a campanha eleitoral, de inaugurações e promessas, conduzida pelo Governo.

Prossegue a pré-campanha no Porto, Guimarães e Penafiel com diversas iniciativas.

O Tribunal Constitucional atendeu os protestos da «Por Lisboa», cujo símbolo aumentou de tamanho e já se consegue ver nos boletins de voto.

«Por Lisboa» promove um debate subordinado ao tema «valorizar a mulher de Lisboa».

Cerca de 50 profissionais da Rádio Comercial manifestam o seu apoio à «Por Lisboa».

Deputados do PCP apresentam na AR um projecto sobre questões ambientais e reclamam o seu debate urgente.

Carlos Brito afirma na AR que «as propostas de lei (do orçamento PSD) agravam em vez de atenuar as desigualdades sociais, favorecem o capital, prejudicam o trabalho, mantêm os pobres pobres para que os ricos sejam mais ricos».

Por iniciativa do Grupo Coligação de Esquerda, o PE apela ao isolamento dos khmers vermelhos; noutra resolução, proposta pelos comunistas portugueses, o PE defende o direito de Timor-Leste à independência.

Ainda durante este mês realizaram-se iniciativas, no âmbito da preparação das eleições autárquicas, entre outros, nos seguintes locais: todas as freguesias de Lisboa; Loures; Vila Nova de Cerveira, Freixo; Vila Nova de Gaia; Porto; Faro; S. Pedro do Sul; S. Bartolomeu de Messines; Beja; Lousada; Cas-

1989



cais; Almada; Gondomar; Valongo; Torres Vedras; Salvaterra de Magos; Benavente; Vila Franca de Xira; Sintra; Costa da Caparica; Alcochete; Montijo; Sesimbra; Santiago do Cacém; Santo Tirso; Felgueiras; Matosinhos; Oeiras; Beja; St^a Comba Dão; Tarouca; Seixal; Alpiarça; Azambuja; Peniche; Marinha Grande; S. Pedro da Cova; Cartaxo; Penacova; Vila Nova de Poiares; Setúbal; Penafiel; Amarante; Zambujal; Amadora; Vila do Conde; Maia; Gaia; Paredes; Coimbra; Santarém; Lourinhã; Lousada; Barreiro; Oeiras.

N.º 832 7 de Dezembro

Realiza-se no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, a festa-comício que assinala a abertura da campanha eleitoral da coligação «Por Lisboa».

Os candidatos da CDU «Por Lisboa» anunciam o seu compromisso de contribuírem para o objectivo universal proclamado pela UNESCO de erradicar o analfabetismo até ao ano 2000.

CDU do Porto denuncia o sistemático silenciamento pela RTP das suas iniciativas.

CDU da Amadora promove um encontro com dirigentes associativos técnicos desportivos e atletas do concelho e um jantar convívio com empresários, participando em ambos o candidato e presidente da Câmara Orlando de Almeida.

O deputado do PCP João Amaral aponta na Assembleia da República a existência de «fortes elementos de crise» à beira de «situações de ruptura» no sector da Defesa Nacional e das Forças Armadas. Também na Assembleia da República, o PCP propõe a criação de uma linha de crédito especial para apoio às vítimas dos temporais.

Durante o debate sobre a situação nos países socialistas na Assembleia da República, promovido pelo PSD, o leader do grupo parlamentar do PCP Carlos Brito denuncia os objectivos eleitoralistas do Governo e reafirma as posições do PCP.

O Secretariado do CC do PCP divulga uma nota sobre os acontecimentos da Checoslováquia em 1968 a propósito do comunicado conjunto da URSS, Bulgária, RDA, Polónia e Hungria de 4 de Dezembro e das declarações do Governo soviético na mesma data.

Uma delegação da OLP dirigida por Abu Jafar é recebida na Soeiro Pereira Gomes por uma delegação do PCP dirigida por Álvaro Cunhal.

O secretário geral do PCP participa em iniciativas da campanha eleitoral em diversas localidades do Ribatejo.

N.º 833 14 de Dezembro

Mais de 2000 atletas participam na corrida promovida pela coligação «Por Lisboa» ganha pelos atletas Fernando Reis e Rosa Mota.

Os partidos que constituem a CDU - PCP e «Os Verdes» - apresentam na Assembleia da República uma proposta legislativa inovadora, a **Carta das Garantias dos Direitos dos Cidadãos perante a Administração Local**.

O deputado comunista ao PE Carlos Carvalhas foi eleito vice-presidente da Delegação do PE para as relações com a ONU.

Álvaro Cunhal participa em diversas iniciativas da campanha eleitoral no Alentejo, em Lisboa e Setúbal.

Os candidatos CDU de Vila Franca reúnem-se com diversas personalidades ligadas ao meio tauromáquico num encontro visando um melhor apoio autárquico à tauromaquia local.

O «Avante!» publica uma extensa série de depoimentos de personalidades da vida política e cultural portuguesa que afirmam o seu apoio à CDU ou à coligação «Por Lisboa».

O Tribunal Constitucional decide favoravelmente à coligação «Por Lisboa» em todas as reclamações por ela apresentadas sobre as dimensões dos símbolos da coligação nos boletins de voto.

N.º 834 22 de Dezembro

Reúne o Comité Central do PCP para apreciação dos resultados das eleições autárquicas de 18 de Dezembro e tarefas subsequentes. O CC «conclui que as eleições representaram uma clara e ampla derrota do PSD e do Governo, uma vitória muito importante das forças democráticas em Lisboa, um resultado globalmente positivo da CDU e das coligações em que o PCP participa, embora com aspectos contraditórios, e um notório progresso do Partido Socialista». A resolução aprovada refere ainda que «as eleições abrem perspectivas favoráveis ao desenvolvimento da luta pela construção de uma alternativa democrática ao Governo do PSD». A vitória da coligação «Por Lisboa» é classificada de «acontecimento político da maior importância na vida política nacional».

O Comité Central aprovou também uma «Resolução sobre problemas da situação internacional e nacional e tarefas do partido» em que é convocado um Congresso Extraordinário para o 1º semestre de 1990 para «proceder ao exame aprofundado das alterações tanto na situação nacional como na situação internacional, designadamente nos países socialistas, e examinar com espírito crítico e autocrítico a orientação seguida e o trabalho realizado pelo Partido, as experiências, as insuficiências e os erros eventuais, o melhoramento do trabalho de direcção, as carências orgânicas, de quadros e de informação e propaganda e os problemas financeiros, com vistas a reforçar a capacidade de intervenção do Partido na vida nacional assente no apoio e confiança dos trabalhadores e de vastíssimos sectores do povo português.»

A Comissão Concelhia da Guarda do PCP manifesta a sua disposição de continuar a apoiar a luta dos trabalhadores da fábrica Renault cujos postos de trabalho poderão ser postos em causa pela venda da fábrica.

O Secretariado do CC do PCP emite uma nota onde «condena firmemente a agressão militar dos EUA contra o Panamá».

N.º 845 28 de Dezembro

O deputado comunista João Amaral intervém na Assembleia da República no debate sobre os resultados das eleições autárquicas, reafirmando a disposição do PCP de se empenhar «na luta política e social que confirme as perspectivas de afastar a direita do poder».

A DORAM do PCP reuniu para apreciar os resultados eleitorais na Região Autónoma da Madeira, sublinhando a importante derrota sofrida pelo PSD e os efeitos negativos do voto útil na coligação PS/CDS sofridos pela CDU. A DORAM considera contudo que os resultados «abrem perspectivas favoráveis ao prosseguimento da luta pela unidade e convergência das forças políticas e sectores democráticos» para criar uma alternativa à direita.

O Secretariado do CC do PCP emite uma nota sobre os acontecimentos na Roménia.

A campanha eleitoral para as autárquias dominou a actividade do PCP durante o mês de Dezembro. O «Avante!» anunciou iniciativas com a participação de Álvaro Cunhal em Oeiras, Amadora, Sintra, Sesimbra, Sines, Santiaço do Cacém, Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Reguengos, Mourão, Évora, Pinhal Novo, Montijo, Alhandra, Odivelas, Setúbal e Almada.

Realizaram-se iniciativas diversas em Lisboa, Porto, Felgueiras, Lordeiro, Paços de Ferreira, Marco de Canavezes, Amarante, lhada, Amadora, Damaia, Coimbra, Setúbal, Almada, Cacilhas, Vale Figueira, Barreiro, Santiago do Cacém, Ermidas-Sado, Porto Salvo, Sines, Outrole (Oeiras), Brandoa, Casal de S. Brás, Cacém, Alcochete, Coia, Lavradio, Monte da Caparica, Cova da Piedade, Charneca da Caparica, Casal das Figueiras (Setúbal), Ameal, S. Paulo de Frades, Ceira, Casal do Lobo, Conchada (Coimbra), Bolfiar (Águeda), Maceda, Válaga e S. João de Ovar (Ovar), S. João da Madeira, Rocas do Vouga, Riomeão (Santa Maria da Feira), Valadares, Mafamude, Canelo (Gaia), Valbom (Matosinhos), Santo Tirso, Barrosas, Borba de Godim (Felgueiras), Marco de Canaveses, Amarante, Candemil (Amarante), Santo António da Charneca, Palmela, Montijo, Crestuma (Gaia), Vilar do Andorinho (Gaia), S. Pedro da Cova, Vila Nova da Lixa, Aião, Cernande (Felgueiras), Reboleira, Venda Nova, S. Martinho do Bispo, Montelavar, Cercal, Cabouco (Coimbra), Pedreira, Sendim (Felgueiras), Casas Novas, Aldeia do Cano, Aria-lão, Catifarra, Panca Farinha, Vendas do Rancão, Frscos, Salema (Santiago do Cacém), Sonega, Provença (Sines), Carenque (Amadora), Giões (Albufeira), Castro Marim, Faro, Olhão, Portimão, Chão das Donas, S. Brás de Alportel, Luz, Conceição, Cabanas (Tavira), Sages, Vila Real de Santo António, Aveiro, Feira, Sobreda (Almada), Casoto (Sines),

porto Covo, Cuba, Vidigueira, Carcavelos, S. Domingos de Rana, Arneiro, Parede, Odivelas, Sintra, Castanheira do Ribatejo, Matosinhos, S. Martinho de Recezinhos e S. Mamede de Recezinhos (Penafiel), Águeda, Gafanha da Nazaré (Ilhavo), Válega (Ovar), Grândola, Aljustrel, Ourique, Beja, Odemira, Cascais, Queluz, Póvoa de Santa Iria, Forteda Casa, S. João dos Montes (Vila Franca), Valadares (Gaia), Amarante, Guilhufe (Penafiel)